



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Instituto de Letras

Robson Rafael de Oliveira Nascimento

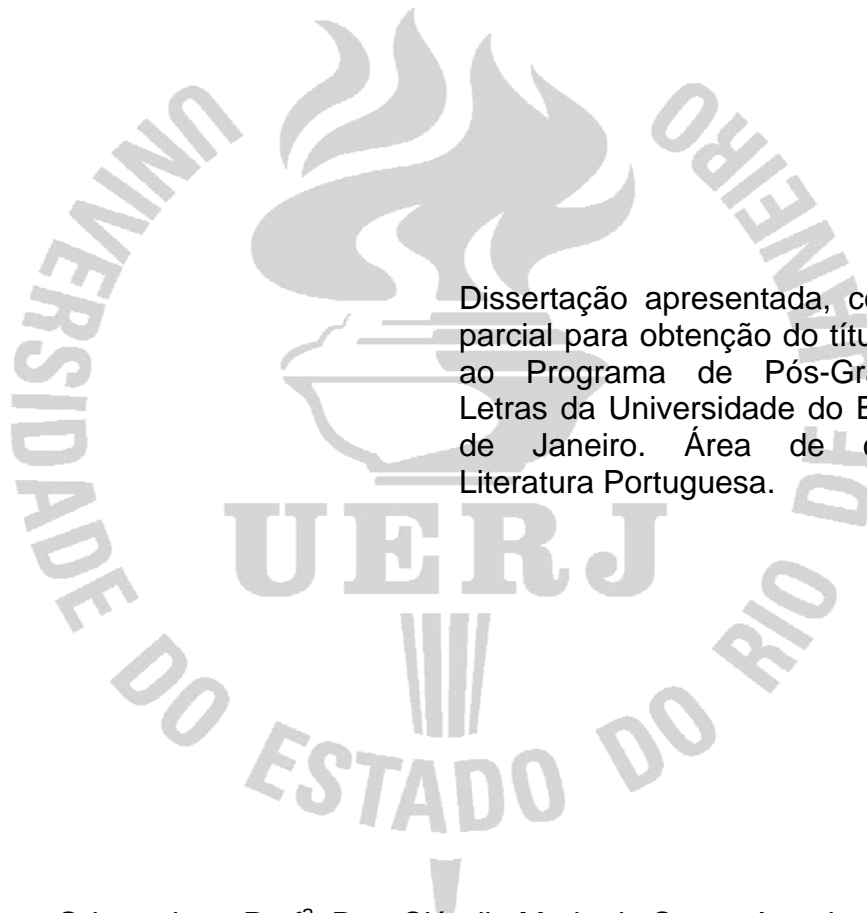
**As leituras de *Os Lusíadas*, de Luís de Camões, como instrumento
político-ideológico no Brasil dos séculos XIX e XX**

Rio de Janeiro

2016

Robson Rafael de Oliveira Nascimento

As leituras de *Os Lusíadas*, de Luís de Camões, como instrumento político-ideológico no Brasil dos séculos XIX e XX



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Literatura Portuguesa.

Orientadora: Prof^a. Dra. Cláudia Maria de Souza Amorim

Rio de Janeiro

2016

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/B

C185 Nascimento, Robson Rafael de Oliveira.
As leituras de Os Lusíadas, de Luís de Camões, como instrumento político-ideológico no Brasil dos séculos XIX e XX / Robson Rafael de Oliveira Nascimento. – 2016.
120 f.: il.

Orientadora: Cláudia Maria de Souza Amorim.
Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Letras.

1. Camões, Luis de, 1524?-1580 - Crítica e interpretação – Teses. 2. Camões, Luis de, 1524?-1580. Os Lusíadas - Crítica textual – Teses. 3. Discursos, alocações, etc. - Brasil - Séc. XIX-XX – Teses. 4. Nacionalismo - Brasil - Discursos, ensaios, conferências – Teses. 5. Poesia épica portuguesa - História e crítica - Teses. I. Amorim, Claudia Maria de Souza. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras. III. Título.

CDU 869.0-95

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Robson Rafael de Oliveira Nascimento

As leituras de *Os Lusíadas*, de Luís de Camões, como instrumento político-ideológico no Brasil dos séculos XIX e XX

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Literatura Portuguesa.

Aprovada em 31 março de 2016.

Banca examinadora

Prof^a. Dra. Cláudia Maria de Souza Amorim (Orientadora)
Instituto de Letras - UERJ

Prof. Dr. Sílvio Cesar dos Santos Alves
Universidade Estadual de Londrina

Prof. Dr. Henrique Marques Samyn
Instituto de Letras – UERJ

Rio de Janeiro

2016

RESUMO

NASCIMENTO, Robson Rafael de Oliveira. *As leituras de Os Lusíadas, de Luís de Camões, como instrumento político-ideológico no Brasil do século XIX e XX*. 2016. 120f. Dissertação (Mestrado em Literatura Portuguesa) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

O poder d'*Os Lusíadas*, que transcende o seu papel de ser literatura para se tornar a identidade de uma nação e fundamentar políticas e ideologias, é o tema desta dissertação, na qual se discute como a épica de Camões torna-se parâmetro em tal processo, deslocando-se de seu lugar de obra de arte, para base de uma forma de justificar um determinado discurso. Objetiva-se, então, discutir os ideários da epopeia camoniana como sustentáculo ideológico em algumas das produções ficcionais e não ficcionais no Brasil dos séculos XIX e XX. Notáveis escritores, políticos e gramáticos valeram-se do poema de Camões para embasar suas teorias nacionalistas, políticas e didáticas, reproduzindo, e/ou interpretando, segundo convinha, em suas obras e discursos, a retórica e as ideias do maior poeta lusitano. Desse modo, serão discutidos, nesta dissertação, a leitura do épico camoniano como fundador da identidade portuguesa e como serviu de símbolo do sentimento nacional brasileiro em algumas ocasiões. Serão abordadas também as aplicações d'*Os Lusíadas* como fundamento político unificador entre Brasil e Portugal e, finalmente, como modelo de escrita para o ensino da língua materna.

Palavras-chave: *Os Lusíadas*. Camões. Discurso político-ideológico. Nacionalismo. Épica.

RESUMEN

NASCIMENTO, Robson Rafael de Oliveira. *Lecturas de Os Lusíadas de Luís de Camões, como instrumento político-ideológico en Brasil de los siglos XIX y XX*. 2016. 120f. Dissertação (Mestrado em Literatura Portuguesa) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

El poder de *Os Lusíadas* que, trasciende su papel como literatura para convertirse en la identidad de una nación y de apoyo a las políticas y las ideologías es el tema de la disertación, en el que se analiza cómo la épica de Camões se convierte en parámetro en este proceso, deslocándose desde el lugar de la obra de arte, para basar una forma de justificar un discurso particular. El objetivo es luego discutir los ideales de Camões épico como una posición ideológica en algunas de las producciones de ficción y no ficción en Brasil en los siglos XIX y XX. Escritores notables, políticos y gramáticos han extraído del poema de Camões para apoyar sus teorías nacionalistas, políticas y educativas, reproducción y/o interpretar, según convenga, en sus obras y discursos, la retórica y las grandes ideas del poeta lusitano. Por lo tanto, será discutido en esta lectura de la épica de Camões como el fundador de la identidad portuguesa y cómo sirvió de símbolo del sentimiento nacional brasileño en algunas ocasiones. También se abordarán las aplicaciones de *Os Lusíadas* como base política unificadora entre Brasil y Portugal y, finalmente, como modelo de escritura para la enseñanza de la lengua materna.

Palabras clave: *Os Lusíadas*. Camões. Discurso político y ideológico. Nacionalismo. Épica.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Emprego de trechos d' <i>Os Lusíadas</i> na primeira página do periódico <i>O Estado de S. Paulo</i> , pela censura brasileira	97
Figura 2 –	Outro emprego da épica camoniana pela censura na primeira página do <i>Estadão</i>	98
Figura 3 –	Mais um emprego do poema camoniano no <i>Estadão</i> pela censura	99

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	7
1	A ÉPICA DE CAMÕES: IDENTIDADE E ORGULHO DE UMA NAÇÃO	9
1.1	O contexto d' <i>Os Lusíadas</i>: o Humanismo, o Renascimento e o Maneirismo	9
1.2	Um percurso do estabelecimento d' <i>Os Lusíadas</i> como obra literária fundadora de identidade nacional	18
1.3	O ideário nacional, humanista e religioso n' <i>Os Lusíadas</i> bases político-ideológicas para diversos sistemas ao longo da História ..	37
2	A ÉPICA DE CAMÕES COMO FUNDAMENTO POLÍTICO-IDEOLÓGICO NO BRASIL	54
2.1	O contexto da colonização portuguesa no Brasil	54
2.2	<i>Os Lusíadas</i> como fundamento ideológico nacionalista no Romantismo brasileiro do século XIX	60
2.3	<i>Os Lusíadas</i> como mito de união entre portugueses e brasileiros nas comemorações do tricentenário de Camões, em 1880	76
2.4	<i>Os Lusíadas</i> como instrumento nacionalista no regime militar brasileiro	85
2.5	Outros usos d' <i>Os Lusíadas</i> como instrumento político e didático nas escolas brasileiras	99
	CONCLUSÃO	109
	REFERÊNCIAS	112
	ANEXO A – Capa da primeira edição d' <i>Os Lusíadas</i>, de 1572	119
	ANEXO B – Representação do sistema planetário de Ptolomeu	120

INTRODUÇÃO

Escritas na era em que foi construída a identidade de muitas nações, as literaturas medievais e renascentistas marcaram a humanidade com suas mitológicas histórias de heroísmo e aventuras. Tais feitos lendários eternizaram-se no imaginário popular através das literaturas que se tornaram síntese do ser nacional em vários países. Muitos heróis, elaborados na Idade Média (como os cavaleiros dos romances de cavalaria) e reelaborados pela Renascença (como os deuses e mitos da cultura greco-romana), transformaram-se em verdadeiros exemplos de virtude para muitos durante séculos. *Os Lusíadas*, de Luís de Camões, figuram entre essas obras que foram produzidas naquela idade da valorização da Antiguidade para se firmar como uma das obras literárias mais influentes de todos os tempos. O poema épico fez-se a referência maior de patriotismo e língua e, ainda na era contemporânea, revela-se como símbolo de sentimento ufânico português.

O poema se transformou no fundamento da portugalidade e, ao longo dos tempos, representou um Portugal glorioso e vencedor e, ampliando-se, o símbolo de um império cuja construção foi feita por mãos heroicas e destemidas. Tal aspecto, portanto, fez com que diferentes ideologias de dominação tentassem se apoderar da mensagem camoniana para fundamentar seus posicionamentos político-ideológicos, não só em Portugal, como, em certa medida, nos países por ele colonizados.

Assim sendo, esta pesquisa discute as leituras d'*Os Lusíadas*, uma das maiores obras literárias em língua portuguesa de todos os tempos, que se tornaram base de sistemas político-ideológicos. A épica sai da esfera normalmente ocupada pela literatura para influir, não com o encantamento e a maestria dos seus versos, mas para embasar a defesa de certo ponto de vista. A despeito de relatar, sob a ótica artística, o empreendimento marítimo português às Índias, o poema passa à função de instrumento de apoio a posições políticas, estratégia que se verificou ao longo de seus 443 anos de existência. O objetivo desta dissertação, assim, é debater sobre as leituras e os usos político-ideológicos da epopeia de Camões no Brasil. Para tentar mapear melhor essa influência, discutir-se-á apenas as leituras da epopeia, focalizando-se especialmente os séculos XIX e XX, pelo relevo que apresenta nesse contexto na inteligência brasileira.

O capítulo 1 tratará da apresentação do contexto de escrita e publicação d'Os *Lusíadas*. Apresentará também a leitura da figura histórica de Camões fixada por Almeida Garrett e outros eruditos na fundação do Romantismo português do início do século XIX transformando o poema em “referência mítica por excelência da cultura portuguesa”, nas palavras de Eduardo Lourenço. Ainda nesta seção serão expostos e discutidos os ideários nacional, religioso e expansionista do épico de Camões que foram tomados como base político-ideológica para diversos sistemas de governo.

Os usos d'Os *Lusíadas* no Brasil como instrumento político-ideológico é o assunto que trataremos no capítulo seguinte. Será discutido o emprego da épica como base ideológica na história do país. Para tanto, falaremos brevemente da repercussão da obra no Brasil desde o tempo do Brasil Colônia, para depois focalizarmos os séculos XIX e XX, pelo caráter que a épica passa a ter no ideário nacional brasileiro com o advento do Romantismo e como o estilo de época usa o ideário nacional de Camões com o objetivo de criar uma identidade pátria do Brasil. O poema também será lido como elo cultural entre Brasil e Portugal por ocasião das comemorações do tricentenário de Camões celebrado em 1880, questão que mostraremos na sequência.

O estudo sobre as leituras tendenciosas do poema camoniano que serão feitos neste trabalho retratarão, a seguir, o uso nacionalista que se fez do ideário nacional encontrado na épica. Nos tempos da pregação de um ufanismo exacerbado, os comandantes militares do país valeram-se d'Os *Lusíadas* para endossar sua ideologia de amor incondicional à pátria.

Logo após, trataremos das aplicações d'Os *Lusíadas* como ferramenta para o ensino da gramática e do ideário cívico formador de um nacionalismo pátrio, especialmente no período do desenvolvimentismo da ditadura no Brasil. Serão mostradas as utilizações da épica de Camões como corretor gramatical e sua eleição e imposição como modelo de escrita em língua portuguesa.

O objetivo geral desta dissertação, portanto, é debater as aplicações da obra camoniana como base ideológica ou ferramenta de publicidade que defenda determinado posicionamento e valores morais que se creem superiores. É desejado neste trabalho também discutir a deslocamento da obra de arte, dada sua grande influência como mito fundador de nacionalidade, para função tão somente panfletária e unilateral.

1 A ÉPICA DE CAMÕES: IDENTIDADE E ORGULHO DE UMA NAÇÃO

*Porque o amor fraterno e puro gosto
De dar a todo o Lusitano feito
Seu louvor, é somente o prossuposto
Das Tágides gentis, e seu respeito.
Porém não deixe, enfim, de ter desposto
Ninguém a grandes obras sempre o peito:
Que, por esta ou por outra qualquer via,
Não perderá seu preço e sua valia.
(CAMÕES, 1980, V, 100)*

1.1 O contexto d' *Os Lusíadas*: o Humanismo, o Renascimento e o Maneirismo

As tentativas do italiano Ângelo Poliziano, Luís Vives, Garcia de Resende e Antônio Ferreira, já no século XV, de trabalhar a matéria épica sobre as conquistas ultramarinas de Portugal em seus poemas lograram pouco êxito ou foram ofuscadas pela instrumentalidade e engenho de Luís de Camões n' *Os Lusíadas*. Tal obra constituiu-se na fundação de “uma consciência épica”, ou seja, um mito em que os portugueses são conquistadores por natureza, destinados ao domínio do mundo: “Essa consciência épica ficará a constituir um dos ingredientes mais duradouros da retórica nacional.” (SARAIVA, 1981, p. 181). *Os Lusíadas* serão considerado pelos tempos afins o símbolo de um povo notabilizado na História pelas suas empresas marítimas e por expandir a sua cultura pelo mundo. Portugal ganha visibilidade europeia ao se tornar um pequeno país do extremo Ocidente europeu que deixou a sua língua em todos os continentes teve as suas conquistas eternizadas e relatadas pela poética de Camões em seu poema épico.

Com a ideia de levantar um canto de louvor ao seu povo, em razão de tamanhas conquistas, Luís de Camões pensou no gênero épico para realizar tal feito. As grandes histórias de batalha e heroísmo estão registradas nesse gênero literário e não haveria possibilidade de enaltecer as glórias de uma nação sem retratá-las com o devido vigor laudatório e grandiloquente que caracteriza as maiores epopeias de todos os tempos. É a transformação dos reais portugueses capitaneados por Vasco da Gama em heróis míticos capazes das maiores façanhas já vistas pela humanidade até aquele ponto:

O personagem histórico, para se converter em herói épico, precisa ultrapassar o limite histórico, rompe a barreira da realidade, e assim conquistar uma existência mítica, que desrealiza o fato real, desrealiza também o sujeito histórico, alçando-a à categoria de herói. [...] E a passagem do plano histórico para o plano maravilhoso, na epopeia, se faz através da *grandiloquência*. As batalhas sangrentas, os feitos espetaculares, os episódios fantásticos, a grandiloquência enfim, transportam o relato e o personagem do plano histórico para o plano maravilhoso, realizando-os epicamente (SILVA, 1984, p. 18, 19).

Há, n'Os *Lusíadas*, o propósito claro de colocar os portugueses como personagens tão ou mais heroicos que os da mitologia greco-romana por meio dessa grandiloquência no discurso, conforme o comentário acima de Anazildo Silva. E estes homens serão idealizados, pela nova maneira de pensar surgida no Renascimento, como plenamente capazes de superar os maiores obstáculos, à semelhança dos heróis imaginários e reais da Antiguidade, pois foi isso que fizeram ao transpor grandes desafios no mar quando passaram “ainda além da Taprobana”. É o ajuste perfeito para a intenção do poeta português em elaborar um canto aos feitos de seus compatriotas. Todos os esforços artísticos para cantar as conquistas portuguesas pelo mar realizam-se por meio da épica, pois, seguramente, este é o modelo que satisfaz a intenção de glorificar as conquistas de seu povo:

O rigor com que Camões estruturou *Os Lusíadas*, na equação de todas as estrofes e versos, nada mais é do que a adesão a essa função ética da Arte de dar forma e proporção ao mundo, sublimá-lo como máquina perfeita dada aos olhos dos heróis, como galardão por superar as limitações humanas numa empresa de alto risco, pelo enfrentamento do desconhecido, pela coragem, pela força e pelo controle dos instintos – qualidade que o ser humano só alcança num registro fictício e épico (JACOTO, 2007, p. 15).

No século XVI, havia, portanto, um ambiente propício para a produção de uma obra épica que refletisse a mentalidade dominante, por se constituir um tempo de confiança, em que a coragem e as conquistas pelas próprias forças e pela ciência eram atributos que se cultuavam. *Os Lusíadas*, portanto, são, entre outras coisas, um quadro emoldurado pela atmosfera vivida no seu tempo. Ao homem liberto das amarras do teocentrismo medieval foi dada a permissão para se pensar como centro deste mundo e possuidor de capacidade de realização de grandes conquistas. Agora, ele se acha na posição de mudar o mundo superando seus limites com sua ciência, força e coragem, segundo a análise da professora Lilian Jacoto e, a

celebração das conquistas propiciadas por este homem *renascido* é registrada pelo gênero épico.

A referência literária de Camões é a tradição épica da Antiguidade e o heroísmo verificado nas grandes epopeias *Ilíada* e *Odisseia* de Homero, *Eneida* de Virgílio e outras célebres manifestações épicas da Antiguidade, cujo modelo será trazido novamente ao fazer artístico pelo movimento filosófico-cultural denominado Renascimento e que o poeta usará como modelo para sua obra maior. Os poetas quinhentistas beberão das fontes da Renascença italiana e seu antropocentrismo que exaltará os conceitos cultivados na Antiguidade Clássica revigorada. A arte tratará de representar os novos ideais de transposição dos próprios limites tendo como referencial os valores verificados naquelas clássicas epopeias. Os humanistas leram nos poemas homéricos, virgilianos e em muitos outros greco-latinos todos esses ideais de crença na razão e no poder do espírito humano e passaram a incutir através do seu Renascimento a ideologia que norteará e impulsionará as conquistas no campo da ciência que notabilizou o período. E na epopeia de Camões está o sumo desta mentalidade que dominou a produção artística europeia de então e se fez sentir durante muitos séculos após sua publicação:

Alimentados pelos valores éticos da antiguidade, vivendo os seus paradigmas, superando os modelos na aproximação cada vez mais intensa da verdade, circula em *Os Lusíadas* o ar fresco do Renascimento. E diríamos também o do classicismo greco-latino, cuja essência não consiste, como frequentemente se julga, em repetir, mas em recriar, a partir de uma norma. E, nesse sentido também nossa epopeia é, ela mesma, um renascimento (PEREIRA, 2015, p. 106).

Os Lusíadas se firmaram, conforme as leituras de alguns notáveis especialistas, como a epopeia dos descobrimentos. Atribui-se a essa épica o status de símbolo metonímico não apenas dos feitos em mar de uma nação, mas de toda a Europa, orgulhosa de ultrapassar seus limites geográficas para disseminar sua cultura e domínio pelo mundo. Conforme observa Oliveira Martins

Os Lusíadas são a própria epopeia da sciencia, cosmographica, geographica e lendaria, uma Biblia da civilização e o symbolo artistico da Renascença politica." (...); "[é] o traço verdadeiramente epico dos *Lusíadas*, como expressão da physionomia real e actual da nação portuguesa. Hymno de gloria de um povo, quando esse povo preside á civilização europeia, os *Lusíadas* são o symbolo synthetico do momento mais glorioso dos tempos modernos da Europa." (MARTINS, 1891, p. 33).

A ideia de tornar o poema de Camões síntese das ações europeias de conquistas de outros territórios é compartilhada por Teófilo Braga, outro importante pesquisador e crítico literário. Para ele o poeta é "o creador da epopeia da civilização moderna (BRAGA, 1873, p. 65) e "é o poeta da Europa moderna, da Europa cosmopolita, pacífica¹ e científica que começa no séc. XVI." (BRAGA, 1884, p. 18). O estudioso ainda afirma que "o poema de Camões, além da relação íntima com a Nacionalidade portuguesa é também um monumento europeu, que está ligado a esta phase nova da Civilização e da consciencia moderna." (BRAGA, 1891, p. 62). O autor ainda afirma que "As Navegações dos Portuguezes e a Renascença do seculo XVI, terminam a Edade Média, e abrem a Éra dos Descobrimentos como o início do mundo moderno: Camões fez nos *Lusíadas* essa synthese nacional e universalista". (BRAGA, 1911, p. 336). A consagração de Camões para Braga consiste, então, na transformação da épica em símbolo daquela época de grandes realizações marítimas não apenas para Portugal mas também para toda a Europa, empenhada no projeto de expandir suas relações comerciais com o Oriente e também seu domínio pelo globo. Ambos, portanto, concordam que *Os Lusíadas* converteram-se em símbolo maior da Era das Navegações devido ao seu fantástico relato da chegada de Vasco da Gama às Índias, projeto comercial que possibilitou à Portugal conhecer novas culturas pelo mundo e fomentou a sede de enriquecimento de seus monarcas e nobres.

Como dissemos, o século XVI é marcado culturalmente pela consolidação dos valores e ideias cultivados no Renascimento, movimento filosófico-artístico propiciado por uma série de fatores sociopolíticos. É conveniente, então, esboçar, aqui, as circunstâncias que desencadearam essa mudança gradual de concepção da arte na Europa.

O crescimento da classe burguesa nos principais Estados nacionais europeus propicia diversas transformações no cenário econômico, social e religioso no continente. Em Portugal, essa camada social que viria a exercer grande influência na política do reino surge entre a burguesia ascendente do país:

¹ Aqui estamos diante do auge do ufanismo de Braga, que considerou a Europa como "pacífica", quando a História mostra exatamente o contrário. As potências europeias, desde o século XV, ficaram notabilizadas por suas campanhas de domínio, exploração e pilhagem pelo mundo, aprisionando e escravizando milhares de africanos e indígenas, impondo a eles o seu poder pelas armas e economia.

Com efeito, o rico-homem transforma-se no século XV num vassalo do rei que recebe da coroa uma “contia”, a qual se encontra registrada no livro das moradias, e fica obrigado a servir à coroa mediante um certo número de lanças. Este vassalo podia não ser fidalgo, alcançando a categoria em recompensa dos seus serviços ou mesmo por simples compra. Por essa via entravam na nobreza homens possuidores de riqueza que se dedicavam ao comércio e constituíam e mesmo, às vezes, simples artífices (MORENO, 2000, p. 53).

Os avanços na área da tecnologia vão também impor uma nova ordem nas relações incitando um forte desejo de acúmulo de riqueza por parte de todas as camadas da sociedade. Os descobrimentos de minas de metais preciosos na América, da rota marítima para as Índias e a fundação de bancos são fatores que possibilitarão grandes acúmulos de capital que, por sua vez, vão favorecer a concentração de poder político e econômico nas mãos dos monarcas europeus.

Os bens feudais da Igreja serão motivo de discórdias e rachas causados por essa nova mentalidade mercantilista dos reis da Europa. Vários conflitos surgirão entre a Igreja e os príncipes que resultam na tomada de terras de judeus e alguns membros do clero. Mais tarde, esse questionamento se acirra:

Nos finais da época moderna, quando já era muito forte a reação da opinião pública contra esta progressiva patrimonialização das rendas dos eclesiásticos, a doutrina insistirá no caráter por assim dizer público da obrigação de sustentar os clérigos (HESPANHA, 2000, p. 90).

Porém, no século XVI, enquanto o catolicismo ibérico se consolidava em alianças com monarcas católicos, em alguns países europeus, o poder de Roma enfraquecia-se. Em 1535, Henrique VIII da Inglaterra atribui a si o poder de recolher todos os impostos que se deviam a Roma, o que mais tarde resultaria na criação da Igreja Anglicana. Na Alemanha, ocorre a elaboração e a disseminação das ideias reformistas do monge agostiniano Martinho Lutero, que questionam os ensinamentos da Igreja, fato que acentua a crise da instituição, abalando-lhe o prestígio, uma vez que os burgueses e príncipes europeus apoiam a ideia da libertação dos tributos pagos a Roma. O movimento recebia apoio também dos camponeses, artesãos e assalariados, que queriam se livrar daqueles impostos.

Portugal e Espanha, por suas vezes, estão concentrados nas suas possessões ultramarinas, embora respire a nobreza desses países o mesmo ar de cobiça e sede de enriquecimento burguês. As Coroas ibéricas que, em 1580, se unem, com a perda da independência de Portugal, lançam ao mar suas

embarcações no intuito de explorar as rotas comerciais marítimas recém descobertas e, com isto, estabelecer monopólios comerciais objetivando unicamente fortalecer os reinados e suas nobrezas. Em Portugal, os chamados “cristãos novos”, ou seja, judeus e seus descendentes, dominam comercialmente a praça de Lisboa entre o ultramar e a Europa experimentando grande prosperidade. Fato que resultou em perseguição aos comerciantes, mesmo não-judeus, por parte do rei D. Manuel I e a nobreza portuguesa, pois viam nos judeus ameaça ao seu sistema mercantilista.

Por conta disto, o rei apoiará a nova política da Igreja chamada de “Reforma-Católica”, que ficou conhecida como Contrarreforma, e se caracterizou por uma série de medidas coercitivas para assegurar o seu domínio sobre as gentes. Muitos judeus tiveram seus bens confiscados pelo Estado, foram expulsos de Portugal ou acusados pelo Tribunal do Santo Ofício de heresias contra a fé cristã.

Com a política de integração dos cristãos-novos que D. Manuel instituiu pela força em 1497 (TAVARES, 1987, pp. 15-66) a sociedade cristã velha vira-se confrontada com uma renovação social que perturbava a anterior ordenadamente. A Inquisição permitia no quadro da Contra-Reforma que se desenhava controlar a verdadeira crença dos recém-conversos e impedir a continuação das formas escondidas de culto e crença judaicas. Reduzia-se toda a população a uma mesma fé. Os ricos mercadores começam a surgir como concorrentes dos senhores e fidalgos que tinham enormes interesses nos negócios nomeadamente nos ultramarinos (MAGALHÃES, 1993, p. 537).

Quanto ao restante do continente europeu, as perseguições reprimiram, mas não completamente, o desenvolvimento da classe burguesa. É na Península Ibérica que essa classe sofre uma retração, o que dificultou a sustentação de uma ideologia mais condizente com o sistema econômico mercantilista que já se enraizava, na esteira do ideário renascentista.

No século anterior aos descobrimentos, a invenção da tipografia expandiu-se rapidamente pela Europa aumentando a transmissão do conhecimento, incluído neste a cultura greco-romana. Os autores latinos são estudados cada vez mais sem o cerceamento teológico da Igreja e, pouco a pouco, seus estilos são tomados como modelar pelos artistas da época. Grandes poetas como Homero, Virgílio, Sêneca, Ovídio, Cícero e outros são observados como parâmetros estéticos. Já antes, nos séculos XIV e XV, autores como Dante Alighieri, Francesco Petrarca e Giovanni Boccaccio norteavam-se pelo denominado Humanismo, movimento precursor do Renascimento. Consistem os ideais humanistas na “crença num conjunto de valores

morais e estéticos universalmente humanos, os quais se achariam definidos tanto nas Escrituras e na Patrística como na cultura profana da Antiguidade.” (SARAIVA; LOPES, 2001, p. 173).

O Humanismo, assim sendo, notabilizou-se pela coexistência de um ideal teocêntrico com o antropocentrismo greco-romano e o esforço dos seus idealizadores girava em torno da criação de um sistema filosófico-religioso que substituísse a mentalidade medieval e que estivesse mais de acordo com nova ordem burguesa na Europa. O termo “Renascimento” surge posteriormente, então, para definir este período de maior aprofundamento da imitação dos modelos classicizantes, por conta da premissa de que houve um “renascer” da cultura antiga. Os artistas da Renascença serão caracterizados por se pautarem pelas regras cultivadas nas ideias renascidas da Antiguidade: uso das métricas regulares, disciplina gramatical, universalismo e valorização da capacidade humana. Filosoficamente, o Renascimento representou a reinterpretação da realidade como um arranjo harmônico entre arte, ciência e religião conforme outro comentário da professora Lilian Jacoto:

Como berço da modernidade, o Renascimento significou um esforço de totalização do conhecimento: nele, Arte, Ciência e Religião buscaram um arranjo harmônico; Estética e Ética confundiam-se no ato da criação. Reconhecer o Belo equivalia a participar do Bem e da Verdade (...) A Arte tem, portanto, uma magnitude teofânica, isto é, a missão de elevar o homem à compreensão do Bem divino, vivido como ordem material e imanente, como maquina concertada (JACOTO, 2007, p. 14).

Essas mudanças na mentalidade artística, no entanto, não são uniformes. A Renascença, em meados do século XVI, ainda apresentará uma variação que será chamada de Maneirismo em Portugal. Consiste na retratação dos estados de espírito mais acentuadamente melancólicos que expressam certas frustrações com os juízos humanos que conduzem à desesperança e tristeza:

À falta de melhor designação, aceitamos aqui o nome já consagrado de *Maneirismo* para o estilo dos poetas em que a lírica do amor já movimenta o complexo formulário, mais ou menos amaneiradamente melancólico, do petrarquismo quinhentista, quer ele se vaze em formas ibéricas vindas do Quatrocentos, que utilize a versificação italiana e certos gêneros greco-romanos (SARAIVA; LOPES, 2001, p. 354).

Analisando as artes plásticas maneiristas, a professora Marina Machado Rodrigues afirma que

as obras de pintura e escultura parecem melancólicas, se comparadas às do século anterior, sobretudo pelos contrastes de luz e sombra, pela introdução de cores sombrias, pela representação “dos heróis que parecem petrificados sem atingir os objetivos”. Os artistas reproduzem o esforço, a crueldade, a dor da luta, mas não o entusiasmo da vitória; (RODRIGUES, 2006, p. 224)

O Maneirismo em Portugal adquire feições diversas a do Renascimento italiano. Segundo Rodrigues, o Humanismo no país “se fez sentir apenas na forma de experimentalismo” (RODRIGUES, 2006, p. 224), ou seja, mesmo que as formas greco-romanas fixadas pelos artistas italianos prevaleçam como modelo (éclogas, odes, elegias), há ainda as questões político-econômicas, que também determinam e inspiram o fazer artístico. As experiências vividas por Portugal dão um tom diferenciado à arte que coloca os poetas e pintores num caminho diverso aos de fora da Península Ibérica:

Apesar da adesão ao novo credo, na Península tradicionalmente católica e conservadora, os artistas não abriam mão das crenças religiosas que continuavam a enformar sua produção, implicando a adaptação dos modelos originais italianos. Assim, o que chega a Portugal não é o Classicismo em sua forma ortodoxa, mas já um pré-Maneirismo que se caracteriza pela tensão de elementos antitéticos, rompendo o equilíbrio e a harmonia clássicos e encontrando na Península um terreno propício ao seu exercício (RODRIGUES, 2006, p. 224).

Hauser assevera ser o Maneirismo “um desvio consciente e deliberado da ótica humana em relação ao mundo, instalando a diferença fundamental entre a arte e a vida” (HAUSER, 1972, p. 25) ou seja, acredita que o novo movimento artístico desviava-se do Classicismo que preconizava a conquista pelas próprias forças, a subjugação da natureza e a Razão com base para explicação da existência. E a tendência chega a alguns dos mais expressivos artistas lusitanos adequando-se melhor devido a fatos históricos que contribuem para uma mentalidade artística mais voltada para tal forma de pensar. A expansão marítima portuguesa e suas agruras, a repressão inquisitorial e o desastre de Alcácer Quibir em 1578 seguido da perda da independência dois anos depois influenciarão de forma diferenciada os artistas portugueses como Sá de Miranda, Bernardim Ribeiro e o próprio Luís de Camões:

Os desastres nacionais de 1570-80 acentuam, por outro lado, a importância de certos motivos com que se tem procurado caracterizar a oposição do Maneirismo à Alta Renascença; o desconcerto da vida e dos juízos humanos, o sem-sentido e confusão de uma existência já originariamente degradada, pecaminosa, a cada passo posta *em tormenta* (ou, e é também curiosa esta outra predilecção lexical, *em tormento*), os tropeços humanos de desengano e sem outra esperança que a Graça e Juízo Final de Deus (SARAIVA; LOPES, 2001, p. 352).

A feitura artística, calcada nesse contexto histórico, tematizará a melancolia e o desconcerto do mundo e os temas propostos pelos poetas e pintores caracterizar-se-ão pelo desânimo, pessimismo e desengano, já anunciando a próxima estética que viria a seguir: o Barroco:

Maneirismo: Denominação da corrente artística ocidental quinhentista (desde cerca de 1530) e deve discriminar-se o autêntico maneirismo, gerado em Itália em reacção contra o código artístico do Alto Renascimento. (...) Portugal foi atingido profundamente pela crise pós-renascentista, pior ou melhor assimilada nos vários sectores artísticos, logo, desde o reinado de D. João III, até a fase avançada do século XVII (SERRÃO, 1993, p. 440).

Afirma-se, concomitantemente às análises expostas acima, que há instâncias n' *Os Lusíadas* que evidenciam mais características da poesia maneirista:

George Weise acrescenta, ainda, que a partir de 1550, o Maneirismo atinge seu ápice, embora também se consolidem, nesta época, as forças antitéticas que terão um peso determinante na maturação do Barroco. Em *Os Lusíadas*, por exemplo, convivem o ideal heroizante – encarnado pelos barões e pela visão de Vênus – e a influência tardo-gótica na disforia manifesta nos discursos do Velho do Restelo e do narrador do canto X. As falas destes últimos vaticinam a decadência e a consequente falência dos ideais clássicos, como metáfora de Portugal (RODRIGUES, 2006, p. 224).

Como foi dito anteriormente, a caracterização da épica camoniana como uma obra com viés maneirista, contudo, não é unanime, pois muitos estudiosos do poeta português classificam *Os Lusíadas* como obra renascentista. A lista de citações seria longa, por isso restringir-nos-emos a algumas referências que posicionam a épica como poema da Renascença. As peculiaridades que aproximam a epopeia do modo de pensar classicista, que enaltece a coragem, o desbravamento, a transposição dos próprios limites e apego às ciências estão, sem dúvida, presentes na epopeia lusitana. O poeta seguiu os parâmetros formais fixados pelo Renascimento italiano, enquadramento estilístico e temporal dado por muitos estudiosos do poeta:

Constituindo-se na *faceta* estética da Renascença, o movimento clássico assim chamado porque objetivava a imitação dos antigos gregos e latinos, deu margem ao cultivo da poesia, da historiografia, da literatura de viagens, da novelística, do teatro clássico e da prosa doutrinária. A grande figura do tempo é

Luís Vaz de Camões (MASSAUD, 1976, p. 72).

Epopéia de novos tempos, tempos contraditórios, *Os Lusíadas* adquirem modernidade e se afirmam com a grande epopeia do Renascimento europeu (BERARDINELLI, 2000, p. 322).

Deste modo, Camões foi o poeta que "mais sentiu e melhor exprimiu todas as energias e aspirações da Renascença" (...) e *Os Lusíadas*, para além de expressão da nacionalidade, passam a ser a "verdadeira *Epopêa* do mundo moderno" (CUNHA, 2002, p. 553).

Nosso poeta era também dotado de uma mente disciplinada e sistemática, afeita à ordem e à simetria, às sínteses equilibradas, bem proporcionadas. Nesse sentido, a estrutura do poema – regular, harmonioso, rigorosamente coeso – é uma metáfora do mundo, tal como o homem da Renascença o concebia (MOISÉS, 2007, p. 37).

Em conclusão, temos que *Os Lusíadas*, como símbolo de seu tempo, misturam e representam todas as tensões vividas pelos homens de sua época. Sendo assim, defendemos que a épica camoniana não pode ser apenas classicista, por apresentar traços inegavelmente maneiristas, enfatizando as tensões que se instauravam na Idade Moderna. O poeta faz convergir os conflitos da alma portuguesa naqueles anos em que se aspirava por uma renovação na mentalidade ao mesmo tempo em que as raízes medievais ainda clamavam bem alto. O épico camoniano traduz sua época na medida em que liga aspirações medievais a renascentistas e desejos de expansão da fé cristã a conquistas nunca jamais feitas por meio da Razão e da Ciência.

1.2 Um percurso do estabelecimento d' *Os Lusíadas* como obra literária fundadora de identidade nacional

Passa-se, então, a apresentar a obra que nos serve de *corpus*, eleita como alma, identidade e referência mítica de Portugal, segundo o comentário a seguir de Eduardo Lourenço: "O verdadeiro Sebastião é o texto d'*Os Lusíadas*, que, desde então – embora só o Romantismo lhe conferisse este estatuto – se converteu na referência mítica por excelência da cultura portuguesa." (LOURENÇO, 1999, p. 97). É principalmente a partir desta operação que a épica camoniana adquire o *status* de

símbolo de diversas ideologias cujos pensadores buscarão na épica a base para suas ideias políticas e filosóficas. A dimensão atribuída ao poema de fundador da nação do ser português o fará, de acordo com conveniências ideológicas, ser portavoz de certo juízo de valor:

A sua primeira identidade e matriz quase intemporal da sua futura mitologia, aquela que no século XVI o poema nacional *Os Lusíadas* fixará, é de “reino cristão” obrigado a definir-se ao mesmo tempo contra o reino vizinho de Leão e Castela e a presença muçulmana que ocupa o futuro espaço português até o Douro (LOURENÇO, 1999, p. 90).

A retomada, pelo Romantismo português, da figura de Camões, cujo nome intitula o poema com que Almeida Garrett inaugura o Romantismo, consolida o lugar do épico que – ao lado do poema da nacionalidade que já o glorificara – ganha nesse século a imagem do poeta genial e incompreendido, o verdadeiro herói de uma epopeia. A portugalidade, então, fundamenta-se não só pela épica, como também pelo empenho cívico do cantor da epopeia. Segundo Adma Fadul Muhama,

Portugal se reconhece como individualidade pátria na figura do poeta de *Os Lusíadas*, espelhando-se no poema para significar imaginariamente seu percurso histórico; e é nesse espelho que a nação portuguesa se individualiza como nação de vocação marítima, arrojada, namorada e, claro, imperialista. (MUHAMA, 2007, p. 72)

A epopeia camoniana inaugura alguns dos mitos que são a base da cultura deste povo. “Reino cristão” e “nação navegante” são alguns dos mitos criados por *Os Lusíadas*. Esse ideário mítico-nacionalista acaba por ganhar grande influência na formação do imaginário popular e a obra épica que instaura foi, vez por outra na História, lida e usada como fundamento político-ideológico para a produção ficcional e não-ficcional ao longo dos séculos, assunto que discutiremos nesta dissertação.

O início do século XIX consolida na história da literatura portuguesa o caráter ideológico d’*Os Lusíadas* como obra fundadora da identidade nacional. Muitas composições da época exaltarão agora o poeta Camões, pelo conjunto de sua obra e especialmente pela épica, como a figura que mais sintetiza o ser lusitano elevando-o a símbolo maior do amor incondicional à pátria. Respira-se neste momento a atmosfera do Romantismo que foi fundamental na construção da imagem que se tem do Camões vestido pobremente, mas com dignidade, cego de um olho por lutar pelo seu país e ornado em sua cabeça com a honrosa coroa de

louros. O elogio ao patriotismo do poeta e da obra inaugura-se agora sob nova roupagem, uma vez que, antes do século XIX, já havia uma leitura d'*Os Lusíadas* como demonstração patriótica e saudosista, como no período do governo espanhol, de 1580 a 1640:

O patriotismo refugiou-se então, entre a gente culta, nas letras e, em especial, na história. Uma das formas menos arriscadas de ser patriota era ler *Os Lusíadas*; o grande poema foi a obra mais lida em todo o século XVII; entre 1580 e 1640 editaram-se vinte e quatro vezes as obras de Camões. O passado servia de compensação para o presente (SARAIVA, 1981, p. 216).

A sujeição à Espanha, no século seguinte, faz refletir sobre o que é ser português e o que é estar sujeito a uma administração não portuguesa, pela mesma época em que se pode ler nos *Os Lusíadas* a epopeia mitificada de um povo capaz de chegar aos confins do mundo (MATTOSO, 2000, p. 15).

No século XIX, a leitura da épica camoniana volta a ser referência, pelo que contém de nacionalismo e o poeta, ao contrário do herói épico Gama, é o grande herói dos tempos românticos. Carlos Manuel Ferreira da Cunha, autor do livro *A construção do discurso da história literária portuguesa do século XIX* elenca algumas das obras mais significativas responsáveis pela elaboração do mito de Camões como formador da identidade pátria portuguesa:

A celebração "liberal" de Camões dá-se com a edição de luxo d' *Os Lusíadas* do Morgado de Mateus (1817), a Missa de *Requiem* de Domingos Bontempo (1818), o quadro de Domingos Sequeira representando "A Morte de Camões", simbolicamente identificada com a morte da pátria, exposto no *Salon* de Paris (1824), e o *Camões* de Garrett (1825). Como sublinha Fidelino de Figueiredo, "É esse o grande momento da mythisação ou interpretação lendária da pessoa do poeta." (...). Estes textos artísticos foram "peças capitaes neste longo processo de canonisação do poeta e sua promoção a padroeiro da patria." (CUNHA, 2002, p. 539).

Eduardo Lourenço afirma ser desse século a eleição de Luís de Camões como símbolo nacional e seu poema épico representante maior do sentimento de portugalidade. O poeta, no referido estudo, é elevado ao *status* de *herói nacional* pelos Românticos do século XIX, fato que perdura até os dias atuais no país e materializa o sentimento de amor à pátria:

A identificação de Portugal com Camões, graças aos acontecimentos históricos e à revolução cultural romântica, é um caso singular no âmbito da cultura *européia*. Ao longo do século XIX, há uma espécie de vaivém entre a leitura que fazemos de nosso destino coletivo e a imagem de Camões, ou melhor, de seu *Livro*, transformado, ao mesmo tempo, em estátua do

comandante da nossa cultura, e seu anjo guardião, juiz e esperança de redenção. Camões não se tornará apenas o maior dos poetas para os portugueses – aliás ele já o era desde o século XVII, nem tampouco será o maior apenas para seu comentador hagiográfico Faria de Sousa -, mas sim o *herói nacional*. Somente o conjunto de nosso destino coletivo e a história de nosso imaginário podem dar conta dessa conversão do autor dos *Lusíadas* em *símbolo do próprio Portugal*. É com esse estatuto que Camões se torna o ponto de convergência das paixões nacionais, menos literárias ou culturais que ideológicas, patrióticas, cívicas, ou até, dependendo das circunstâncias, revolucionárias (LOURENÇO, 2001, p. 77).

Segundo o autor, o processo de mitificação do poeta se deveu a um sentimento de exaltação à identidade pátria em virtude de um momento de incerteza e conturbação vivido pelo país nas primeiras décadas do século XIX. Portugal passava pelos turbulentos tempos do Bloqueio Continental, abandono e fuga de sua Família Real e as Revoluções Liberais. Por essas razões, a arte romântica expressava as contradições do tempo marcado pelo desejo de mudança e, ao mesmo tempo, pela necessidade de estabilidade burguesa. Na literatura, os escritores buscaram, então, num passado e nos valores da tradição popular a razão para voltar a crer num futuro próspero, operação feita principalmente através do Romantismo que recuperou na História a imagem de um Portugal vitorioso e dominador:

O tom e o espírito verdadeiro português esse é forçoso estudá-lo no grande livro nacional, que é o povo e as suas tradições, e as suas virtudes e os seus vícios, e as suas crenças e os seus erros. E por tudo isso é que a poesia nacional há-de ressuscitar verdadeira e legítima, despido, no contacto clássico, o sudário da barbaridade, em que foi amortalhada quando morreu, e com que se vestia quando era viva (GARRETT, 1851, p. 10).

E é justamente nesse contexto que se exalta Camões como símbolo de vida e alma coletiva portuguesa. Embora já houvesse uma construção pelos séculos da imagem de Camões, mas especialmente de Gama (o herói épico) como símbolo da coletividade lusitana, a concepção heroica e romântica do poeta e seu “Canto molhado” no falar de Hélder Macedo, foi estabelecida principalmente por Almeida Garrett com seu poema *Camões*. Na obra, o autor retrata o cantor d’Os *Lusíadas* como genuíno herói sofredor, ou seja, aquele que demonstra autêntico amor ao seu país em muitos sacrifícios não recebendo o devido valor em troca por isso:

Camões, ressuscitado para sempre por Garrett, guarda seu novo papel de centro e circunferência de nosso imaginário, [...] É por esse motivo que não seria arbitrário captar através da figura romântica de Camões e de suas

metamorfoses ao longo de um século, as luzes e as sombras do nosso destino. Por trás delas, acima delas, mas também para além da nostalgia e da *Saudade*, se mantém o autor do único *Livro* que podemos refazer, pois foi ele que nos fez tal como continuamos a sonhar que somos (LOURENÇO, 2001, p. 80).

O Romantismo de Garrett, portanto, ajudará de forma decisiva a firmar a imagem coletiva de um Portugal navegador, glorioso e desbravador, ideia que será afixada como referência mítica do país que, no falar de Lourenço, “divinizará o sentimento nacional” cuja base e fonte serão para sempre o poema épico de Camões. O estudo de Manuel Cândido Pimentel ratifica também a fixação do *Livro* de Camões como formador do ser nacional português:

A visão imperial do mito de Portugal tem raízes no ainda incipiente providencialismo do milagre de Ourique, e se desabrocha com o saber dos nossos humanistas, incluindo Camões (1525-1579 ou 1580) – que é certamente, com os *Lusíadas* (1572), o maior construtor da arquitetura mitogénica e poética da nossa nacionalidade. (PIMENTEL, 2008, p. 13)

De acordo com o autor, em seu artigo intitulado *O mito de Portugal em suas raízes culturais*, a mitologia lusitana inicia-se na lenda de Ourique e passa por todo esse período da história portuguesa até chegar a D. Sebastião, sobre o qual se cria “uma compleição messiânica e profética”, que ressoará no imaginário português pelos tempos futuros.

O mito sebastianista merece uma atenção à parte nessa esfera da mitologia lusitana. O poema épico de Camões, como se sabe, é dedicado ao jovem rei D. Sebastião, que ainda não assumira o trono quando o poema começa a ser escrito e termina invocando a atenção do rei para as questões do reino. Seis anos após a publicação da épica, D. Sebastião morre nas areias de Alcácer-Quibir. Estavam criadas as circunstâncias para o aparecimento do sebastianismo. Grande parte da elaboração do mito sebastianista é atribuída às *Profecias de Bandarra*, publicadas em 1603. Nas trovas, Gonçalo Annes, alcunhado como Bandarra devido ao seu ofício de sapateiro, canta a volta milagrosa do rei D. Sebastião, morto nas campanhas militares em Alcácer-Quibir: “Hum Rey nouo nascera/ que nouo nome há de ter/ este Rey que há de nacer/ De terra em terra andara/ Muyta gente lhe ha de morrer” (BANDARRA, 2010, p. 14).

O poema *Mensagem*, de Fernando Pessoa, será o principal representante do mito do sebastianismo, no século XX, na literatura e cultura lusitanas. A parte que

encerra a obra, chamada de “O Encoberto”, revela toda uma aspiração e crença pela volta do rei que perdeu sua jovem vida em circunstâncias misteriosas. Contudo, para o poeta, o que retorna ou regressa não é o rei, mas a ideia mística de regeneração da pátria, o que fez Pessoa autonomar-se como um sebastianista racional. É precisamente *Os Lusíadas* que constituem-se em um dos principais alicerces para a elaboração desses mitos, tais como o sebastianismo, e outros, que formam a identidade portuguesa. Para além dos objetivos do poeta épico, seu poema consagrou-se no decorrer da história e foi ponto de partida para um fundamento de nação, recebendo, ao longo dos tempos, o título de fixador da cultura lusitana.

Voltando a Garrett, o seu tempo caracterizou-se pela busca de uma nacionalidade na literatura que a separasse da filosofia universalista do neoclassicismo, do qual o próprio autor de *Viagens da Minha Terra* é também excepcional artista. Garrett, portanto, não se desvincula do padrão clássico, quando ele é, por assim dizer, necessário à gravidade do tema, contudo imprime ao clássico uma feição mais moderna, leia-se romântica. Mesmo vivendo em um tempo que busca dar outro sentido à história, Garrett reconheceu na obra camoniana seu valor nacional, contudo o que mais se destaca desse olhar é o poeta do século XVI, e sua vida de profunda coerência e exemplo de amor à pátria. Segundo a análise de Carlos Manuel Ferreira da Cunha, coube ao autor romântico “o labor de desenvolver a concepção rapsódica da epopeia camoniana, romantizando a figura do poeta em *Camões* (1825)” (CUNHA, 2002, p. 110). E ainda acrescenta que, “para Garrett, Camões foi nosso “Homero português”” (*idem*). E, nas palavras do próprio poeta, citadas na íntegra no trabalho de Cunha:

Deu ao seu poema o cunho e o character de epopeia nacional quando n' elle reuniu todas as nossas mais queridas memorias e recordações antigas (...). Assim juntou todas as rhapsodias do romance portuguez, e fez a Illiada dos Lusitanos. Ignez de Castro entrou no quadro como elle a achou nas tradições populares, e nas chronicas velhas, que pouco mais eram do que as tradições populares, escriptas." (GARRETT *apud* CUNHA, 2002, p. 110).

Entende-se, destarte, que Garrett em sua leitura romântica da épica de Camões ajudou a firmar, juntamente com outros destacados escritores do seu tempo, a imagem do vate português do século XVI que perdurou durante muitos anos como símbolo no amor pátrio:

A legitimação garrettiana de um novo cânone literário, romântico, assenta nos conceitos que servem de suporte ao nacionalismo liberal emergente, a soberania nacional e popular, (...), implicando a construção de uma "história nacional" e a recuperação das "tradições nacionais", no âmbito de um espaço discursivo amplo, desde o romance e drama históricos à historiografia, centrados na nação. Deste modo, Garrett e Herculano pretendiam a "regeneração" do país (CUNHA, 2002, p. 219).

Convém, então, citar um fragmento do poema garrettiano que ajudou a fazer de Camões e seu *Lusíadas* a obra fundadora de consciência da nacionalidade portuguesa, destacando-se, especialmente, a figura do poeta como um gênio incompreendido por seus pares:

Os olhos turvos para o céu levanta;
E já no arranco extremo: - "Pátria, ao menos
Juntos morreremos..." E expirou coa pátria.
"Onde jaz, Portugueses, o moimento
Que do imortal cantor as cinzas pagastes
No sepulcro sequer... Raça d'íngratos! (GARRETT, 1973, XXIII).

No trecho em destaque, temos a dramaticidade da morte do poeta que, romanticamente, foi associada à perda da independência de Portugal, em 1580, com a unificação das Coroas ibéricas. No poema, Camões "morre com a pátria", tamanho é o amor pelo seu país. Ou seja, no momento em que os portugueses se submetem a um poder estrangeiro, privando-se de sua autonomia política, o poeta também expira vitimado pela doença e amargura. A leitura romântica do vate lusitano faz com que ele se identifique de tal forma com sua nação, que o infortúnio que alcançou seus compatriotas também seja terrivelmente sentido por ele. O poema de Garrett termina com a denúncia da ingratidão portuguesa que nem sequer ofereceu ao seu poeta maior um sepulcro digno. Garrett usa o desconhecimento do túmulo onde jazem os restos mortas do autor d'*Os Lusíadas* para mostrar aos lusitanos seu descaso com o cantor que enalteceu sua pátria acima de tudo, dando a ela uma história orgulhosa e digna de enaltecimento.

Outro entusiasta da ideia de um Camões identificado com a nação portuguesa em suas desventuras e adversidades é o poeta e escritor Gomes Leal. Por ocasião das comemorações do tricentenário de Camões, evento político-cultural realizado em 1880, do qual falaremos mais adiante, o poeta reproduziu a romantização do vate português dos Quinhentos em seu poema *A Fome de Camões*. A obra enaltece,

à semelhança de *Camões*, de Garrett, o poeta sofredor e não retribuído por dar ao país a sua epopeia por excelência:

Este vulto, portanto, que caminha
altas horas, ao frio das nortadas,
é Camões que de fome se define
nas ruas de Lisboa abandonadas.
É Camões a que a Sorte vil mesquinha
faz em noutes de fome torturadas,
elle o velho cantor d'heroes guerreiros!...
vagar errante como os vis rafeiros (LEAL, 1999, I, 24).

O processo de “romantização” e “nacionalização” d’*Os Lusíadas* também é assinalada por outros notáveis estudiosos do século XIX. Teófilo Braga, em concordância com Garrett, confere à épica camoniana o *status* de “rapsódia” da nação lusitana. Camões é, portanto, o grande cantor dos feitos heroicos portugueses em terra e mar. Como observa Cunha, a respeito de Teófilo Braga:

À semelhança de Garrett, Teófilo “romantizou” *Os Lusíadas*, à luz da “Questão Homérica”, a fim de lhe atribuir uma génese popular-nacional (...). A leitura de Teófilo transforma o poeta épico num rapsodo e a epopeia numa obra correspondente à idade heroica nacional, conciliando a tradição clássica e o “sentimento nacional” (...). Ao mesmo tempo, Teófilo foi o impulsionador do Tricentenário de 1880, colocando Camões ao serviço da causa republicana (CUNHA, 2001, p. 246).

E, nas palavras do próprio erudito:

“Camões deu expressão a este sentimento que transformou uma Patria em Nacionalidade historica. O valor da sua epopêa está n' este poder de concepção e na sublimidade da expressão esthetica, que torna os *Lusíadas* uma criação typica da arte moderna.” (BRAGA, 1891, VI).

Ao esforço sistemático em dar aos portugueses uma literatura nacional junta-se também Rebelo da Silva, historiador, literato e jornalista que faz coro com os demais críticos exaltando o Romantismo garrettiano lido na epopeia camoniana e sua reprodução em *Camões*. Afirma peremptoriamente que Garrett foi “o maior poeta, que teve Portugal, depois de Camões”, (SILVA, 1905, p. 50) reproduzindo em muito a ideia garrettiana da identificação de Camões com os destinos da pátria portuguesa, conforme se lê em seu comentário abaixo:

"Camões no sepulchro em que via abysmar-se Portugal" [resolveu] "por para epitaphio o derradeiro cantico da patria."; "Os 'Luziadas' são neste sentido as Nenias da monarchia. É o hymno do passado, é a saudade da gloria, cantada sobre o cadaver da sua armadura antiga. Era uso dos povos-soldados celebrar as virtudes do guerreiro morto sobre o seu ataude. Camões, limpando o pranto dos olhos, cumpriu com a patria a religião do tumulo. Quando veiu a jornada de Alcacer estava concluido o monumento: - Portugal já não morria todo." (SILVA, 1848, p. 152).

Há, então, na teoria sustentada pelo estudioso um propósito claro de eleger a figura do poeta como baluarte maior da afeição pátria, identificando o seu autor com as desventuras da nação lusitana durante a história. *Os Lusíadas* seriam o canto sobre as glórias do passado, melancolicamente perdido, e Camões o poeta que com a sua vida e morte encarnou a trajetória histórica de seu país.

Oliveira Martins é um dos célebres estudiosos de literatura que faz uma leitura d'*Os Lusíadas* que coaduna, em algum nível, com um sentimento patriótico dando ao poema o status de "Bíblia nacional". Conclui que Camões deve ser louvado por ter exposto em seu poema magno o genuíno amor ao seu país tornando-o símbolo máximo desse sentimento:

Mas foi um Virgílio que fez a *Eneida*, um Camões que fez *os Lusíadas*, poemas ambos tão cyclicos, isto é, tão representativos do crêr, do sentir e amar de um povo, como essas folhas soltas brotadas anonymamente da imaginação collectiva (MARTINS, 1891, p. 15).

O estudioso ainda dá ao vate lusitano o heroísmo que se lê em seu poema de ter "fundado Portugal" com a composição de sua obra poética. Diz que *Os Lusíadas* consubstanciariam, assim, a "alma portuguesa", o carácter português que as conquistas, o seu maior feito, mais proeminentemente mostraram:

"A coragem de um homem fundou Portugal, o entusiasmo de um povo manteve-lhe a autonomia. A nação é verdadeiramente um milagre da vontade. Destacado da Galliza pingue, e do ingenuo naturalismo primitivo, Portugal, triumphante em Lisboa, é uma nação nova."; "E esse povo, filho do milagre, solta as azas e parte, mares em fora, a 'por o freio' a quantas gentes vê. Tal é o destino da nação, tal a sua historia, admiravelmente sentida nos *Lusiadas*" *Os Lusíadas* "são pois a nossa bíblia nacional, e o tesoro del luso" (MARTINS, 1891, p. 289).

Embora reconheça o valor da épica como o "livro nacional", Martins pontua que o canto camoniano se revelava, também, como demonstrativo de um passado glorioso que já não existia mais. O literato concebe como legítimo o heroísmo e as

façanhas marítimas portuguesas, no entanto, reconhece que, embora esse caminho do heroísmo tenha sido mais bonito do que o percorrido pelas nações modernas, em suas preocupações comerciais, o seu fim era esgotar até o limite das energias vitais aquele que nele se pôs. Martins, então, concebe *Os Lusíadas*, também, como um canto trágico, pois o que sucedeu na história grandiloquentemente cantada pelo vate lusitano foram desilusão e derrota: “*Os Lusíadas* aparecem quando a pátria agonizante estava debruçada sobre a cova de Alcacerquibir” (MARTINS, 1891, p. 122).

O notável poeta e diplomata Tomás Ribeiro no prólogo *A Portugal*, da novela *Dom Jaime*, de 1862, também enaltece, a epopeia nacional de Camões como memorial de uma era gloriosa vivida pelos portugueses:

Três testemunhas tens, que ao mundo inteiro,
Grandes, hão de levar a tua glória:
Camões, o sol, e o oceano: que o primeiro
Ergueu-te em alto canto a nobre história.
Com prantos e com sangue audaz guerreiro,
O seu livro escreveu de alta memória!
Lede os cantos divinos do poeta
Entoados em harpa de profeta! (RIBEIRO, 2009, p. 3).

Na épica narrativa que trata da resistência de um jovem fidalgo beirão contra o domínio filipino, Ribeiro vai ao encontro do assunto em voga no momento, a construção de uma literatura nacional, abordando temáticas de cunho patriótico. A atmosfera romântica é acentuada na história, segundo Saraiva, pelos “ingredientes da novela folhetinesca em moda: a mulher desonrada e abandonada, a enjetada, o herói perseguido a monte, o assassinato covarde, o encarceramento injusto, etc.” (SARAIVA; LOPES, 2001, p. 760). Camões é elevado, no poema romântico de Ribeiro, ao *status* de cantor divino da “nobre” história portuguesa, equiparado metaforicamente com o sol e o oceano como testemunhas do heroísmo empreendido pelos lusitanos através dos séculos. O poema ratifica o posicionamento de Garrett e outros do período identificando o poeta dos Quinhentos como o símbolo do sentimento nacionalista.

A “romantização” e “nacionalização” d’*Os Lusíadas* ao longo dos tempos terá ainda outro forte apologista no século XX. O professor Hernani Cidade, autor de renomados e numerosos estudos camonianos, reitera a construção imagética de Camões:

Mas, sob estas realidades de superfícies sente-se a profunda humanidade do Poema: a glória do Português e o preço em naufrágios, perdições de toda a sorte porque ela se obteve; os triunfos do Homem contra as forças da Natureza que lhe impedem a plenitude da realeza universal, coroados na Ilha dos Amores, mas a dramática inquietação da alma e da vida, amaldiçoada pelo saber de experiências feito do Velho do Restelo... Esta complexa e autêntica humanidade do poeta que tem sido o companheiro de todas as gerações, que é ainda o mais vivo de todos os poetas que a nossa conhece, porque não seria, neste momento de celebração do centenário de sua obra máxima, objeto dum comum revivescência do seu culto, em que em uníssono comungassem todos os Portugueses, de todos os credos sociais políticos e religiosos? Pois não temos todos em Camões (os mais diversos na fortuna, os mais distantes na ideologia, os mais opostos no temperamento) qualquer aspecto a amar e a venerar? E os que sofre, como ele, golpes semelhantes, em quem encontram voz de igual timbre e poder emocionante para se exprimirem? (...) N'Os *Lusíadas*, porém, a eficácia é reconhecida quanto ao avivamento do sentimento de nacionalidade – estímulo dinamizador de energias que, servindo a Pátria, podem ser notável contributo em serviço da Humanidade. O espanhol Juan Valera, que no século XIX viveu em Lisboa em atividade diplomática, afirmava que o Poema valia mais para zelar a nossa autonomia do que todos os castelos que eriçavam a fronteira. (CIDADE, 1972, p. 67)

O enfoque de Cidade, dado ao poeta ratifica, destarte, o posicionamento dos românticos do século anterior. O erudito afirma ser Camões profundamente “humano” no sentido de o poema ter retratado diversas agruras e desventuras da biografia de quem o escreveu. A ideia de cunho romântico do comentário acima busca fazer o vate lusitano se identificar com os sofrimentos dos portugueses, por causa das experiências que viveu. No trecho supracitado, o autor sustenta que a obra camoniana reaviva o “sentimento de nacionalidade” da pátria cantada por ela.

O século XIX, finalizando, contribuiu decisivamente para a construção de uma imagem romantizada e nacionalista da épica portuguesa e seu autor. Alguns dos mais renomados literatos daqueles cem anos viram em Camões a figura heroica e patriótica que se requeria para a elaboração de uma literatura nacional, necessidade daquele movimento estético cuja tônica principal era formar uma identidade local nas letras. Tiveram Garrett, Alexandre Herculano, Rebelo da Silva, Tomás Ribeiro, Gomes Leal e Teófilo Braga - embora de tendências distintas dos Oitocentos – o objetivo de fixar certa leitura do poema que influenciou muitos examinadores d'Os *Lusíadas* ao longo dos anos e que se tornou responsável por fundar ideologias políticas diversas.

Cabe então, oportunamente, um breve resumo do clássico convencionado como a consciência da alma portuguesa: “Camões, que conferiu à nova idade de

Portugal a sua máxima expressão simbólica e épica conhecedor desses “dois Portugais”, falou da “alma (portuguesa) pelo mundo repartida”. (LOURENÇO, 1999, p. 95)

O poema é distribuído em dez cantos com 1102 estrofes em oitavas com esquema de rima ABABABCC, cujos versos decassílabos heroicos e sáficos totalizam 8816. Com a disciplina e inspiração renascentista, Camões elabora a epopeia que, como já se discutiu, molda a identidade desta nação do extremo Ocidente da Europa:

Os *Lusíadas* são o poema dos descobrimentos, do desvendamento dos mares e terras, e da afirmação do poder do homem sobre os elementos, mas também da reafirmação dos valores cavaleirescos caracteristicamente medievais. Essa coexistência de valores se deve aos dois tempos principais em que decorrem as narrativas que se encaixam, formando o poema: o tempo presente, da viagem à Índia; o tempo passado, da história de Portugal; e não se esqueça ainda o tempo futuro, previsto pelas profecias. (BERARDINELLI, 2000, p. 320)

Os *Lusíadas*, de Luís Vaz de Camões, narram as aventuras marítimas de Vasco da Gama, navegante português, e a sua tripulação para alcançarem a Índia. Eles dispõem-se na perigosa empreitada além-mar para conquistar novos territórios e riquezas em nome de sua pátria, além do objetivo de expandir a fé cristã. Com heroísmo mitológico esses nautas embrenham-se nos oceanos a fim de levar a todo o mundo o domínio lusitano. Em muitas ocasiões o brio desbravador dos portugueses na epopeia será usado como base de pregações políticas colonialistas, especialmente pelo que se anuncia na primeira estrofe do poema:

As armas e os barões assinalados
Que da Occidental praia Lusitana
Por mares nunca de antes navegados
Passaram ainda além da Taprobana,
Em perigos e guerras esforçados
Mais do que prometia a força humana,
E entre gente remota edificaram
Novo Reino, que tanto sublimaram (CAMÕES, 1980, I, 1).

O poema começa com a apresentação dos heróis e seus feitos extraordinários através dos mares e segue com a tradição épica greco-romana de pedir às Musas a inspiração para cantar tais feitos. Depois, há uma dedicatória ao rei D. Sebastião, depositário da esperança lusitana de dias de grande prosperidade

para a nação. A seguir, o poeta passa a retratar os marinheiros já em alto-mar enfrentando as intempéries dos oceanos.

Adiante, ocorre o intercurso do maravilhoso greco-romano na épica camoniana. Os deuses do Olimpo intervêm na aventura e se dividem quanto a ajudar ou não os portugueses. Decidiram Júpiter, o deus do trovão e pai dos deuses, Marte, o deus da guerra e Vênus, a deusa do amor aprovar a aventura lusa. No entanto, Baco, o deus do vinho, resolve contrariar a decisão do Concílio colocando-se contra as campanhas portuguesas além-mar. O maravilhoso pagão figura na epopeia como personagens reais e a ação narrativa é realizada através dos deuses da mitologia greco-romana, coadunando com o cristianismo, segundo afirma Saraiva no seu ensaio *Função e significado do maravilhoso n'Os Lusíadas*, de 1987:

Para o poeta e para os seus leitores, quem obrava, quem era o agente real da acção, eram os deuses fabulosos. Esses é que puxavam efectivamente os cordelinhos que faziam dançar os homens. Desta maneira ele evitou as misturas incoerentes, que lhe atribuem os críticos, entre o sobrenatural cristão, verdadeiro, e o sobrenatural pagão fabuloso (SARAIVA, 1987, p.46)

Começando propriamente a narrativa, os navegantes são retratados chegando já na ilha de Moçambique e, após vencerem alguns perigos de cilada armada pelos mouros, seguem para Mombaça, na costa oriental africana. Nesta cidade Baco suscita inimigos contra os portugueses, mas não logra êxito, pois Vênus intercede junto à Júpiter para que salve seus protegidos e ela mesma age na defesa de seus amados portugueses.

Em Melinde, o capitão Vasco da Gama é bem recebido pelo rei e Camões faz através do seu comandante uma longa digressão narrando as histórias de heroísmo protagonizadas pelos reis de Portugal e outros personagens desde a sua fundação. É destacado nestas histórias, entre outros atributos, o ideal cavaleiresco demonstrado nas muitas guerras que travaram em nome da nação lusitana:

Prontos estavam todos escuitando
O que o sublime Gama contaria,
Quando, depois de um pouco estar cuidando,
Alevantando o rosto, assi dizia:
– Mandas-me, ó Rei, que conte declarando
De minha gente a grão genealogia;
Não me mandas contar estranha história,
Mas mandas-me louvar dos meus a glória (CAMÕES, 1980, III, 3).

Para provar o valor do “ilustre peito lusitano”, o Capitão narra ao rei de Melinde a história de Portugal, o “cume da cabeça de Europa toda” (CAMÕES, 1980, III, 20). Gama inicia o seu relato épico-histórico com a descrição geográfica da Europa e em seguida passa a expor a origem de sua gloriosa nação, dando a ela ascendência divina. Lusitânia deriva, segundo Gama, de Luso, que se associa a Baco como filho ou companheiro. O Capitão canta as vitórias nas guerras de Luso a Viriato, o defensor da Lusitânia contra os romanos. O relato histórico da formação da nacionalidade portuguesa chega a Afonso VI, rei de Leão e Castela, e a D. Afonso Henriques, seu filho e primeiro rei de Portugal, protagonista da famosa batalha de Ourique, na qual o próprio Cristo teria aparecido ao rei e dado a vitória sobre os mouros. A narrativa continua com o episódio da grande hombridade de Egaz Moniz que se entregou para cumprir a palavra empenhada com honra. Lê-se, a seguir, a saga da Dinastia Afonsina: Sancho I, Afonso II, e Sancho II (criticado na obra por ser fraco e ocioso), Afonso III e D. Dinis, que realizou grandes obras como a primeira Universidade do país, além de impulsionar o progresso em várias áreas.

Em seguida, vem Afonso IV, “forte e excelente” (CAMÕES, 1980, III, 98) que se aliou a Castela para lutar bravamente contra os mouros. Este foi reconhecido como o herói na batalha de Salado, mas é apontado como o responsável pela morte de Inês de Castro, a amante de seu filho e sucessor do trono, D. Pedro. Inês é assassinada cruelmente, mas não é morto o amor que o príncipe sentia por ela. Ele a fez sua esposa secretamente e rainha mesmo depois de sua morte. Com este episódio, Camões interrompe o brio cavaleiresco da épica para dar lugar ao lirismo do amor entre Pedro e Inês: “As obras com que Amor matou de amores/ Aquele que depois a fez Rainha,” (CAMÕES, 1980, III, 132). Vasco da Gama ainda relata a vingança de D. Pedro, que os matou os algozes de sua amada assim que subiu ao trono.

Sucedendo a esse rei, entra Fernando, que é criticado por quase sujeitar o reino à Castela perdendo a independência. “Que um fraco rei faz fraca a forte gente” (CAMÕES, 1980, III, 138). O amor que teve pela comprometida Lianor Teles é duramente repreendido, porém ressalvado pelo poeta, pois o Amor é tido como irresistível, impossível de ser controlado e existente por si só:

Mas quem pode livrar-se por ventura;
Dos laços que Amor arma brandamente. (CAMÕES, 1980, III, 142)
[...]

Desculpado por certo está Fernando,
Pera quem tem de amor experiência;
Mas antes, tendo livre a fantasia,
Por muito mais culpado o julgaria. (CAMÕES, 1980, III, 143)

A história heroica dos lusitanos continua a ser contada pelo Gama ao rei de Melinde, referindo-se à segunda dinastia portuguesa, a de Avis, e as suas vitórias na batalha de Aljubarrota. O rei em questão é D. João I, o primeiro a empreender campanha vitoriosa fora do território português. Foi no seu reinado que Portugal alcançou o primeiro território ultramarino: Ceuta, cidade ao norte da África.

A coragem, disposição para o combate e o patriotismo são louvados e exaltados. O Gama cita o cavaleiro Nuno Álvares Pereira como exemplo de soldado abnegado e censura veementemente a traição à pátria, como no caso dos irmãos de Álvares, que se juntaram aos inimigos, os castelhanos. D. João I, o Mestre de Avis, é particularmente engrandecido por causa da sua destreza na batalha e os resultados obtidos: “E sopesando a lança quatro vezes,/ Com força tira; e deste único tiro/ Muitos lançaram o último suspiro.” (CAMÕES, 1980, IV, 38).

Depois segue o reinado sem grandes acontecimentos de D. Duarte com o martírio do infante santo D. Fernando, por Portugal se recusar a entregar Ceuta aos mouros. O rei seguinte é Afonso V, vencedor de muitas batalhas, exceto contra Castela na qual foi ajudado pelo traidor Fernando de Aragão. D. João II sucede a Afonso V e inicia as campanhas das navegações em busca de novas terras e riquezas, completadas somente pelo seu filho D. Manuel I. Este tem um sonho no qual os rios indianos Ganges e Indo são personificados para falar ao rei sobre as suas empreitadas marítimas, prometendo dificultar com guerras a penetração portuguesa na Índia, mas, ao mesmo tempo, profetizando o triunfo dos lusos. O rei se anima com o sonho e convoca o Gama para a empresa marítima e este, com fervoroso espírito ufanista e desbravador, aceita a determinação.

Um excursão melancólico interrompe a sequência de conquistas e heroísmo n’Os *Lusíadas*. A suposta vaidade que motiva a empreitada é criticada pelas palavras duras do Velho do Restelo. Ele censura a aventura dos nautas por achar que esta seria para o enriquecimento do rei e dos seus marinheiros e para lhes dar fama. O Velho ainda critica a empresa além-mar por esta desguarnecer o próprio território português das invasões dos mouros e castelhanos. A passagem maneirista, reveladora de indagações existenciais e seus conflitos, refreia o ânimo

renascentista, cujas premissas principais consistem em vitórias e sobrepujo das forças da natureza por meio da técnica e da Razão. O episódio põe em xeque o nacionalismo ufânico lido no próprio épico camoniano que seus leitores políticos usarão como base para suas proposições:

A que novos desastres determinas
De levar estes Reinos e esta gente?
Que perigos, que mortes lhe destinas,
Debaixo dalgum nome preminente?
Que promessas de reinos e de minas
D'ouro, que lhe farás tão facilmente?
Que famas lhe prometerás? Que histórias?
Que triunfos? Que palmas? Que vitórias? (CAMÕES, 1980, IV, 97)

A fala do Velho tem sido identificada como uma voz que se insurge contra a aventura lusa pelos mares motivada pela busca de enriquecimento e fama. A anti-epopeia, revelada em sua melancólica alocução, mostra as falhas da ideologia expansionista e suas nefastas consequências, tais como esgotamento do tesouro do reino, alto morticínio de pessoas e desproteção das fronteiras ante a um possível ataque estrangeiro. Segundo Cleonice Berardinelli, em seu trabalho intitulado *Estudos camonianos*, o Velho do Restelo representa a própria voz de Camões nesse excurso criticando os desmandos do expansionismo ultramarino português e as mazelas que dele advêm para a país: “Nessas oitavas temos novamente a consideração de ordem geral, a reflexão do Poeta, mesmo sob o disfarce do Velho, que vários camonistas identificam a Camões.” (BERARDINELLI, 2000, p. 36).

O heroísmo dos navegantes portugueses está também no enfrentamento das tempestades do mar. O percurso pelo perigoso Cabo das Tormentas é descrito como um embate contra o gigante Adamastor que é vencido pelos nautas de Portugal. A vitória sobre o monstro mitológico representa a supremacia dos marinheiros sobre as dificuldades impostas pelo mar. O lirismo envolvido na narrativa mítica de Adamastor também é notável para evidenciar o Maneirismo de Camões no seu épico. A frustração e o desengano com o amor não realizado torna a passagem uma das mais apreciadas e estudadas. Tétis, alvo de sua paixão, e sua mãe Dóris enganam o enamorado personagem que perde a sua humanidade ao se dirigir apaixonadamente a ela. Como punição pela sua ousadia e impetuosidade, o gigante foi transformado num duro penedo e lá permaneceu como obstáculo à passagem de navegações:

Converte-se-me a carne em terra dura;
 Em penedos os ossos se fizeram;
 Estes membros que vês, e esta figura,
 Por estas longas águas se estenderam.
 Enfim, minha grandíssima estatura
 Neste remoto Cabo converteram
 Os Deuses; e, por mais dobradas mágoas,
 Me anda Tétis cercando destas águas. (CAMÕES, 1980, V, 51)

A longa narrativa que faz Vasco da Gama dos feitos épicos portugueses chega ao fim com a comparação destes heróis clássicos de Homero e Virgílio:

Ventos soltos lhe finjam e imaginem
 Dos odres e Calipsos namoradas,
 Harpias que o manjar lhe contaminem,
 Decer às sombras nuas já passadas:
 Que, por muito e por muito que se afinem
 Nestas fábulas vãs, tão bem sonhadas,
 A verdade que eu conto, nua e pura,
 Vence toda gradiloqua escriptura! (CAMÕES, 1980, V, 8).

O poeta ainda exalta o valor das letras como divulgadora dos grandes feitos e como aquela que enaltece a importância das conquistas. Os versos eternizam os atos heroicos fazendo com que sejam conhecidos e admirados na posteridade. Heróis de fato são aqueles retratados e louvados pela poética: “Não tinha em tanto os feitos gloriosos/ De Aquiles, Alexandro, na peleja,/ Quanto de quem o canta os numerosos/ Versos: isso só louva, isso deseja.” (CAMÕES, 1980, V, 93). Camões também critica os seus compatriotas por desprezarem a leitura, pois todo o grande comandante de notáveis exércitos do passado tinha o hábito de ler: “Lia Alexandro a Homero de maneira/ Que sempre se lhe sabe à cabeceira.” (CAMÕES, 1980, V, 96).

A prova do valor dos portugueses está na superação de desvantagens e no seu altruísmo, como na história dos Doze da Inglaterra, contada pelo marinheiro Fernão Veloso enquanto seguiam para a Índia. Para vingar o ultraje feito a doze damas inglesas, o Duque de Alencastro convoca doze cavaleiros portugueses. Apenas onze deles combatem inicialmente contra os ingleses que ofenderam as damas e se saem heroicamente vencedores da peleja, embora em evidente inferioridade. O Magriço, o decimo-segundo cavaleiro, intenta unir-se aos onze mas prefere seguir por terra, o que retarda a sua chegada ao campo de batalha e faz com que seus companheiros entrem no conflito com grandes chances de serem derrotados. A prova de seu heroísmo é atestada também pelo fato de que a viagem

por terra era mais perigosa. O atrasado junta-se ao grupo em plena guerra pois jurou estar na peleja para somar forças contra os injuriosos ingleses. Os portugueses, por fim, vencem a pugna e exaltam, mais uma vez, o “ilustre peito lusitano”:

Recolhe o Duque os doze vencedores
 Nos seus paços, com festas e alegria;
 Cozinheiros ocupa e caçadores,
 Das damas e fermosa companhia,
 Que querem dar aos seus libertadores
 Banquetes mil, cada hora e cada dia,
 Enquanto se detêm em Inglaterra,
 Até tornar à doce e cara terra. (CAMÕES, 1980, VI, 62)

Ao se despedir do monarca de Melinde, Gama e seus navegantes ainda enfrentam a oposição de Baco, que desce ao oceano para persuadir outro deus, Netuno, a criar tempestades no mar. As intempéries vêm, mas os portugueses são salvos pela deusa Vênus, sua protetora. Passado mais este perigo, chegam finalmente à Calecute, na Índia, destino final dos navegantes.

Há uma exaltação de Camões ao espírito cruzadista português contraditado à política de algumas nações europeias. Estes países estavam ocupados com questões que não uniam o mundo católico e sim, o fragmentavam e o enfraqueciam diante de um inimigo comum, os mouros. Ou seja, os alemães e sua Reforma Protestante, a Inglaterra e sua separação de Roma criando a sua Igreja Anglicana e finalmente a França que não lutava para reaver Jerusalém dos árabes contribuíam para o enfraquecimento da fé católica, na qual o poeta e as nações ibéricas depositavam a esperança do reino futuro:

Ó míseros Cristãos, pola ventura
 Sois os dentes, de Cadmo desparzidos,
 Que uns aos outros se dão à morte dura,
 Sendo todos de um ventre produzidos?
 Não vedes a divina Sepultura
 Possuída de Cães, que, sempre unidos,
 Vos vêm tomar a vossa antiga terra,
 Fazendo-se famosos pela guerra? (CAMÕES, 1980, VII, 9)

A seguir, o Capitão encontra Monçaide, marroquino que fala castelhano, e o leva para bordo para lhe servir de intérprete junto aos indianos. Neste ínterim, Paulo da Gama, faz novas referências à gloriosa história de Portugal a partir das pinturas expostas nas bandeiras das naus portuguesas. Vasco da Gama é recebido pelo

Catual, um ministro indiano, que o conduz até o Samorim, soberano de Calecute. Camões aqui faz mais uma digressão para lamentar a rudeza de seu povo e o descaso com o seu trabalho: “Trabalhos nunca usados me inventaram,/ com que em tão duro estado me deitaram!” (CAMÕES, 1980, VII, 81).

Continuando a lançar problemas para que os portugueses não cumpram a sua missão, Baco entra no sonho de um sacerdote muçulmano no intuito de atizar os nativos contra eles. O Gama chega a ser preso, mas logo é libertado pelos seus homens através da paga de mercadorias. O Catual deseja retardar maliciosamente o embarque dos nautas, mas não logra êxito em seu nefasto propósito.

Os navegantes, já voltando da Índia em segurança, são premiados com uma estadia na mítica Ilha de Amores, local onde desfrutam todos os prazeres do amor e do saber. Vênus, que tanto ama a gente lusitana, presenteou os seus portugueses com as mais belas ninfas para o desfrute dos prazeres há tanto negado pelas circunstâncias em alto mar. Eles ainda participaram de um grande banquete promovido pela deusa Tétis. Mesmo na maravilhosa ilha há referência ao valor português na guerra na citação a vários heróis como Duarte Pacheco, o “Aquiles lusitano”, D. Lourenço de Almeida e seu filho D. Francisco de Almeida, que por vingança pela morte do pai destrói a armada inimiga, além do Albuquerque e outros soldados bravos que ajudaram a expandir o domínio lusitano sobre vários territórios da África e Ásia: “Com doce voz está subindo ao Céu/ Altos varões que estão por vir ao mundo,” (CAMÕES, 1980, X, 7).

Finalmente, a marca do heroísmo português se mostra nas profecias que são feitas pela deusa Tétis de grandes conquistas futuras. Segundo a deusa eles alcançarão todo o mundo, desde a África, passando pela Índia, até o Extremo Oriente, na China e Japão. Após avistar a Máquina do Mundo, mostrada pela deusa, e receber as profecias de vitória, os portugueses, enfim, voltam para a sua pátria para encontrar o seu rei. O valor da abnegação dos sacerdotes no cumprimento da evangelização mundial está na referência a São Tomé, discípulo de Cristo pregador na Índia. O poeta busca incentivar a expansão da fé cristã e mostrar como se deve fazê-la, aproveitando para criticar a negligência daqueles que estavam incumbidos dessa missão.

A épica termina com uma série de conselhos dados por Camões ao rei Sebastião em relação ao país, exortando-o a ser justo e a defender a sua nação. Ao fim de *Os Lusíadas*, o autor conclama a D. Sebastião, futuro rei de Portugal e

depositário de toda esperança do povo luso, a se comprometer com os cavaleiros defensores da Cristandade e do próprio reino português: “Os cavaleiros tende em muita estima/ Pois com seu sangue intrépido e fervente/ estendem não somente a lei de cima,/ mas inda vosso império preeminente.” (CAMÕES, 1980, X, 151). Os últimos versos elevam os lusitanos à categoria dos grandes heróis, mitológicos e reais, dizendo que se verá neles a ousadia, a coragem e o valor notabilizados naqueles da Antiguidade Clássica. E ainda ressalta que serão cantados da mesma forma que os autores clássicos cantaram os seus heróis.

Camões demonstra em seu célebre poema intenso nacionalismo e orgulho de ser português. A despeito de algumas críticas que faz aos seus conterrâneos e ao próprio rei, permeia em todo o livro fortíssimo sentimento de amor à sua pátria. Amor à sua religião, costumes, cultura. A lenda que o poeta teria deixado de salvar a sua amada Dinamene para resgatar os rascunhos d’*Os Lusíadas* no naufrágio que sofreu mostra o cunho nacionalista que a obra recebeu ao longo dos tempos. O poeta teria preferido salvar o “louvor à pátria” à sua amada companheira.

Certamente, a obra de Camões não se restringe a demonstrações de patriotismo, pois há momentos na épica de grandes questionamentos à empresa ultramarina lusitana (como a fala do Velho de Restelo nos cantos IV e V) e a reprimenda aos sacerdotes da Igreja por não evangelizarem com lhes convém (canto X). Porém, prevalece em seus versos a impressão de um homem que ama a sua nação e tudo que se relaciona a ela. A sua religião é venerada como aquela que precisa ser divulgada e conhecida no mundo inteiro. O poeta exalta o fervor religioso na propagação da fé cristã (como no relato da história de S. Tomé no canto X) e exorta ao empenho nessa missão. São justamente esses posicionamentos evidenciados na obra que foram usados para fins político-ideológicos ao longo desses quatro séculos de publicação do maior épico em língua portuguesa. Seu amor ao país e a forma como o expôs serão tomados como modelos e inspirarão muitos outros autores cujas obras buscarão refletir os mesmos sentimentos ufânicos do poeta quinhentista.

1.3 O ideário nacional, humanista e religioso n’*Os Lusíadas*, bases político-ideológicas para diversos sistemas ao longo da História

As primeiras publicações do poema épico camoniano foram temas de muitos estudos, mas nunca de conclusões unânimes. É motivo de muita discordância até hoje a eleição de uma das duas edições de 1572 como *princeps*, se a que mostra o bico do pelicano da capa voltado para a esquerda ou para a direita².

O assunto é extenso e de caráter estritamente filológico. As edições, portanto, a seguir é que estão circundadas de questões políticas e ideológicas.

A chamada “edição dos Píscos”, como ficou conhecida a publicação de 1584, substituiu e censurou vários termos considerados impróprios para a política em vigor em Portugal. O país estava sob o domínio espanhol e, por conta disso, sujeitou-se a um regime mais rigoroso que aumentou a vigilância sobre as produções artísticas. Algumas referências às divindades pagãs e consideradas “contrárias aos bons costumes” foram alteradas e até mesmo cortadas dessa edição. Após as edições impressas ainda ementadas de 1591 e 1594, publica-se, em 1597 uma edição do texto integral, sem emendas, como a de 1572. Berardinelli ainda comenta que foram publicadas em espanhol, no ano de 1580 e 1591, mais três edições, “nas quais o texto está sem cortes e com pequeníssimas alterações” (BERARDINELLI, 2000, p. 120). Sobre a primeira delas, traduzida por Benito Caldeira, a autora afirma que foi dedicada ao presidente da Santa e Geral Inquisição e que foi aprovada sem restrições como livro “*de mucho provecho a la republica*”. Ou seja, a publicação d’*Os Lusíadas* tinha uma relevância política que favorecia a sua tradução e impressão. No entanto, as pequenas alterações, das quais falou Berardinelli, preservaram ainda o propósito de adequar o poema camoniano ao sistema vigente. Segundo a autora, mesmo que a versão espanhola da épica tenha conservado as cenas eróticas, a censura quanto à questão política permaneceu. As emendas procuraram substituir expressões depreciativas para designar os castelhanos por outras. Em vez de “o soberbo Castelhana” (CAMÕES, 1980, III, 34), “*luego el Castellano*”³. Outro exemplo está no verso “açoite de soberbos Castelhanos” (CAMÕES, 1980, IV, 24), que é traduzido como “*Freno de los motivos poco sanos*”⁴, cujo sentido se afasta muito do

² Na página 112, no Anexo A, reproduz-se a capa da primeira edição (1572), considerada, pela maior parte dos camonistas, como a edição canônica, e que se diferencia da outra edição que correu paralela no mesmo ano, por apresentar o pelicano voltado para a esquerda.

³ “Em seguida o Castelhana”

⁴ “Freio de razões insalubres”

original. A autora ainda aponta a versão de 1591, feita por Enrique Garcés, e os versos “A sublime bandeira Castelhana/ Foi derribada [a] os pés da Lusitana.” (CAMÕES, 1980, IV, 41) foram erroneamente traduzidos como “*La sublime vandera Castellana/ Cortés se muestra com la Lusitana*”⁵.

Assim, as primeiras edições da épica já estavam sujeitas a conjunturas políticas que se apoderaram da mensagem camoniana submetendo-a aos seus propósitos.

É conveniente, então, especificar quais são os ideários d’*Os Lusíadas* que serviram, ao longo dos tempos, para endossar sistemas político-ideológicos. As leituras, portanto, que foram feitas do poema épico, reduziram-lhe a uma posição de apoio a diversos sistemas de ideias que se apoderaram da mensagem camoniana para enquadrá-la em seus propósitos. Visou-se, tendenciosamente, a ajustar o poema a certos posicionamentos filosóficos, devido à grande influência que adquiriu como “bíblia nacional”, conforme o adágio de Oliveira Martins. O autor da épica, assim, passa ser “politizado” e não mais apenas um artista que cantou as glórias de seus antepassados e contemporâneos:

Nesta conversão simbólica, Camões é politizado, imbricando-se nas lutas ideológicas do século XIX (...) desde a Geração de 70, passando pelo ultraromantismo, neogarrettismo, decadentismo, saudosismo, integralismo, etc., Camões passou a simbolizar a "alma nacional" em busca da regeneração da pátria, imersa numa decadência plurissecular, numa "apagada e vil tristeza" (CUNHA, 2002, p. 564),

Cunha ainda ressalta que os símbolos afixados pelo Romantismo português lidos n’*Os Lusíadas* acomodam-se às diversas correntes e ideias. Os discursos românticos, nacionalistas, etc., têm como base a épica de Camões nessa tentativa de adequá-lo à situação político-ideológica que se quer impor:

A simbologia camoniana evolui, assim, de modo geral, ao sabor das correntes ideológicas. Este valor de símbolo nacional fez com que a imagem de Camões se revestisse de uma variedade de interpretações, tanto em termos sincrónicos como diacrónicos, dependente da própria interpretação da história nacional e dos valores hegemónicos de cada época. Pode assim falar-se de um Camões romântico, de um Camões republicano, de um Camões do "Estado Novo", de um Camões "pós-25 de Abril de 1974" e de um Camões "pós-revolucionário", simbolizando sempre, ou quase sempre, a "identidade nacional" (CUNHA, 2002, p. 563).

⁵ “A sublime bandeira castelhana/ se mostra cortês à Lusitana”

O discurso político, então, apodera-se da mensagem camoniana e a reduz a seu panfleto, sempre sob a premissa de *Os Lusíadas* ser o símbolo máximo da glória nacionalista portuguesa, conceito construído ao longo da história de Portugal e firmado pelo Romantismo. À sombra do ufanismo, diversos políticos e escritores valeram-se da instrumentalidade do poeta do século XVI para reafirmarem certo sentimento patriótico em defesa da nação. E a estratégia foi usada durante muitas ocasiões de efervescência política em Portugal, passando por praticamente todo o século XX. Mesmo no “ultramar” português verifica-se o uso político-ideológico da retórica do “Príncipe dos Poetas”, pois muitas obras de arte e discursos partidários na lusofonia basearam-se no poema épico com todo o seu maravilhoso relato de conquistas marítimas pelo mundo.

O professor Antônio José Saraiva, na introdução que faz d’*Os Lusíadas*, publicados em 1978, especifica três ideários que foram usados como base político-ideológica ao longo da história do poema camoniano sendo eles o nacional, humanista e religioso: “N’*Os Lusíadas* confluem e combinam-se três correntes distintas de ideias: ideário nacional, um ideário religioso e um humanístico.” (SARAIVA, 1978, p. 9). São estas ideologias nacionalista, humanista ou expansionista e religiosa que foram utilizadas como base propagandista de certos sistemas de ideias.

Em primeiro lugar, como ideário nacional, destaca-se o intenso sentimento de orgulho pátrio no poema, fator que parece ser uma das motivações maiores na épica de Camões:

Vereis amor da pátria, não movido
De prémio vil, mas alto e quási eterno;
Que não é prémio vil ser conhecido
Por um pregão do ninho meu paterno.
Ouvi: vereis o nome engrandecido
Daqueles de quem sois senhor superno,
E julgareis qual é mais excelente,
Se ser do mundo Rei, se de tal gente. (CAMÕES, 1980, I, 10)

Louva-se na epopeia a capacidade lusitana de transpor barreiras que nem mesmo os heróis reais e mitológicos da Antiguidade conseguiram superar. O “ilustre peito lusitano” sobrepõe-se aos clássicos por razão dos feitos de bravura empreendidos por seus antepassados e contemporâneos em terra e, principalmente, no mar:

A Ulisses, o “sábio grande”, e a Eneias, o “troiano”, heróis enaltecidos respectivamente por Homero e Virgílio, o poeta contrapõe o “peito ilustre lusitano”, certo não só de que o herói português supera, em bravura e merecimento, os antigos, como também de que sua “musa”, isto é, sua poesia supera a de seus predecessores (MOISÉS, 2007, p. 33).

Este povo, apesar de pouco numeroso, é exaltado por alcançar as extremidades da terra. A “pequena casa Lusitana” foi capaz de expandir a sua cultura até aos pontos mais longínquos do globo: “De África tem marítimos assentos;/ É na Ásia mais que todas soberana;/ Na quarta parte nova os campos ara;/ E, se mais mundo houvera, lá chegara.” (CAMÕES, 1980, VII, 14). E de fato, a língua portuguesa, em virtude da política expansionista de navegação, faz-se presente nos continentes americano, africano e no asiático, sendo usada nas ex-colônias como idioma oficial. São elas Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Macau e Timor Leste.

Com exceção dos momentos de crítica, como o do Velho do Restelo no canto IV, e outros excursos do poeta, predomina em toda a epopeia o triunfalismo de um povo que, à época da escrita d’*Os Lusíadas*, era um dos países menos populosos e representativos da Europa. A despeito dessa realidade, lê-se na obra que os portugueses, embora poucos, são elevados à categoria de heróis míticos, capazes de subjugar a natureza. Importa para Camões cantar em enaltecimento aos feitos históricos e contemporâneos de sua gente, sentimento que mais tarde será chamado de nacionalismo: Esta é a ditosa pátria minha amada,/ À qual se o céu me dá que eu sem perigo/ Torne com esta empresa já acabada,/ Acabe-se esta luz ali comigo (CAMÕES, 1980, III, 21).

Voltando ao comentário de Lourenço, é notável ao longo dos tempos a permanência d’*Os Lusíadas* como “poema nacional” devido aos mitos que inaugura e fixa como identidade de Portugal. O poema camoniano se definirá, para sempre, como “máxima expressão simbólica” e “referência mítica por excelência da cultura portuguesa” (LOURENÇO, 1999, p. 95).

Em seu fervor patriótico, Camões fez o seu povo subjugar a fúria dos Elementos, as mais perigosas armadilhas da empresa marítima:

Vereis este que agora, pressuroso,
Por tantos medos o Indo vai buscando,
Treme dele Neptuno de medroso,

Sem vento suas águas encrespando.
 Ó caso nunca visto e milagroso,
 Que trema e ferva o mar, em calma estando!
 Ó gente forte e de altos pensamentos,
 Que também dela hão medo os Elementos! (CAMÕES, 1980, II, 47).

Saraiva ainda comenta que esse sentimento de amor pátrio triunfalista se deve à consciência de se ter realizado o maior feito conhecido da história do mundo, ou seja, a concretização de descobertas jamais sonhadas pelos grandes conquistadores e heróis da Antiguidade. Vale a pena ressaltar que os heróis clássicos são enaltecidos neste momento da história da arte pelo que fizeram, e os portugueses, “valor mais alto que se alevanta”, se sobrepõem àqueles heróis por erguerem um império que jamais se viu na História até então. Daí o orgulho lusitano dos feitos em mar, cantado por Camões n’*Os Lusíadas*. E é este sentimento de amor à nação que será elevado à categoria de devoção por aqueles que fazem uma leitura da épica meramente nacionalista. Eles verão no poema a base ideológica para suas proposições de exaltação ao civismo exacerbado, como se percebe no comentário abaixo, do professor Carlos Moisés:

Camões deu mostras de conceber a pátria como objeto de devoção acima dos demais, que ele jurou honrar e defender, sem medir sacrifícios. Como soldado, ele, de fato a defendeu, em várias oportunidades; como poeta, acreditou que estava predestinado a honrá-la, retratando-a numa obra única e exemplar, a primeira em que se celebrava com tanto empenho e vigor a glória de Portugal, então senhor dos mares, sede de poderoso império (MOISÉS, 2007, p. 33).

Não sem pouca importância, é corriqueira a leitura do capitão das naus Vasco da Gama como metonímia do povo português. O comandante é a síntese do português que desbrava os mares vencendo os desafios que lhe são impostos. Ele é o líder que alcança a fama de Eneias, o herói da *Eneida*, com a sua coragem (“Douvos também aquele ilustre Gama,/ Que para si de Eneias toma a fama.” (CAMÕES, 1980, I, 12); sabedoria ;“Do sábio Capitão, com brevidade/ Faz represaria nuns que às naus vieram”, (CAMÕES, 1980, IX, 9) e eloquência; “Da boca do fecundo Capitão/ Pendendo estavam todos, embebidos,/ Quando deu fim à longa narração/ Dos altos feitos, grandes e subidos.” (CAMÕES, 1980, IX, 9). A bravura do capitão ainda se verificará na atitude de salvar um dos seus homens em perigo. Os marinheiros foram vítimas de emboscada na mata, por africanos, mas o Gama interveio para resgatar Veloso, um dos seus companheiros, mesmo que isto lhe

tenha custado um ferimento: “Da espessa nuvem setas e pedradas/ Chovem sobre nós outros, sem medida;/ E não foram ao vento em vão deitadas,/ Que esta perna trouxe eu dali ferida.” (CAMÕES, 1980, V, 33).

Antônio Sérgio, no entanto, defende que haja um ideário nacional n’Os *Lusíadas*. Afirma no seu estudo *Em torno das ideias políticas de Camões*, (1977), que o poeta português ultrapassou o patriotismo para pregar uma espécie de “Sociedade das Nações Cristãs”, para defender um ideal comum, ou seja, uma irmandade europeia em prol de interesses mútuos:

Como remate, cremos poder dizer que nos *Lusíadas*, poema típico do patriotismo, Camões superou o patriotismo; além de português, ele foi espanhol; além de espanhol ele foi *humano*. Felizmente, esse tão patriótico poema não tem coisa alguma de *nacionalista*. A fala do Velho do Restelo elevou-o ao nível do humanismo crítico, do antinacionalismo de Jesus Cristo, - o que pronunciou a parábola do bom samaritano, o que disse o mais profundo dos seus pensamentos a uma pobre mulherzinha de Samaria, terra de gente que os judeus desprezavam, que tinham como vil e inimiga deles. (SÉRGIO, 1977, p. 26)

O autor sustenta seu argumento baseado nas críticas que o próprio Camões faz às dissensões que observava na Europa do seu tempo. Sérgio afirma que o poeta português sonhava com um continente unido para defender-se do inimigo comum, o mouro, que ameaçava a soberania da religião de Cristo. Por isso, assevera o estudioso que o poeta superou as barreiras geográficas de país para conclamar todos os reinos europeus a se unirem na luta contra o adversário. Camões, segundo Sérgio, idealizava uma Europa “mais alta e clara que as outras em pólicia e fortaleza” unida no combate aos inimigos considerados “infiéis”. Dois tradicionais adversários, Portugal e Castela, portanto, deveriam se juntar no enfrentamento a um oponente que lhes era comum:

Ora, da mesma forma que concebia, como já dissemos, a unidade cristã de toda a Europa, concebia Luís de Camões a unidade cultural da nossa Ibéria. E assim como a unidade cristã da Europa impunha aí, como condição essencial, a independência e respeito mútuo de várias nações que a constituem, assim a unidade cultura da Ibéria teria como cláusula imprescindível a aceitação leal e o respeito absoluto da dualidade política em que se assentou: Castela, Portugal (SÉRGIO, 1977, p. 14).

Assim, ocorre para Sérgio, n’Os *Lusíadas*, um canto supranacional que celebra a união de todo o continente europeu em torno de uma ideia compartilhada da defesa da fé cristã, e não apenas de interesse estritamente nacional. E cita os

versos da épica que convoca as nações da Europa a se unir nas batalhas contra os muçulmanos, seus inimigos: “Ó míseros Cristãos, pola ventura/ Sois os dentes, de Cadmo desparzidos,/ Que uns aos outros se dão à morte dura,/ Sendo todos de um ventre produzidos?” (CAMÕES *apud* SÉRGIO, 1977, p. 10).

A segunda ideologia percebida por Saraiva n’*Os Lusíadas* e que será tomada como paradigma ideológico é o ideário humanístico expansionista. Os portugueses, na épica de Camões, são capazes de superar as limitações impostas pelas circunstâncias das navegações. Eles realizam feitos e transpõem os obstáculos, indo bem “mais do que prometia a força humana”. Um dos versos mais conhecidos do poema é seguramente “por mares nunca de antes navegados”, exposto já na primeira estrofe do canto I. O verso sintetiza a audácia realizada pelos heróis portugueses, que caracteriza a suplantação de fraquezas e dificuldades, projeto principal do Renascimento, segundo a autora Maria do Perpétuo Socorro Almeida em seu artigo *Os Lusíadas e o discurso ideológico da expansão*:

Portanto, a ideologia humanista de superação da condição humana, que em Portugal toma forma expansionista, acrescida dos componentes da Cruzada, povo eleito e honra como serviço divino, volta em *Os Lusíadas* através do estilema “mares nunca de antes navegados” a ser uma ideologia humanista de superação (ALMEIDA, 1980, p. 94).

Camões parece estar convencido de que os portugueses cumprem o ideário humanístico na medida em que trafegam por águas até então inavegáveis, chegando, destarte, a lugares de igual forma inatingíveis, levando a civilização europeia, tida como superior, aos povos considerados infiéis por não professarem a fé cristã. Eis a retórica grandiloquente d’*Os Lusíadas*, como conclui a autora: mostrar que os lusitanos foram perfeitamente competentes para singrar os mares, subjugando-os e vencendo os seus perigos para cumprir a missão de levar “às terras viciosas de África e Ásia” o seu modelo de desenvolvimento supostamente superior. É preciso lembrar que Portugal era um dos países menores da Europa no que diz respeito à densidade demográfica e à riqueza acumulada. E é justamente esta “pequena casa Lusitana” que realizará, n’*Os Lusíadas*, o ideário humanístico e renascentista de superação da condição humana face ao improvável e ameaçador. Como homem do Renascimento, Camões eleva os homens ao patamar de conquistadores e senhores de seus destinos. São eles os que seguem adiante e realizam o que desejam, como afirma Maria Vitalina Leal de Matos:

N'Os *Lusíadas*, Camões exprime a sua crença na possibilidade da realização total: [...] Por isso se enuncia sua rivalidade com os deuses da mitologia, símbolos dos mais altos valores da Civilização Antiga. [...] o herói torna-se inteiramente senhor de si e do seu destino, superior às contingências do acontecer e sobretudo às seduções da Fortuna; autodenominado e assim – liberto. (MATOS, 1994, p. 23)

A ideologia humanista nesta épica da Renascença consiste também na crença em uma superioridade civilizacional, ou seja, na autoafirmação do homem como portador da luz do conhecimento e sabedoria universais:

Vês Europa cristã, mais alta e clara
 Que as outras em polícia e fortaleza.
 Vês África, dos bens que o mundo avara,
 Inculta e toda chea de bruteza; (...)
 Olha essa gente toda, que se habita
 Dessa gente sem lei, quase infinita (CAMÕES, 1980, X, 92).

Como missão dos portugueses, cumpria levar aos chamados bárbaros a dita “civilização”, possuída apenas por esta “Europa alta e clara”. Saraiva equipara, na introdução que faz d’Os *Lusíadas*, a Cristandade com o Império Romano, e os Turcos, com a “Barbárie” porque precisavam ser “civilizados” pela ação dos europeus. O domínio sobre os mouros asseguraria a expansão da civilização europeia ao passo que refrearia o crescimento da cultura árabe, tida como atrasada e ignorante: “Fazei que torne lá às silvestres covas/ Dos cáspios montes e da Cítia fria/ A Turca geração, que multiplica/ Na polícia de vossa Europa rica” (CAMÕES, 1980, VII, 12). Tal premissa, portanto, será usada para embasar políticas de expansão territorial feitas por Portugal nas suas colônias ultramarinas e para lhes asseverar o domínio naqueles territórios.

É importante citar a criação, em 1880, de um feriado cívico em honra ao poeta português que simbolizaria, no período da ditadura salazarista, o ideário expansionista lusitano. Trata-se do “Dia de Camões, de Portugal e da Raça”, reelaborado pelo presidente Antônio de Oliveira Salazar, em 1944. O objetivo do líder, cuja orientação política baseava-se no fascismo, visava enquadrar a épica camoniana numa ideologia puramente nacionalista e expansionista, que exaltava o poderio e domínio portugueses sob seus territórios ultramarinos, daí a renomeação da data supracitada para enaltecer as ideologias do regime em vigor no país. Antes

de Salazar, o 10 de junho se chamava apenas “Dia de Camões”, conforme o artigo de Adma Fadul Muhama:

O Estado Novo se apropriou da celebração do 10 de junho, marcando, inclusive, a inauguração do Estádio Nacional para este dia, no ano de 1944; durante a cerimônia, Antônio de Oliveira Salazar rebatizou a data como “Dia de Camões, de Portugal e da Raça”. [...] Com isso, a ditadura de Salazar extraiu do poema épico de Camões sobretudo os valores relativos à fé e ao império passíveis de revestir a dominação colonialista de uma imagem de superioridade racial e para a consciência portuguesa, a partir de 1963, transformou o feriado do 10 de junho em homenagem às Forças Armadas e em exaltação da guerra e do poder coloniais. (MUHAMA, 2007, p. 72)

O poema épico camoniano, desse modo, lido em seu ideário de expansão do domínio luso e submetido ao propósito de exaltar as campanhas de manutenção do colonialismo no continente africano.

No entanto, afirma Antônio Sérgio que não há um ideário expansionista n’*Os Lusíadas*. O camonista atesta, em seu estudo *Camões Panfletário Camões e D. Sebastião*, que Camões contrapunha-se às campanhas desenfreadas de conquistas além-mar, principalmente na África, para pregar a defesa do território europeu da ameaça moura, ainda bem presente naquele tempo:

O que interessa, o preocupa, não é a África, nem a chamada “política tradicional”, nem qualquer conquista ou imperialismo, mas sim a fraqueza os Europeus (divididos por lutas de religião) perante a ofensiva do Maometano, - que foi gravíssima, como se sabe, até o momento redentor da batalha de Lepanto, isto é, até depois de acabado o poema. Perigava a chamada “civilização cristã”. O Poeta, por isso, diz aos cristãos conjuntamente, incitando-os a defenderem-se. (SÉRGIO, 1977, p. 50)

Sérgio, então, contrapõe-se à ideia de um ideário expansionista, pois assevera categoricamente em seu ensaio que Camões desejava em primeiro lugar a guarnição das terras de Europa em detrimento das expedições onerosas ao continente africano, mais demonstrativas da cobiça material da coroa do que de seu desejo de combate aos infiéis em outros territórios. O poeta, para Sérgio, quis aconselhar os reis cristãos do seu tempo, principalmente D. Sebastião, que se preparassem para a defesa contra as invasões árabes, oriundos do norte da África. A ideia do vate lusitano, segundo o ensaísta, seria priorizar o fortalecimento contra as investidas africanas em solo europeu, em vez da promoção de empreitadas inconsequentes e perigosas no continente africano, em busca de novas terras e riquezas:

Só no fim dos seus *Lusíadas*, pois, Camões exemplifica especialmente com a terra do Norte de África (como exemplificara com a Ásia Menor, com a Assíria, com os mares das Índias, com a Turquia) a ideia genérica que propugnava, e que era de os povos da Cristandade se defenderem naquele momento da grande ameaça dos infiéis, que iam alastrando pela “Europa rica”. (SÉRGIO, 1977, p. 50)

O último ideário lido por Antônio José Saraiva n’*Os Lusíadas* é o religioso. Mesmo que haja na obra de Camões uma “fábula de Deuses”, conforme dito do inquisidor Bertolameu Ferreira, predomina na epopeia o desejo proselitista de ver expandida a fé cristã pelo globo, algo mostrado já na segunda estrofe do poema: “Daqueles reis que foram dilatando/ A Fé, o Império e as terras viciosas” (CAMÕES, 1980, I, 2). Volta-se, portanto, ao ideal das Cruzadas, o ideal de reunir o mundo sob a religião cristã. A missão dos portugueses n’*Os Lusíadas* também consistia em levar a sua religião aos territórios alcançados. Como anuncia o poema, os barões assinalados, que carregam o sinal da cruz, portanto, são escolhidos por Deus para levar a sua palavra aos confins da terra. Leia-se o comentário da professora Maria do Perpétuo Socorro Almeida em *Os Lusíadas e o discurso ideológico da expansão*:

[...] *assinalados* por Deus, que aponta para o mito do povo eleito. Deus elegeu os portugueses para fazer a travessia e encontrar a terra prometida, como na Bíblia elegeu os hebreus. A Bíblia, sendo a história do povo hebreu, dá-se como história da humanidade, através desse mito. E *Os Lusíadas*, pelo mesmo caminho, transformam a história do povo português em história da humanidade, dando-lhe um conteúdo universal, como quer a ideologia expansionista (ALMEIDA, 1980, p. 96).

A autora propõe também que a eleição dos portugueses se deve à sua pequenez como nação, mas também devido à sua força quanto às dificuldades enfrentadas. Os lusitanos são eleitos por Deus porque, segundo o poeta, são humildes e reverentes a ele:

Vós, Portugueses, poucos quanto fortes,
Que o fraco poder vosso não pesais;
Vós, que, à custa de vossas várias mortes,
A lei da vida eterna dilatais:
Assi do Céu deitadas são as sortes
Que vós, por muito poucos que sejais,
Muito façais na santa Cristandade.
Que tanto, ó Cristo, exaltas a humildade! (CAMÕES, 1980, VII, 3).

Ainda no canto VII, lê-se a apóstrofe do poeta aos príncipes europeus da cristandade, convocando-os para se unirem a Portugal numa grande cruzada contra os inimigos da fé, os mouros, e para a reconquista de Jerusalém, séculos atrás perdida para os árabes. Camões apela para que deixem as lutas cristãs internas e se ajuntem contra um inimigo comum que ainda ameaçava a Europa. No poema, os lusitanos assumem a postura de eleitos por Deus, pois são apontadas imperfeições nos outros países que impedem o cumprimento da missão de Cristo. Os alemães estão rebelados contra Roma em sua Reforma Protestante: “Vede’los Alemães, soberbo gado,/ Que por tão largos campos se apascenta/ Do sucessor de Pedro rebelado,/ Novo Pastor e nova seita inventa (...)” (CAMÕES, 1980, VII, 4). Os ingleses negligenciaram a sua obrigação com a Terra Santa de governá-la de fato, deixando-a nas mãos dos mouros. Além disso, criaram a sua própria igreja:

Vede’lo duro Inglês, que se nomeia
Rei da velha e santíssima Cidade,
Que o torpe Ismaelita senhoreia
(Quem viu honra tão longe da verdade?),
Entre as Boreais neves se recreia,
Nova maneira faz de Cristandade:
Pera os de Cristo tem a espada nua,
Não por tomar a terra que era sua. (CAMÕES, 1980, VII, 5).

E finalmente a França, que se voltou contra os cristãos em uma guerra contra a Espanha: Pois de ti, Galo indino, que direi?/ Que o nome «Cristianíssimo» quiseste,/ Não pera defendê-lo nem guardá-lo,/ Mas pera ser contra ele e derribá-lo! (CAMÕES, 1980, VII, 6).

Somente Portugal é capaz de ser a nação messiânica, pois está focada humilde e servilmente no projeto de expansão da fé cristã. O poeta Fernando Pessoa reproduzirá, mais de três séculos e meio depois, o mito desse messianismo português em *Mensagem*, na qual elabora um Quinto Império, momento em que apocalipticamente Portugal ressurgirá com todo o seu esplendor, pois atualmente a sua glória estaria “encoberta”.

Há, n’Os *Lusíadas*, a convergência de um discurso de expansão do proselitismo cristão pelo mundo, que evidencia uma mentalidade medieval, com a celebração de um espírito renascentista que busca aliar Religião e Ciência. A épica expõe no canto X o episódio da Máquina do Mundo, em que é mostrado ao capitão

Vasco da Gama, pela deusa Tétis, o funcionamento do universo, tal como concebiam os antigos gregos:

Este orbe que, primeiro, vai cercando
Os outros mais pequenos que em si tem,
Que está com luz tão clara radiando
Que a vista cega e a mente vil também,
Empíreo se nomeia, onde logrando
Puras almas estão daquele Bem
Tamanho, que ele só se entende e alcança,
De quem não há no mundo semelhança. (CAMÕES, 1980, X, 81).

O sistema planetário de Ptolomeu, astrônomo grego do século II d. C., é usado poeticamente por Camões para celebrar as conquistas dos navegantes lusos em detrimento do sistema do astrônomo e matemático Nicolau Copérnico, porque o primeiro estaria ideologicamente alinhado com as ideias dominantes da Igreja à época da composição d'*Os Lusíadas*.⁶ Em outras palavras, o poeta usou, segundo os principais camonistas, o sistema ptolomaico para evitar problemas com o Tribunal do Santo Ofício, pois a teoria de copernicana de heliocentrismo chocava-se abertamente com as explicações eclesiásticas sobre o universo:

Indagam alguns camonistas porque o poeta não expôs em seu poema o sistema de Copérnico, que então já era do conhecimento público. [...] São duas as principais hipóteses que tentam explicar o fato de haver Camões preferido o sistema ptolomaico ao de Copérnico quando este já se tornara conhecido: (I) Camões teria usado a teoria de Ptolomeu porque a de Copérnico tinha a combatê-la a Igreja; (II) Camões empregou o sistema de Ptolomeu porque, na época, o sábio cosmógrafo português Pedro Nunes o registrara em sua obra, e o vate lusitano nada mais fizera que seguir as vozes autorizadas do seu tempo (MOURÃO, 2007, p. 80).

Em suma, temos que o autor d'*Os Lusíadas* procura, ao dar a centralidade do universo à Terra e um céu (o Empíreo) que se possa habitar Deus, os anjos e as almas bem-aventuradas, garantir aceitação político-religiosa à publicação de seu poema, pois o heliocentrismo de Copérnico teorizava que era o Sol o centro de um sistema, e que nosso planeta apenas orbitava em torno dele.

O louvor aos feitos do apóstolo S. Tomé, no canto X, evidencia, entre outras coisas, a vontade de ver fé ser dilatada. O poeta canta o ministério do apóstolo, seus milagres, sua coragem, seu martírio glorioso e como foi recebido por Deus no céu.

⁶ A reprodução do sistema de Ptolomeu encontra-se na pág. 113, no Anexo B, e apresenta o sistema do filósofo e matemático grego, descrito por Camões, especialmente na passagem da Ilha dos Amores, quando Tétis mostra ao herói Vasco da Gama a Máquina do Mundo.

No final da referência, Camões repreende os sacerdotes que não têm Tomé como exemplo como relapsos no cumprimento da missão de evangelizar.

Na parte do poema dedicado a S. Tomé, o poeta enaltece a fé e a dedicação do apóstolo no cumprimento da missão evangelista confrontando-as com o que observava na prática. Para Camões, os religiosos estão sobrepondo interesses pessoais e mesquinhos às suas obrigações como difusores de Cristo pelo mundo. Mesmo sendo “matéria perigosa” (CAMÕES, 1980, X, 120) criticar os poderosos de sua época, o poeta se insurge contra o que viu como hipocrisia e falsidade e ataca os religiosos que se envolviam mais com questões políticas do que com assuntos espirituais: “E vós outros que os nomes usurpais/ De mandados de Deus, como Tomé,/ Dizei: se sois mandados, como estais/ Sem irdes a pregar a santa Fé?” (CAMÕES, 1980, X, 119). Fato que pareceu ser conveniente para os opositores dos sacerdotes divulgar: o aparente descaso com a evangelização mundial e sua ganância.

Os Dominicanos teriam apoiado e licenciado a publicação d’*Os Lusíadas* na pessoa do frei Bartolomeu. Este, membro daquela Ordem e inquisidor, teria sido motivado a dar o alvará a Camões por fazer uma análise progressiva do poema. Sua leitura deu um enquadramento político-ideológico a’*Os Lusíadas* contra os Jesuítas. Segundo Saraiva, “a publicação d’*Os Lusíadas* é “o resultado de uma pequena conspiração de palácio antijesuítica, cujos principais protagonistas foram a Rainha e os Condes de Vimioso, com a cumplicidade dos Dominicanos,” (SARAIVA, 1978, p. 13).

O antijesuitismo do poeta também é atestado por José Eduardo Franco que, no artigo *Os Jesuítas em Questão: Apreciações contrastantes Camões e Luís de Granada*, afirma que o autor d’*Os Lusíadas* teria contribuído, através de seus versos, para disseminar uma hostilidade histórica contra a Companhia de Jesus. Camões, segundo Franco, ataca os jesuítas com suas críticas atribuindo-lhes os defeitos de ganância, intriga e omissão ao seu real comprometimento de ajudar os pobres e pregar o cristianismo. O autor afirma que a épica camoniana propaga veladamente uma ojeriza contra os Jesuítas lançando-lhes culpa por não fazerem o que lhes convém como sacerdotes cristãos:

Ainda que tenha sido controversa, na história crítica da literatura portuguesa, o reconhecimento da aplicação destas passagens crítica aos Jesuítas, nós perfilhamos a hipótese que considera serem aqui visados os

religiosos da Companhia de Jesus, na linha do que defendem especialistas como António José Saraiva. Pensamos estar perante um caso emblemático de manifestação de antijesuitismo, perscrutável nos silêncios, ausências e omissões da literatura e da história (FRANCO, 2004, p. 8).

Franco, porém, apresenta neste mesmo artigo, uma possível releitura contestando a ideia de um antijesuitismo de Camões. Ele procura relativizar as reprimendas aos Jesuítas como sendo a todos os religiosos, independente da Ordem a que pertença e que estavam próximos ao rei de Portugal, motivados por interesses próprios:

Mais ainda, nesta crítica o poeta poderia pretender visar não só os jesuítas próximos do rei, mas também outros eclesiásticos que orbitavam à volta do poder real. Portanto, podemos até admitir tratar-se não de um antijesuitismo específico, mas de uma crítica aos conselheiros religiosos em geral, em que os jesuítas também eram necessariamente englobados. O que não quer dizer também que todos os Jesuítas estivessem necessariamente englobados enquanto instituição nesta vituperação do poeta. Todavia, é uma hipótese em aberto que se deve respeitar e nunca descurar no plano sempre inconcluso da investigação histórica (FRANCO, 2004, p. 8).

É notável, portanto, que o poema de Camões recebe mais uma leitura político-ideológica cujo debate suscitado é o seu posicionamento frente a questão religiosa que circunda o reinado de D. Sebastião. Os autores apresentados afirmam, então, que o discurso d'*Os Lusíadas* contém elementos que indicam críticas aos Jesuítas, algo bastante conveniente para os Dominicanos, seus adversários políticos, divulgarem em virtude de suas disputas internas.

É forçoso citar a peça contemporânea de José Saramago em que se descreve o contexto da publicação da 1ª edição d'*Os Lusíadas. Que farei deste livro*, de 1980, teatraliza as circunstâncias vividas por Camões para imprimir o seu poema. “Com menor rigor cronológico, mas maior exatidão factual” (SARAMAGO, 1998, p. 6) o autor revela, entre outras coisas, a conjuntura política da época da primeira impressão do poema camoniano. Mostra a disputa de poder na Corte, as questões governamentais debatidas pelos padres jesuítas e irmãos Luís e Martim da Câmara e sua influência junto ao trono português:

MARTIM DA CÂMARA: Tenho a confiança de el-rei.

LUÍS DA CÂMARA: Tendes. E muito ódios na corte. Desenganai-vos, irmão, se enganado andais. No dia em que eu morrer, ou se antes disso, Sua Alteza me preferir outro confessor, a vossa posição estará em grande perigo. Sabeis como a rainha nos tem em pouca estima. Já vos esquecestes do trabalho que tivemos para evitar que fosse colocado junto

de el-rei por seu confessor um padre doutra ordem, um dominicano ou Agostinho? Se não contássemos do nosso lado, com a influência do cardeal-infante, a Companhia de Jesus teria sido posta de parte, e perderia, neste caso, um dos triunfos maiores: ser confessor e conselheira de el-rei. (*Pausa*). Se eu não fosse o confessor, não seríeis vós o secretário do Estado (SARAMAGO, 1998, p. 9).

A peça de Saramago expõe, também, as divergências políticas entre a rainha D. Catarina e o infante Cardeal D. Henrique. O fato histórico dos antagonismos entre a rainha e o cardeal, relativo ao destino de Portugal como nação submetida à Espanha e ao casamento de D. Sebastião, também são figurados e destacados na obra. A argumentação de Camões para convencer o frei Bartolomeu da concessão do alvará é um dos pontos principais da peça. O poeta esmera-se em mostrar que seu épico não se opõe à fé cristã por figurar deuses pagãos e algumas cenas de cunho erótico. O inquisidor, depois de fazer uma leitura atenta e ressaltar o caráter ficcional da obra no parecer do alvará, decide conceder a licença para impressão do poema:

FREI BARTOLOMEU FERREIRA: Entrai, senhor Luís de Camões. Cheguei, enfim, ao termo do meu trabalho, e vós ao cabo da vossa paciência. Tenho já pronto o parecer, de que logo já mandarei passar o traslado, para que possais requerer licença de *imprimissão*.

LUIS DE CAMÕES: Dá-se então a Vossa Reverendíssima por satisfeita com as alterações que fiz? Não haverá mais que suprimir e acrescentar? Não terei mais que torcer o sentido para sujeitar ao vosso desejo para sacrificar insuportavelmente a minha intenção?

FREI BARTOLOMEU FERREIRA: Agradecei a Deus e às circunstancias não terdes que praticar maior violência sobre a vossa obra. Estais lembrados da nossa primeira conversação... (SARAMAGO, 1998, p. 67).

Transparece, assim, uma conjuntura política que teria favorecido a publicação da épica camoniana, acentuando-se a sua defesa de um espírito cruzadista e evangelizador. Analisou-se que o objetivo maior de Camões em sua obra máxima foi submeter o mundo à égide do cristianismo por meio das armas ou da pregação: “Conheça, pelas armas, quanto excede/ A lei de Cristo à lei de Mafamede.” (CAMÕES, 1980, IV, 48). Ainda que o seu maravilhoso seja protagonizado por deuses pagãos, o ideário religioso apontado por Saraiva e Maria do Perpétuo Socorro Almeida indica o desejo de Camões de que o mundo conheça e se curve diante de Cristo e seus mandamentos.

Foram discutidas neste capítulo as circunstâncias da escrita e da publicação d'*Os Lusíadas*, convencionados como um dos principais fundamentos da cultura lusitana. Fizemos um percurso do estabelecimento da imagem do poeta e de sua obra como símbolo da nação portuguesa conquistadora e imperial elaborada por notáveis eruditos do século XIX como Almeida Garrett, Tomás Ribeiro, Oliveira Martins, Teófilo Braga e outros. Todos, cada um a seu modo, ajudando a enaltecer Camões como representante maior do sentimento lusitano⁷. Será discutida, a seguir, a leitura laudatória que se faz do vate no Brasil, e como algumas produções ficcionais e não-ficcionais reproduzem-na, submetendo o poema camoniano, por conseguinte, aos seus propósitos político-ideológicos.

⁷ O poeta e escritor Antero de Quental será um dos maiores representantes daqueles que se puseram contra a visão laudatória de Camões e de sua épica e que os elegem como símbolos do sentimento lusitano. Em 1871, o célebre discurso de Antero, intitulado *Causas da decadência dos povos peninsulares*, atribui ao louvor da epopeia camoniana à "Fé e ao Império" a culpa pelos males políticos e econômicos enfrentados pelos portugueses no século XIX. Ainda contra o enaltecimento da expansão heroica e imperial portuguesa, há o poeta Cesário Verde com a sua obra *O sentimento dum Ocidental*, de 1880, que contesta a leitura exaltadora e nacionalista que Teófilo Braga fez d'*Os Lusíadas*.

2 A ÉPICA DE CAMÕES COMO FUNDAMENTO POLÍTICO-IDEOLÓGICO NO BRASIL

*Na quarta parte nova os campos ara;
E, se mais mundo houvera, lá chegara.*

*Mas cá onde mais se alarga, ali tereis
Parte também, co pau vermelho nota;
De Santa Cruz o nome lhe poreis;
Descobri-la-á a primeira vossa frota.
Ao longo desta costa, que tereis,
Irá buscando a parte mais remota
O Magalhães, no feito, com verdade,
Português, porém não na lealdade.
(CAMÕES, 1980, VII, 14, X, 140)*

2.1 O contexto da colonização portuguesa no Brasil

A aventura portuguesa por “mares nunca d’antes navegados”, proporcionada pelos avanços tecnológicos verificados nos séculos XV, possibilitaram a esse pequeno país do extremo ocidente europeu grandes conquistas. Os progressos em alto mar em busca de novas rotas comerciais fizeram com que Portugal deixasse sua cultura representada em todos os continentes do globo. O fato grandiloquentemente cantado n’*Os Lusíadas* é inspirado nestas conquistas que notabilizaram Portugal na história do mundo e que, segundo Lourenço, fixaram a identidade do país como “nação navegante”. E essas aventuras motivaram os primeiros poetas que escreveram em solo brasileiro a enaltecer, através de suas produções, a gana desbravadora lida na épica camoniana. Antes, contudo, de mencionar as obras, passemos pelo fato histórico, a fim de contextualizar a existência do Brasil e a relação com os portugueses no período colonial, questões que servem de base para a poética incipiente do país.

Após alcançar o êxito maior pretendido, que era chegar à Índia, região mais procurada devido a seus valiosos produtos, os lusitanos foram contemplados com mais uma vasta extensão de terra que lhes renderia muitas riquezas, impulsionando, assim, mais ainda o comércio do país. Essa região, na costa sudoeste do Oceano Atlântico, revelar-se-ia grande fonte de insumos, como produtos vegetais, metais

preciosos e mão-de-obra que serão o principal sustentáculo econômico português do século XVII até as duas primeiras décadas do XIX, quando Portugal deixaria a administração política do território: “As navegações de descobrimento teceram uma rede mundial de rotas, pondo em mútua relação todas as civilizações que se tinham desenvolvido ao longo da linha costeira dos oceanos.” (GODINHO, 1998, p. 71).

“Pelas praias vestidos os soldados/ De várias cores vêm e várias artes,/ E não menos de esforço aparelhados/ Pera buscar do mundo novas partes.” (CAMÕES, 1980, IV, 85). Os versos da epopeia de Camões sintetizam a política expansionista portuguesa do século XVI, que propiciou a chegada de suas naus às terras ocidentais. A ânsia pela descoberta de novas rotas comerciais, e a preparação para a defesa desses territórios caracterizaram o esforço marítimo português para o enriquecimento do seu reino, o que marcou o país como “nação navegante” até o presente tempo.

Os lusitanos saíram dos portos do rio Tejo no dia 8 de março de 1500, embarcados em treze navios. O comandante da expedição era o nobre Pedro Álvares Cabral, que, depois de sair das ilhas de Cabo Verde, usando a rota inaugurada por Vasco da Gama, navega pelo Atlântico em direção ao sudoeste e avista, no dia 22 de abril daquele ano, um monte a que chamam de Pascoal. Era a vista das terras americanas. Dois dias depois, os marinheiros portugueses põem seus pés no lugar que batizaram de Porto Seguro, fundando, assim, seu império no ocidente, a que deram o nome de Vera Cruz: “Em 22 de abril foi avistada terra: um monte muito alto e redondo, que os nossos baptizaram de monte Pascoal, porque estava no tempo da Páscoa.” (SARAIVA, 1981, p. 155).

No ano seguinte, uma nova expedição foi determinada pelo rei D. João III para o reconhecimento das terras recém descobertas que percorreu, segundo Saraiva, uma extensão litorânea de 3.600 quilômetros. Percebendo, então, o potencial econômico do novo território, o rei logo arrendou o comércio do pau-brasil, produto que viu ser muito valioso no comércio europeu, ao cristão-novo Fernão de Loronha, encarregado de enviar em cada ano uma frota de seis navios para a extração da madeira vermelha. O principal produto desta terra foi tão abundantemente encontrado e explorado que logo renomeou o lugar. Passou a se chamar “Brasil” a imensidão territorial de onde os portugueses extraíam a tal madeira avermelhada e boa parte de suas riquezas. A *Carta de Pero Vaz de Caminha*, escrita com base no que se viu na terra recém descoberta, relata ao europeu o

“achamento” que lhe pareceu propício para seus empreendimentos extrativistas. Saraiva a chama de “certidão de nascimento do Brasil”:

Tem, ao longo do mar, nalgumas partes, grandes barreiras, delas vermelhas, delas brancas; e a terra por cima toda chã e muito cheia de grandes arvoredos. De ponta a ponta, é toda praia *parma*, muito chã e muito formosa. [...] Porém a terra em si é de muito bons ares, assim frios e temperados como os de Entre Douro e Minho, porque neste tempo de agora os achávamos como os de lá. Águas são muitas; infindas. E em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por bem das águas que tem. Porém o melhor fruto, que nela se pode fazer, me parece que será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar. (CAMINHA, 2015, p. 14)

A ideia de uma sistematização do colonialismo no Brasil somente se oficializa em 1530, com o envio da expedição de Martim Afonso de Souza, que funda no país a província de São Vicente, que compreende os atuais Estado do Rio de Janeiro e São Paulo, onde também se constroem os primeiros engenhos de cana-de-açúcar. Esse cultivo veio a ser uma das principais atividades econômicas do Brasil colonial. Para organização do governo sobre o território, D. João III o dividiu em capitâneas hereditárias geridas por membros da pequena nobreza portuguesa: “Os capitães-donatários deviam promover, à sua custa, o povoamento e a colonização do território das capitâneas” (SARAIVA, 1981, p. 157). Em 1548, a costa brasileira foi ocupada por dezesseis povoados portugueses que trabalhavam no cultivo de açúcar, algodão e tabaco. É importante ressaltar, contudo, que a colonização foi dificultada por dois principais fatores: a falta de poder econômico dos donatários e as violentas reações dos nativos frente às tentativas de escravização e desterro. O avanço da dominação lusitana custou, desse modo, grande investimento de armas e pessoal.

O primeiro governante geral do Brasil, Tomé de Souza, nomeado devido ao crescimento da importância econômica da região, leva a ordem do Estado português e também sua religião ao território, através do trabalho notável dos Jesuítas sob o comando do padre Manuel da Nóbrega. A Companhia de Jesus esmerava-se em ensinar aos colonos e nativos as doutrinas cristãs exercendo um papel fundamental de aporuguesamento da terra. Muitos judeus, fugidos da perseguição da Igreja, se refugiaram no Brasil, ajudando a engrossar a população branca do país. Saraiva afirma, em seu estudo, que os europeus totalizavam um número de vinte e cinco mil pessoas, que impulsionaram o comércio externo do açúcar brasileiro. O clima úmido e quente do local favorecia a produção da planta muito apreciada na Europa do

século XVI. Como último componente estrangeiro, tem-se os negros, mão-de-obra para os engenhos de cana-de-açúcar importada da costa da Guiné, constituindo-se, também, o comércio de escravos, um importante negócio para as finanças coloniais.

A atividade extrativista no Brasil português serviu para substituir o decadente comércio das especiarias da Índia, devido às dificuldades de navegação e guerras no Oriente que consumia boa parte das receitas do reino:

Pela nossa parte, o que subia de ano em ano era o custo dos transportes, a percentagem dos naufrágios, os gastos gerais civis e militares. A tonelagem dos navios aumentou muito durante o século e com ela a despesa das armadas. Piratas e corsários infestavam o Atlântico e as naus carregadas de especiarias tinham que ser comboiadas por navios de guerra na travessia dos Açores para Lisboa. [...] A guerra se tornara cada vez mais cara. (SARAIVA, 1981, p. 163)

Coube às riquezas produzidas na colônia americana suprirem o enorme gasto causado pelos esforços belicosos para a defesa dos territórios ultramarinos de Portugal. O chamado ciclo da cana-de-açúcar representou um tempo de relativa prosperidade sob o reinado de D. Manuel I, na segunda metade do século XVI. Havia, como fator de atração ao colono, a crença no enriquecimento rápido e fácil, que motivou muitos portugueses a deixar o reino para colonizar o Brasil: “onde o Português ia no pensamento de voltar rico e depressa. Isso tornou possível que a minoria ética portuguesa marcasse tão profundamente a população local” (SARAIVA, 1981, p. 159).

O espírito desbravador e mercantilista português na sua colônia americana ainda se verificará no período do chamado ciclo do ouro. Nos últimos anos do século XVII, o valioso metal brasileiro foi alvo da cobiça e da exploração lusitana. Foram localizadas, depois de anos de pesquisas e buscas, enormes e abundantes jazidas de ouro no interior do país, nas regiões do atual Estado de Minas Gerais, mais precisamente nas cidades de Ouro Preto, Sabará, Mariana e São João del-Rei. Outros lugares também se revelaram com grande potencial aurífero, como Goiás e Mato Grosso. Segundo Saraiva, o porto do Rio de Janeiro escoou grandes quantidades de ouro para a Europa: “Foi em 1699 que chegou a Lisboa o primeiro carregamento de ouro: 500 kg. A quantidade foi subindo nos anos seguintes e em 1720 atingiu-se a marca mais alta: 25 000 kg.” (SARAIVA, 1981, p. 233).

Muitos aventureiros brasileiros e portugueses foram atraídos para as regiões produtoras, o que causou um grande crescimento populacional e econômico para o

Brasil. Saraiva chega a afirmar que a mudança da capital brasileira de São Salvador da Bahia para o Rio de Janeiro se deveu a este grande influxo de ouro pelos seus portos: “O Rio de Janeiro, porto onde afluía o ouro de Minas Gerais, cresceu em detrimento da antiga capital, São Salvador da Baía. Na segunda metade do século XVIII era já o Rio a verdadeira capital do Brasil.” (SARAIVA, 1981, p. 233).

A atividade colonial de exploração, portanto, será notória até o século XIX quando o Brasil se torna independente de Portugal. E, no processo, o ofício se caracterizará pela atitude de desbravamento, desejo de enriquecimento, domínio sobre a terra e acúmulo de bens. O espírito de conquista e subjugo ao território motivará os aventureiros em suas campanhas mercantilistas no Brasil cujos métodos envolviam a escravidão, tortura e morte dos nativos indígenas e negros africanos e pesada taxação sobre os próprios colonos portugueses.

Sobre o papel do português na colonização e exploração do território brasileiro temos o influente estudo do escritor pernambucano Gilberto Freyre intitulado *Casa Grande & Senzala* (1933). Nesse trabalho, o autor expõe a formação da sociedade brasileira através do encontro das três raças: branca, negra e índia. E usa a figura da casa grande, habitação dos senhores de engenho nos séculos em que vigorava a escravidão e a senzala, lugar de moradia dos escravos. A obra explicita as relações entre as três raças que dão origem ao povo brasileiro. A obra de Freyre ficou notabilizada, principalmente, pelas críticas que recebeu ao longo dos tempos, pois, segundo os estudiosos, teria atenuado o dano causado pela colonização europeia ao país, no excessivo louvor às campanhas de invasão e domínio lusitanos. *Casa Grande & Senzala* teria, também, reforçado o estereótipo do português dominador e destinado ao triunfo sobre os outros povos, devido ao seu suposto entusiasmo, força e facilidade de se sobrepor ao meio, por mais difícil que fosse:

A escassez de capital-homem, suprimiram-na os portugueses com extremos de mobilidade e miscibilidade: dominando espaços enormes e onde quer que pousassem, na África ou na América, emprenhando mulheres e fazendo filhos, em uma atividade genésica que tanto tinha de violentamente instintiva da parte do indivíduo quanto de política calculada (FREYRE, 2013, p. 35).

Outra notável obra que se tornou fundamental para os estudos sobre a colonização portuguesa no Brasil e suas consequências é *Raízes do Brasil* de

Sérgio Buarque de Hollanda. O importante e influente trabalho deste sociólogo ressalta a ideia do português aventureiro e conquistador. Reproduz, em parte, as conclusões de Freyre, ao aparentemente destacar de forma positiva a gana portuguesa nas campanhas de colonização da América:

Favorecendo a mobilidade social, estimulou os homens, além disso, a enfrentar com denodo as asperezas ou resistências da natureza e criou-lhes as condições adequadas a tal empresa. Nesse ponto, precisamente, os portugueses e seus descendentes imediatos foram inexcedíveis. Procurando recriar aqui o meio de sua origem, fizeram-no com uma facilidade que ainda não encontrou, talvez, segundo exemplo na história. Onde lhes faltasse o pão de trigo, aprendiam a comer o da terra, e com tal requinte, que — afirmava Gabriel Soares — a gente de tratamento só consumia farinha de mandioca fresca, feita no dia. Habitaram-se também a dormir em redes, à maneira dos índios (HOLLANDA, 2001. p. 48).

O português, no estudo supracitado, é mais adaptável ao meio a ser explorado, daí o seu suposto sucesso como colono em solo brasileiro. Ao contrário de outros colonizadores europeus, o português estaria mais propenso a lidar com fatores como a pluralidade racial, aclimatação ao calor tropical e outros.

É precisamente este mito do português desbravador e conquistador que será reproduzido nas literaturas do período colonial brasileiro. A exaltação ao brio colonialista lusitano será cantada pelos poetas quinhentistas brasileiros, tomando como base ideológica *Os Lusíadas* em seu ideário expansionista humanístico, conforme a leitura do professor Antônio José Saraiva. *Prosopopeia*, de Bento Teixeira, *O Uruguai*, de Basílio da Gama, e *Caramuru* do Frei José de Santa Rita Durão são alguns bons exemplos da reprodução do ideário camoniano de conquista de novas terras:

Os Lusíadas haviam sido e eram, a força moral da restauração e as peripécias da epopeia portuguesa serviam de estímulo e de comparação às novas peripécias por que passavam os bandeirantes, portugueses ou brasileiros, empenhados em descobrir ouro, em conquistar índios e em ampliar as dimensões de suas terras (TELES, 1979, p. 100).

O enfoque, no entanto, desta pesquisa, visará as produções emuladoras da épica de Camões a partir do início do século XIX, cuja leitura do poema será voltada para o amor à pátria brasileira em contraponto à portuguesa. A gana colonialista lusitana retratada nos heróis das epopeias do período colonial dará lugar às exaltações do sentimento nacional, figurando na literatura um novo herói: o índio. E

tudo que se refere como próprio da terra brasileira será cantado pelos poetas e prosadores deste tempo, inaugurando-se, portanto, a era da “nacionalização das letras”, no dizer de Antônio Candido, assunto que abordaremos a seguir. Para tal intento, os poetas lerão e beberão d’*Os Lusíadas* o ideário nacional de que precisam para enaltecer seu país em suas características que o distinguem e libertam relativamente do jugo cultural metropolitano.

2.2 *Os Lusíadas* como fundamento ideológico nacionalista no Romantismo brasileiro do século XIX

A partir da nova fase de independência política e econômica do Brasil no século XIX, a épica de Camões será usada como paradigma principalmente em sua exaltação nacionalista de amor à pátria.

Um dos ideários apontados por Antônio José Saraiva em sua introdução a’*Os Lusíadas* é o nacional, como abordado no primeiro capítulo desta dissertação. Consiste na demonstração de amor e apreço do poeta pelo seu país, sentimento que se verificará ao longo das 1.102 estrofes do poema épico. Há forte desejo n’*Os Lusíadas*, segundo o erudito, de elevar a glória da sua nação, pois um passado cantado como majestoso possivelmente atesta um destino que também deveria ser admirável. Camões, segundo Saraiva, crê na imponência de um passado ilustre, através da louvação dos reis, cavaleiros e heróis, que indicará um presente e futuro de grandiosidade para seu povo.

As façanhas de um povo são reverenciadas e não apenas as de um só herói, como se observa nas epopeias clássicas, modelos para Camões ao compor *Os Lusíadas*. Apesar de serem capitaneados por Vasco da Gama, no qual há certo protagonismo na aventura, são os *Portugueses*, coletivamente falando, os destacados como responsáveis pelas conquistas além-mar. A pátria é elevada ao nível de nação heroica e messiânica, diferenciada das outras em capacidade de realizações e virtudes. Mesmo que haja instâncias de desânimo e crítica contra os compatriotas, nas quais o poeta os acusa de ignorância, rudeza e ganância, prevalece na épica o sentimento de afeição pela pátria. E no término da obra

camoniana se vê a esperança de um futuro glorioso para seus concidadãos, desde que o rei fizesse jus às exigências do momento.

É justamente este nacionalismo do poeta que será usado para fins político-ideológicos no Brasil, fazendo com que a épica de Camões se torne o representante maior dos valores pátrios e símbolo dos que defendiam tal ponto de vista. Algumas obras literárias, discursos políticos e outras aplicações feitas nesta ex-colônia portuguesa americana valeram-se da retórica camoniana de amor à pátria para advogarem em favor de suas ideias nacionalistas. O poema será a base das ideias defensoras de um apreço incondicional ao civismo e à terra natal.

Os *Lusíadas* se tornarão, ao longo da história, símbolo máximo do patriotismo e devoção aos ideais coletivos relacionados à nação. É mister, portanto, que se apresente o conceito de nacionalismo para, em seguida, explicitar os usos do discurso camoniano para este fim.

O cientista político Luiz Carlos Bresser-Pereira, em seu artigo *Nacionalismo no centro e na periferia do capitalismo*, define o nacionalismo como

a ideologia que une a nação, é sentimento de destino comum que garante a coesão necessária à nação para que ela se assegure de um território, organize um Estado e forme, assim, um estado-nação. É a ideologia da autonomia, da segurança e do desenvolvimento econômico nacional. [...] Mas é especialmente verdade em relação ao nacionalismo que, quando radicalizado, define-se em termos étnicos, [...] se volta internamente contra os compatriotas de outras raças ou religiões, e se transforma em racismo (BRESSER-PEREIRA, 2008, p. 172-173).

Dar unidade e identidade a um povo, segundo o autor, caracteriza o nacionalismo. É o sentimento de pertencer a um lugar no mundo cujas peculiaridades são ter uma língua, uma cultura e um destino em comum. É a concepção de ser dono do território onde se mora, conquistado por meio de lutas e guerras que produzem orgulho. O nacionalismo é a compreensão de uma autonomia propiciada pela diferença cultural que o individualiza no mundo. Por fim, é também a suposta segurança de se ter um lar, um porto seguro onde há pessoas que são iguais e que possuem os mesmos costumes e a mesma língua.

Quanto ao aspecto político, o nacionalismo pauta-se por um dito desenvolvimento econômico nacional e coletivo, pregado principalmente pelo capitalismo ocidental do século XIX. O aumento da concorrência do comércio internacional da época adquiriu ares de disputa entre nações, ideia elaborada e

fomentada pela burguesia, implantadora de seu modelo de desenvolvimento a partir da Revolução Francesa. Desse modo, o nacionalismo seria uma ideologia burguesa abraçada pelos povos e que dá às competições comerciais um caráter popular. Bresser-Pereira afirma que o nacionalismo consiste na união de capitalistas e trabalhadores que “superam de alguma forma seus conflitos internos, partilham um destino comum e se solidarizam na competição com as demais nações.” (BRESSER-PEREIRA, 2008, p. 172). Em síntese, um sentimento nacionalista dá ao indivíduo um lugar no mundo, uma identidade própria e diferenciada do outro, do estrangeiro.

O autor preconiza ainda que a exacerbação dessa ideologia tem sido usada ao longo da História para provocar sentimento de superioridade sobre o não compatriota. Fato este que levou à constituição de inúmeras guerras, ratificou sangrentas perseguições a imigrantes e justificou a implantação de muitos regimes totalitários. Sob uma bandeira nacionalista, grupos diversos em todas as partes do mundo se organizaram para oprimir minorias e derramar sobre seu próprio povo cruentos morticínios.

O nacionalismo “é fruto da revolução capitalista” do século XIX, no falar de Bresser-Pereira, mas algumas de suas características se verificam antes do período histórico citado. Segundo o autor José Antonio Roccamora, no ensaio *Causas do surgimento do nacionalismo ibérico*, “define-se como nacionalista qualquer movimento que visa a formação ou a manutenção de um Estado-nação” (ROCCAMORA, 1993, p. 634). Portugal é um dos países da Europa em termos de constituição de um Estado independente no sentido moderno já na Idade Média. A nacionalidade portuguesa funda-se em etapas que se iniciam com a conquista do Condado Portucalense sob a liderança de D. Afonso Henriques, em 1128, até o reconhecimento papal de sua realeza, em 1179. A partir deste evento, Portugal passa a empreender uma série de medidas para assegurar a sua independência política dos demais reinos da península Ibérica:

No caso português, fazia-se remontar, anacronicamente, à formação de um Estado-nação português aos primeiros momentos da independência, durante a Idade Média. Portugal foi o último de uma larga série de Estados cristãos independentes aparecidos na Península após a invasão muçulmana e - tal como os demais - fazia parte de uma dinâmica que gerava tanto tendências secessionistas como unificadoras (ROCCAMORA, 1993, p. 631).

As medidas unificadoras, cujo objetivo era garantir a paz entre os reinos ibéricos, consistiam em arrumar casamentos entre príncipes e princesas de monarquias aliadas. A realeza dos países, portanto, ficava constituída de membros de outros reinados vizinhos.

Grandes combates foram travados para a manutenção da autonomia nacional portuguesa. Cita-se, como exemplo, a denominada batalha de Aljubarrota, conflito armado contra o reino de Castela, no qual a derrota lusa significava a perda da independência, com a unificação das Coroas ibéricas. Os castelhanos, por ocasião da falta de um sucessor varão ao trono português, requereram o reino lusitano, pois a única filha do falecido rei D. Fernando, a infanta D. Isabel, era castelhana. Lisboa foi cercada e atacada pelos exércitos de Castela, assim como todo o reinado português. Todavia, foram repelidos e perderam a guerra tendo seus planos de acumulação das Coroas da Península fracassados. Portugal venceu a batalha, e tal feito foi cantado n' *Os Lusíadas* em 14 estrofes como fato que acentua o sentimento de orgulho pátrio: "A sublime bandeira Castelhana/ Foi derribada [a] os pés da Lusitana." (CAMÕES, 1980, IV, 41).

O poema épico de Camões cantará ainda outras vitórias portuguesas sobre os castelhanos que asseveraram a soberania do seu território: "Destas e outras vitórias longamente/ eram os castelhanos oprimidos," (CAMÕES, 1980, IV, 47). A sujeição de outros povos ao poderio militar lusitano é enaltecida na epopeia camoniana, assim como a exortação no poema de se manter a independência: "Fazei, Senhor, que nunca os admirados/ Alemães, Galos, Ítalos e Ingleses,/ Possam dizer que são *pera* mandados,/ Mais que *pera* mandar, os Portugueses." (CAMÕES, 1980, X, 152). É a defesa do território como prova de nacionalismo, pois a proteção do reinado identificava o zelo que se tinha que ter como lealdade ao país.

Tem-se, em suma, que o nacionalismo é um sentimento coletivo que dá identidade a um povo, mostrando-lhe o seu lugar no mundo. Permite ao indivíduo sentir-se pertencente a um grupo conferindo-lhe uma cultura que possibilitará comunicar-se e atribuir significado às coisas que existem. Concebe-se, portanto, que o sentimento pátrio foi usado em muitas ocasiões, como dito anteriormente, para embasar políticas tendenciosas e opressivas, cujo fim foi estabelecer certos sistemas ideológicos de governo. Sob a premissa de um "amor à pátria", elaboraram-se mecanismos de dominação e cerceamento das liberdades individuais

com o objetivo de manutenção do poder. Ver-se-á, adiante, as reproduções do discurso épico de Camões sob o ponto de vista nacionalista no Brasil, haja vista perceber-se um ideário nacional em seus versos.

Impulsionados pelo novo movimento estético que surgia nas últimas décadas do século XVIII, na Europa, os artistas brasileiros decidiram exaltar as coisas da sua própria terra. O universalismo da cultura greco-romana, preconizada pelo neoclassicismo, dá lugar às expressões e desejos de figurar o local, o nativo, como parte dos esforços de uma nacionalização das letras. É o tempo em que Antônio Candido diz em seu trabalho *Formação da literatura brasileira* que

começam a aparecer jovens escritores animados do desejo de promover uma literatura renovada, nacional e patriótica; ou manifestando inflexões que [...] aproximavam-se da simplicidade plangente ou popularesca. [...]. Uns são clássicos na forma e “nacionais” no conteúdo; [...] outros já são quase românticos. (CANDIDO, 2000, p. 284)

A euforia da independência política em 1822 inspirará os artistas a desenvolverem uma identidade própria na literatura, que distanciasse o nascente país da ideia de uma subserviência cultural, muito embora as primeiras manifestações ainda reproduzam as formas europeias de arte. Não obstante haver forte desejo de emancipação cultural das matrizes culturais, o próprio movimento de partilha é originado na Europa, conforme assevera Carlos Manuel da Cunha no seu ensaio *A construção do discurso da história literária na literatura portuguesa do século XIX*:

As literaturas nacionais são, neste âmbito, como as nações e os Estados-nação, um fenómeno "pós-imperial", na medida em que as nações europeias iniciaram a sua constituição após a desagregação dos grandes impérios (romano, napoleónico, otomano, austro-húngaro, soviético, etc.) e porque o conceito de literatura nacional implica a rejeição da língua e da literatura dos "colonizadores" culturais, e a consequente construção de uma cultura autónoma e "independente". Para os românticos, esta afirmação nacional implicava simultaneamente a superação da literatura greco-latina e do classicismo francês. Por outro lado, observa-se uma forte interdependência entre a emancipação política e o desejo de afirmação da identidade/diferença ("emancipação cultural"), que por vezes se torna prioritária em termos de legitimação política. (CUNHA, 2002, p. 60)

O Romantismo brasileiro em sua primeira fase caracterizar-se-á pelo enfoque nas questões locais, pela busca de uma autoafirmação e autonomia nas letras e nas artes em geral. E não apenas isso: encarnará o próprio ideal da formação da alma

de um povo, conforme Luiz Roberto Velloso Cairo no seu artigo *História da literatura, literatura comparada, crítica literária: frágeis fronteiras disciplinares*: “O Romantismo vai difundir o sentimento nacional e criar o conceito de “literatura nacional” como expressão mais completa da evolução espiritual de uma nação,” (CAIRO, 2003, p. 70). E, nesse intento de construir uma epopeia genuinamente brasileira que estivesse para o Brasil assim como *Os Lusíadas* está para Portugal, alguns poetas românticos espelharam-se no ideário nacional do poema camoniano para realizar o projeto.

É importante ressaltar que houve significativa influência de Almeida Garrett na mentalidade dos primeiros escritores românticos brasileiros, mesmo tendo havido certa discordância entre os primeiros poetas românticos brasileiros no que diz respeito a emulação dos paradigmas classicizantes. O poeta português, principal modulador dos mitos de um Camões romantizado, exerceu um papel determinante na formação do Romantismo brasileiro:

No importante “ensaio crítico sobre a Coleção de Poesias do Sr. D. J. G. Magalhães”, de Justiniano Rocha, publicado no nº 2 da *Revista*, aparece a adesão fraca ao ponto de vista de Garrett, no *Bosquejo*, José Aderaldo Castelo mostrou bem no trabalho citado, como ele constitui um franco indício precursor do Romantismo, com o apelo a uma literatura nacional, liberta da imitação servil dos clássicos e atenta às sugestões locais (CANDIDO, 2000, p. 287).

Desse modo, serão percebidas na escrita local a reprodução dos modelos classicizantes na escrita poética e a busca por padrões ideológicos e estéticos europeus, como se lê no estudo de Antônio Candido em *Formação da literatura brasileira*, ainda que haja o intento da criação de uma literatura “nativa”:

Vê-se bem que os rapazes escorregavam nesse terreno de contradições. Anteviam a emergência de uma literatura nova, prevista e augurada por Garrett, Denis e outros; ao mesmo tempo, escandalizavam-se com as ousadias. Sabiam sentir o arcaísmo das *Poesias* de Magalhães, mas bradavam ante as novidades do *Camões*. Queriam e temiam simultaneamente a renovação, em parte porque não tinham dela uma noção definida. Por isso proclama de um lado a necessidade de uma poesia colorida, *brasileira*. (...) De outro lado porém, afirmam a soberania das normas tradicionais (CANDIDO, 2000, p. 288).

O literato e ensaísta Alfredo Bosi, no ensaio *História da literatura brasileira*, reitera que os escritores românticos brasileiros deram uma modelagem europeia às suas composições mesmo pretendendo criar uma literatura genuinamente brasileira.

Os novos modos de ser e sentir propiciados pelas transformações socioeconômicas na Europa inspiraram os jovens escritores brasileiros em suas produções artísticas. Eles seguiam, assim, a tendência estética inaugurada no Velho Continente, projetando, ao mesmo tempo, uma independência brasileira nas letras:

Como os seus ídolos europeus, os nossos românticos exibem fundos traços de defesa e evasão, que os leva a posturas regressivas: no plano da relação com o mundo (retorno à mãe-natureza, refúgio no passado, reinvenção do bom selvagem, exotismo) e no das relações com o próprio eu (abandono à solidão, ao sonho, ao devaneio, às demasias da imaginação e dos sentidos) (BOSI, 1975, p. 101).

Já Afrânio Coutinho, em *Conceito de literatura brasileira*, assevera que o processo de “nacionalização” das letras brasileiras foi iniciado a partir do século XVIII, com a poética de Gregório de Matos, expoente maior da literatura deste tempo em que já se verifica, segundo o estudioso, a tentativa de uma escrita diferenciada da portuguesa. O projeto de apartamento da escrita europeia já estava em curso para o erudito, a partir do momento que o brasileiro começou a compor com seu modo de ver o mundo:

Desde Gregório de Matos, a literatura que se produziu no Brasil é diferente da portuguesa. E se a mão forte do colonizador não deu tréguas no afã de sufocar o espírito nativista, fosse no plano político, econômico ou cultural, a tendência nacionalizante e diferenciadora, surgida com o primeiro homem que aqui assentou pé, mudando de mentalidade, interesses, sentimentos, não cedeu o passo, caminhando firme no desenvolvimento de um país novo, em outra área geográfica e com outra situação histórica (COUTINHO, 1976, p. 10).

Quanto ao gênero épico no Romantismo, a literatura brasileira, voltando a Bosi, ergueu-se patriota para elaborar as origens da cultura nativa. E a epopeia celebrará um canto de louvor ao que é natural da terra, tornando-o herói romântico por ser aquele que recupera o orgulho nacional por meio da História. Seus feitos representam a luta pela autonomia política e cultural, embora muito atentos aos seus sentimentos mais íntimos. Novamente cita-se Garrett como influenciador do movimento romântico no Brasil quanto à veneração ao considerado pátrio:

A nação afigura-se ao patriota do século XIX como uma ideia-força que tudo vivifica. Floresce a História, ressurreição do passado e retorno às origens (Michelet, Gioberti). Acendra-se o culto à língua nativa e ao folclore (Schlegel, Garrett, Manzoni). O homem romântico reinventa o herói, que

assume dimensões titânicas (Shelley, Wagner) sendo afinal reduzido a cantor da própria solidão (Fóscolo, Vigny). (COUTINHO, 1976, p. 103, 104)

O poema épico na literatura brasileira adquiriu no Romantismo, por fim, uma função política, pois tentava fixar uma identidade pátria que assegurava, para o poetas desta época, a independência cultural pretendida. E é precisamente este viés político-nacionalista que tomará a epopeia de Camões como base em seu ideário nacional, conforme a leitura de Antônio José Saraiva. Os precursores da épica romântica brasileira esmerar-se-ão no propósito de formar a independência do Brasil nas letras, conforme Candido, através da heroicização da história do país. O professor Anazildo Vasconcelos da Silva no seu ensaio *História da epopeia brasileira teoria, crítica e percurso* corroborará que existe no estilo de época do início do século XIX o intuito de se construir uma nacionalidade na literatura tornando matéria épica a história primordial de um país:

A épica romântica tem, de um modo geral, um caráter acentuadamente nacionalista e localista, determinado pela busca das raízes da nacionalidade no passado histórico, a época medieval para as nações europeias, que exaltam suas tradições particulares diante da Europa unificada, e, para os países das Américas, o período colonial (SILVA, 2007, p. 123)

O primeiro no Romantismo, portanto, a se empenhar patrioticamente na missão de dar um “*Lusíadas*” ao povo brasileiro é Gonçalves de Magalhães, autor da obra intitulada *A Confederações dos Tamoios*. A épica brasileira, publicada em 1856, retrata a luta dos índios tamoios que habitavam o Vale do Paraíba unidos em uma confederação com o apoio de franceses contra os colonizadores portugueses e outras tribos indígenas, como os tupiniquins, tupinambás e aimorés. A vitória final coube aos lusitanos e o levante da Confederação foi encerrado violentamente, causando a escravidão e morte de milhares de índios.

O deslocamento de um herói lusitano para o índio é a marca da diferença desse poema com o restante das epopeias neoclassicistas. No projeto de construir uma nova cultura independente, na qual se olha para o nativo como “o verdadeiro brasileiro”, os poetas valeram-se de uma musa tropical para cantar seus versos épicos. O modelo de escrita e a retórica, no entanto, permanece baseando-se no classicismo europeu, do qual *Os Lusíadas* são paradigma a ser seguido como se discute aqui neste trabalho. A influência de Camões na epopeia de Magalhães é comentada em *Cartas sobre a Confederação dos Tamoios*, de José de Alencar:

Compare-se n'este ponto com os poemas conhecidos, e vê-se-*ha* o contraste: Milton *diriva* a sua *acção* da rebelião de *Satanaz*; Virgílio da *destruição* de *Troya*; Homero do rapto de Helena; o Tasso das cruzadas, Camões do espirito de conquista e navegação. Ha pois *n'estes* poemas como *cansa*, ou um grande infortúnio, ou um sentimento poderoso como a nacionalidade e a religião, ou um acontecimento importante como a descoberta de um novo mundo (ALENCAR, 1856, p.18).

O poema épico de Magalhães, segundo o célebre autor de *O Guarani* e *Iracema*, é elevado ao nível dos poemas mais consagrados da literatura ocidental. A *Confederação dos Tamoios* é percebido também por Alencar pelos aspectos que compõem uma epopeia clássica, tais como religiosidade, recorte de fato histórico marcante e nacionalidade, características essas presentes também na epopeia lusitana.

Magalhães é considerado o pioneiro no Romantismo brasileiro, e seu poema *Suspiros Poéticos e Saudades*, publicado em 1836, marca o início do estilo de época no país:

Período de desenvolvimento autônomo (de 1768, da mesma data das *Obras poéticas*, de Cláudio, a 1836, ano da publicação dos *Suspiros Poéticos*, de Gonçalves de Magalhães); *período de reação romântica* (de 1836, ano dos *Suspiros Poéticos*, a 1875, época do aparecimento dos *Ensaio e estudos de filosofia e crítica*, de Tobias Barreto) (ROMERO, 2001, p. 118).

Antônio Soares Amora assevera que *A Confederação* era “o grande poema nacional, com que o autor confessara sonhar, já em 1833, e em que outros contemporâneos seus se tinham empenhado, sem maiores êxitos, durante dois decênios” (AMORA, 1967, p. 138). Candido analisa *A Confederação dos Tamoios* como poema indianista, tema caro ao Romantismo brasileiro como demonstrativo do nacionalismo nas letras:

A Confederação dos Tamoios (1856), elaborada certamente no intuito de empolgar a primazia definitiva da nossa literatura, brilhando no rumo que parecia caracterizá-la mais especificamente: o indianismo. (CANDIDO, 2000, p. 55).

O poema de Magalhães possui dez cantos, em decassílabos brancos e usa a organização da épica camoniana, embora, como já foi dito, houvesse um esforço dos românticos em combater a mentalidade neoclassicista. A Dedicatória é o

prólogo, escrita em letra cursiva e feita ao Imperador D. Pedro II. Nele, o autor reitera seu sentimento patriótico e honra com que realiza o projeto da epopeia brasileira. Segundo Gilberto Mendonça Teles, autor do ensaio *Camões e a poesia brasileira*, “D. Pedro II havia incentivado o autor a escrever o que seria, segundo se esperava, a epopeia nacional.” (TELES, 1979, p. 131), fato que assinala o cunho político da obra em questão. Ocorre um gesto “patriótico” na composição do poema, segundo o próprio autor, e o reconhecimento pela suposta prosperidade do país naquele momento:

Não é um simples motivo de particular gratidão por *especiaes* favores devidos a Vossa *Magestade* Imperial, e sim em sentimento mais patriótico de profunda admiração e elevado reconhecimento pela prosperidade do nosso *paiz*, devida à sabedoria, justiça e amor às instituições livres, que tão altamente brilham no *Throno* na Augusta Pessoa de Vossa *Magestade* Imperial; é este nobre sentimento que me inspira a ideia de oferecer e dedicar a Vossa *Magestade* Imperial este meu trabalho literário, como um tributo espontâneo de um *súbdito* fiel ao melhor dos *Monarchas*. (MAGALHÃES, 1856, *Senhor*, p. 9).

A épica de Magalhães, então, inicia-se com Invocação e Proposição:

Oh sol, astro propício que abrilhantas
Do *creado* universo altos prodígios;
E aos bosques dás verdor, doçura aos *fructos*,
E os petalos das flores vario esmaltas!” [...]

Doces inspirações prestai-me, oh Genios!
Dos *Tamoyos* o intrépido ardimento,
Do olvido *sorvedor* hoje *exhultemos*:
Na mente bafejai-me imagens que ornem
Dos filhos dos sertões a sorte adversa. (MAGALHÃES, 1856, I, 2)

E segue com a Narração:

Oh! E *porque* tão frio, tão amargo
Pranto verteis, meus olhos magoados?
Tanto dos *Indios* vos contrita a sorte,
Ou dos nossos maiores a dureza
Com que a escravidão os reduziram? [...]
Torpe ambição, infame crueldade
Os esforços mil vezes deslustraram
Dos primeiros colonos Lusitanos
Que o amor do áureo metal e feios crimes
A estas virgens plagas conduziram. (MAGALHÃES, 1856, I, 10)

E encerra-se com o Epílogo, dirigindo-se ao Imperador, como faz Camões ao fechar seu poema nacional: “Por isso vós, ó Rei, que por divino/ Conselho estais no

régio sólio posto,/ Olhai que sois (e vede as outras gentes)/ Senhor só de vassallos excelentes.” (CAMÕES, 1980, X, 146):

Defensor do Brasil, tu que, instruído
 Dos deveres de Rei, sabes que o *throno*,
 Barreira de paixões desordenadas,
 O apoio deve ser da liberdade,
 Da justiça e da paz, e o altar sagrado,
 Cujos fogos perene animar deve
Sciencias, letras, artes, e virtudes: (MAGALHÃES, 1856, X, 340)

Teles, concluindo a influência e inspiração d'*Os Lusíadas* n'*A Confederação dos Tamoios*, aponta os “vestígios” da épica camoniana tais como

“Tu só, Religião sublime e santa” em que a expressão “tu só” nos remete logo para o episódio de Inês de Castro. Construções do tipo “Já da noite os negrumes se extinguiram” (canto IV) ou reflexões como “O crer é *dalma* natural instinto,/ Que da ciência às dúvidas resiste;/ E no que não creram homens tão simples,/ Se muitos dos que têm a luz de Cristo/ *Crêem*, e ensinam a crer em tais prodígios?” (canto IV) são elementos da estilística camoniana (TELES, 1979, p. 132).

Outro esforço romântico com o projeto de se tornar a epopeia brasileira por excelência não pode ser concluído. *Os Timbiras*, de Gonçalves Dias, foram publicados em 1857, na cidade alemã de Leipzig, com apenas quatro cantos em virtude de um naufrágio e, segundo Teles, a obra teria dezesseis cantos (TELES, 1979, p. 133). O poema é notabilizado como mais uma tentativa de fixar os indígenas como povo símbolo do que seria genuinamente brasileiro, dando-lhe um caráter de heroísmo como Camões aos seus portugueses. Seu plano de elaborar uma épica brasileira é atestado por Candido:

Sente-se que Gonçalves Dias pretendeu, nele, “dar a sua medida”; mostrar capacidade de arquitetar e executar uma epopeia nacional, uma *brasiliada* inspirada nos feitos e costumes da raça eu tanto amou e exaltou (CANDIDO, 2000, p. 82).

A narrativa canta os feitos da tribo Timbira liderada pelos heróis Itajuba e o jovem Jatir, guerreiros com código de ética baseados nos cavaleiros medievais europeus. Cultivavam a honra, coragem e sentimento da coletividade. Suas lutas eram contra tribos inimigas e a colonização portuguesa, responsável pelo morticínio de vários indígenas no processo. O poeta Manuel Bandeira tece o seguinte comentário sobre *Os Timbiras*: “O sopro épico a animar os episódios da vida

selvagem, colocam os fragmentos de *Os Timbiras* como a mais inspirada tentativa no gênero dentro de nossa poesia” (BANDEIRA *apud* TELES, 1979, p. 133). Já Hamilton Elia em seu trabalho *Camões e a literatura brasileira* indica características d’*Os Lusíadas* no épico brasileiro de Dias dando-lhe o nome de *brasíliada*, assemelhando o poema à *Ilíada*, a vultuosa epopeia de Homero:

Seu poema épico *Os Timbiras*, com que tencionou mostrar “capacidade de arquitetar e executar uma epopeia nacional brasíliada, inspirada nos fatos e costumes da raça que tanto amou e exaltou”, não apontam, por acaso, ecos de *Os Lusíadas*? (ELIA, 1973, p. 34)

A estrutura do incompleto poema segue a clássica divisão cujos versos são os camonianos decassílabos, embora brancos. Temos a Dedicatória, feita ao Imperador D. Pedro II: “à majestade do muito alto e muito poderoso príncipe, o senhor D. Pedro II, imperador constitucional e defensor perpétuo do Brasil” (ARENDR, 2010, p. 2) e a Proposição e Invocação, que o autor chama de Introdução:

Os ritos semibárbaros dos Piagas
Cultores de Tupã, a terra virgem
Donde com dum trono, enfim se abriram
Da cruz de Cristo os piedosos braços
As festas, e batalhas mal sangradas
Do povo Americano, agora extinto,
Hei de cantar na lira. – Evoco a sombra
Do selvagem guerreiro!... [...] (DIAS, 2015, *Introdução*, p. 3)

Narração:

Sentado em sítio escuso descansava
Dos Timbiras o chefe em trono anoso,
Itajubá, o valente, o destemido
Acoçador das feras, o guerreiro
Fabricador de incansáveis lutas.
Seu pai, chefe também, também Timbira,
Chamava-se o Jaguar: dele era fama
Que os musculosos membros repeliam
A flecha sibilante, e que o seu crânio
Da maçã aos tesos golpes não cedia. (DIAS, 2015, *Canto Primeiro*, p. 2)

Teles, por fim, anota “algumas semelhanças técnicas com as primeiras estrofes de *Os Lusíadas*: o poeta se propõe a cantar na *lira* “Os ritos semibárbaros dos Piagas”, “a terra virgem” e cristã e “As festas, e batalhas mal sangradas/ Do

povo Americano, agora extinto” (TELES, 1979, p. 133). O autor de *Camões e a poesia brasileira* associa a épica de Camões à do brasileiro Gonçalves Dias, poema feito com vistas ao enaltecimento do primitivo povo americano, assim como o fez o vate português em sua epopeia lusitana ao louvar as proezas dos seus compatriotas em terra e mar.

Outro demonstrativo do uso ideológico do épico camoniano é *O Guesa*, de Sousândrade. A epopeia romântica publicada em 1868 canta a saga de uma criança que deve cumprir um ritual indígena de sacrifício da própria vida quando completar quinze anos. O guesa, como é chamada, precisa concluir toda a peregrinação para ser digna do seu martírio ao deus sol Bochica. No processo, o menino enfrenta várias provações através das quais divaga sobre as mazelas do colonialismo europeu no continente americano. O poema é baseado nas lendas dos povos incas da Colômbia, e a maior parte de sua ação se passa na América Latina. Os cantos dispõem-se em quartetos decassílabos, porém, ocorrendo variedade métrica conforme o lirismo e a dramaticidade dos episódios: “A quebra da uniformidade se faz pela variação métrica, estrófica e gráfica, e serve para destacar os episódios do corpo do poema.” (SILVA, 2007, p. 124). Segundo Teles, a obra foi publicada espaçadamente, entre os anos de 1858 e 1970:

O Guesa é um poema composto de treze cantos e, como se vê pela edição londrina, os cantos I, II e III foram escritos em 1858; o V, em 1862; VI, entre 1852 e 1857; o VII, entre 1857-1900; o VIII, entre 1857 e 1870; IX, em 1871; o X, entre 1873 e 188.; o XI e XII, em 1878; o canto epílogo, entre 1880 e 1884. O próprio autor faz uma observação final, informando que os cantos VII, XII e XIII ficaram interrompidos. Foi recentemente publicada uma continuação do canto XII (TELES, 1979, p. 140).

Anazildo Vasconcellos observa que *O Guesa* “define-se como uma epopeia autêntica, igual às do passado e, como elas, perfeitamente identificada com o gênero épico.” (SILVA, 2007, p. 98). coadunando com a ideia da influência dos modelos classicizantes na escrita de Sousândrade. Teles vê alguns elementos d’*Os Lusíadas* no poema e dá como exemplo a estância 75 do Canto X:

- Do que o padre Baco-Lusíada
Dom Jaime val’ mais pintos mil;
‘Bandeira Estrelada’
É mudada
Em sol, se içá-a o Rei do Brasil (SOUSÂNDRADE *apud* TELES, 1979, p. 142).

E segue comentando que

o deus Baco ou Lísia, como registra Camões (“Esta foi Lusitânia, derivada/ De Luso ou Lisa, que de Baco antigo/ Filhos foram, parece, ou companheiros./ E nela então os íncolas primeiro”, III, 21), aparece portanto associado ambigualmente ao povo lusíada e ao poeta. Logo a seguir, na estrofe 81 do mesmo canto, encontramos outra referência de Sousândrade a Camões: “(La Fontaine tomando para uma fábula os matadores de Inês de Castro:)” (TELES, 1979, p. 142).

Adiante, o autor aponta semelhanças com a história de Adamastor n’O *Guesa*, onde encontra referência à “titânia fantasia”, a um “penhasco e a um abraço”, além de uma invocação. Teles mostra a aproximação ao episódio dos amores fracassados do Adamastor, na estrofe 56 do canto V da épica camoniana: “crendo ter nos braços quem amava,/ Abraçando me achei cum duro monte”. Eis alguns desses versos de Sousândrade:

Oh, natureza,
Quando ocultavas tu sem amostrares,
De luz, de sons e d’ íntima beleza!
“Em seu dia final quando é-se humano
D’alma sentindo as meigas relações
Que há entre os céus e o homem soberano,
Entre esta amante terra e os corações!
“Bendiz-se ao mundo, com piedoso encanto
Conciliador d’esp’rança já perdida,
E a esta misérrima, a esta espuma-vida,
Em qual abraço que estreitou-se em pranto.”
Do Guesa o coração fora humilhando
Ao cruel desencanto de um delírio...
Dos ecos vão, dos vales o martírio,
Longas ondulações – vaga o passado (SOUSÂNDRADE, 1888, p. 42).

Teles encerra sua investigação afirmando que a ressonância d’*Os Lusíadas* na obra de Sousândrade é mais evidente no canto VI. Assevera ser indiscutível, no canto VI, o mais antigo do poema, escrito entre 1852 e 1857, que existe maior referência a Camões:

Oh, podeis, cortesãos, aperfeiçoando,
O prêmio ter das ‘ilhas dos amores!’
E os lares de Penélope bordando,
São sós os que honram aos navegadores.
- E onde existe Camões? E aonde Homero?
Aquele, em Portugal; e à humanidade
Este guiando, que primeiro
As virtudes ensina da amizade,
D’estados a união sincera e forte,

Sábia equidades aos príncipes soberbos,
 E aqueles que a amor pátrio afrontam morte,
 (Não ninfas) hão do lar os meigos verbos.
 - É Camões o passado, que se preza
 Grandioso; a homereal granadiosidade
 É presente, é porvir, é a beleza
 Da mulher – crença, do homem-divindade.
 O Luso ensina à glória d'obediencia
 Do povo ao rei; nas frentes a seus reis
 Põe o Grego – é a ação, é a consciência,
 São as eternas, são as vivas leis (SOUSÂNDRADE, 1888, p. 137).

Nos fins do século XIX e inícios do XX o poeta Olavo Bilac também fará o seu esforço para dar um *Lusíadas* ao povo brasileiro. Intitulado de *Caçador de Esmeraldas, Episódio da epopeia sertanista no XVII^o século*, a épica de Bilac narra a caminhada de sete anos do bandeirante Fernão Dias Paes Leme pelo sertão de Minas Gerais, em busca das pedras preciosas. Ele enfrenta muitos desafios perigosos ao longo da jornada guiado por uma misteriosa voz. Esta o anima a prosseguir na missão de explorar o local subjugando-o a seu poderio. O protagonista dá muitas provas de seu heroísmo ao vencer os inimigos que se se interpõem em seu caminho, e a própria natureza com seus riscos e dificuldades. O tema do desbravamento pelo interior do país, em busca de riquezas e ampliação do território dominado, volta a ser abordado pelos poetas brasileiros, permanecendo algumas características do período anterior, o Romantismo.

O poema parnasiano, publicado em 1902, estrutura-se em quatro cantos, com um total de quarenta e seis sextilhas em versos alexandrinos. No *Caçador de Esmeraldas* temos novamente as divisões das épicas clássicas renascentistas. Anazildo Silva comenta que a extensão material do poema é limitada a 272 versos cuja a organização estrutura-se em proposição, inicialmente, e segue para uma mescla dialógica, em que se insere uma invocação à Pátria mítica pré-cabralina para abrir-se em seu canto, e uma dedicatória aos índios que a habitavam:

Ah! quem te vira assim, no alvorecer da vida,
 Bruta Pátria, no berço, entre as selvas dormida,
 No virginal pudor das primitivas eras,
 Quando, aos beijos do sol, mal compreendendo o anseio
 Do mundo por nascer que trazias no seio,
 Reboavas ao tropel dos índios e das feras! (SILVA, 2007, p. 98).

A afirmação d'*Os Lusíadas* como modelo de Bilac para composição de sua epopeia brasileira é atestada por Silva através das estrofes do poema que evidenciam muita semelhança com o Adamastor de Camões:

E é uma ressurreição! O corpo se levanta:
 Nos olhos, já sem luz, a vida exsurge e canta!
 E esse destroço humano, esse pouco de pó
 Contra a destruição se aferra à vida, e luta,
 E treme, e cresce, e brilha, e afia o ouvido, e escuta
 A voz, que na solidão só ele escuta, — só: (SILVA, 2007, p. 96).

Conforme Anazildo, a intervenção dessa voz no delírio do herói suspende o relato de sua agonia de morte e, dando lugar ao relato de sua transcendência para a vida que brotará de seus feitos, concede-lhe a imortalidade heroica. A audição dessa voz, sob o impacto do maravilhoso alegórico, assemelha-se à aparição surpreendente do Adamastor em *Os Lusíadas*, inclusive pelo embate de sonhos com a realidade:

"Morre! morrem-te às mãos as pedras desejadas,
 Desfeitas como um sonho, e em lodo desmanchadas...
 Que importa? dorme em paz, que o teu labor é findo!
 Nos campos, no pendor das montanhas fragosas,
 Como um grande colar de esmeraldas gloriosas,
 As tuas povoações se estenderão fulgindo!

Quando do acampamento o bando peregrino
 Saia, antemanhã, ao sabor do destino,
 Em busca, ao norte e ao sul, de jazida melhor,
 — No cômodo de terra, em que teu pé poisara,
 Os colmados de palha aprumavam-se, e clara
 A luz de uma clareira espancava o arredor (SILVA, 2007, p. 96).

Teles, em seu estudo sobre a influência de Camões na poética brasileira, ainda assinala que Bilac “é o maior camonista entre os parnasianos; é, na verdade, o restaurador literário do culto a Camões, um tanto olvidado pelos últimos românticos.” (TELES, 1979, p. 145). O estudioso assevera derradeiramente que o poeta brasileiro, na companhia de outros renomados escritores de seu tempo, rendeu tributo ao vate lusitano em discursos e principalmente na emulação em suas obras:

Lembre-se, de passagem, de que Bilac escreveu um poemeto, “Sagres”, sobre o centenário da Índia, em 1898, obra que foi lida no Gabinete Português. Raimundo Correia, Alberto de Oliveira e Vicente de Carvalho também homenagearam Camões, tal como alguns simbolistas, Alphonsus

de Guimaraens principalmente, como se verá na parte lírica (TELES, 1979, p. 145).

É propício, por fim, a mostra do soneto de Bilac que expõe a importância iconográfica de Camões para a época:

Última flor do Lácio, inculta e bela,
 És, a um tempo, esplendor e sepultura:
 Outro nativo, que na ganga impura
 A bruta mina entre os cascavalhos vela...

Amo-te, assim, desconhecida e obscura,
 Tuba de alto clangor, lira singela,
 Que tens o trom e o silvo da procela,
 E o arrollo da saudade e da ternura!

Amo o teu viço agreste e o teu aroma
 De virgens selvas e de oceano largo!
 Amo-te, ó rude e doloroso idioma,

Em que da voz materna ouvi: "Meu filho!"
 E em que Camões chorou, no exílio amargo,
 O gênio sem ventura e o amor sem brilho! (BILAC, 1964, p. 262)

O próximo tópico discorrerá sobre o aumento da influência de Camões na poética brasileira no final do século XIX, tempos em que a instrumentalidade do maior poeta português dos Quinhentos passa a ser mais estudada e tomada como ideologia política no Brasil.

2.3 Os *Lusíadas* como mito de união entre portugueses e brasileiros nas comemorações do tricentenário de Camões, em 1880

Em Portugal dos fins do século XIX, surge o intento de glorificar o autor da épica e sua obra maior como parte dos esforços para engrossar as fileiras de apoio ao movimento republicano. O tempo foi marcado pela instabilidade política e lutas para a mudança do regime governamental no país que, por fim, culminou na queda da monarquia e o estabelecimento da república em 1910. Os republicanos, inspirados pelo Positivismo e os ideais de *Igualdade, Fraternidade e Liberdade* da Revolução Francesa, intentaram inflamar um sentimento de patriotismo como uma de suas bandeiras ideológicas para introduzir sua forma de governo. Como as

monarquiais constitucionais eram questionadas em vários países europeus, os adeptos da República acharam uma oportunidade nesse momento de ascender ao poder em Portugal. Os revolucionários lograram êxito em seu objetivo e os portugueses puseram fim ao reinado da dinastia de Bragança que governava o país desde 1640. Na campanha republicana, leram na epopeia nacional e na exemplaridade de seu autor a identificação patriótica e cultural de que precisavam para formar a base de suas proposições, consoante o comentário de Carlos Manuel da Cunha no seu ensaio *A construção do discurso da história literária na literatura portuguesa do século XIX*:

Os *Lusíadas* transformaram-se assim num poderoso elemento de identificação nacional, contribuindo para um certo sentimento de solidariedade nacional. Era, no fundo, esta "consciência" nacional (o "imaginário nacional") que os promotores do Tricentenário e muitos outros intelectuais portugueses desejavam instituir e divulgar. (CUNHA, 2002, p. 564)

As campanhas de convencimento da supremacia do regime republicano envolviam muitas manifestações cívicas, sendo a maior delas a comemoração do tricentenário da morte de Camões, em 1880, segundo a pesquisadora Gisele Venâncio em seu artigo *Um conto de duas cidades*: *O tricentenário de Camões em Lisboa e no Rio de Janeiro*:

A festa em Portugal realizou-se, portanto, com a publicação de inúmeros impressos, a criação de pinturas, moedas comemorativas, festas nas escolas, procissões cívicas, discursos pronunciados e publicados, uma ampla variedade de eventos que atendia a indivíduos dos mais variados espectros políticos. A vastidão da festa foi tal que levou Oliveira Martins a afirmar, em 1880: *"Camões é ao mesmo tempo uma infinidade de tipos para uma infinidade de criaturas arrastadas pelo Centenário"* (VENÂNCIO, 2012, p. 43)

Havia para os republicanos a necessidade de exaltar a nacionalidade portuguesa como estímulo para se buscar as mudanças políticas que supostamente iriam alavancar o progresso da nação. E o poema épico de Luís de Camões coube bem ao enaltecimento de um passado glorioso e uma esperança no futuro: "Relembrar os mortos [era] estimular os vivos; recordar *Os Lusíadas* [era] reviver a melhor época da nacionalidade portuguesa, e acordar um mundo onde Portugal foi senhor, foi grande, foi onipotente". (JOAO, 2002, p.10). A tomada da epopeia de Camões para fazê-la base ideológica de um discurso nacionalista foi a estratégia

dos republicanos com a promoção da grande festa cujo objetivo era associar o poeta aos ideais da República. Some como motor da renovação o *Ultimatum*, causador de grande comoção nacional e golpe na autoestima portuguesa:

"Nela corporiza a ideia de que o problema dos Portugueses era o da aquisição de uma identidade colectiva que lhes desse confiança e energia." (*id.*: 67). Foram marcantes para este processo de construção identitária a celebração do Tricentenário de Camões e as manifestações patrióticas perante o *Ultimatum* (CUNHA, 2002, p. 451).

Segundo o historiador José Hermano Saraiva, o idealizador do evento essencialmente político foi Teófilo Braga, que em 1910 viria a ser o chefe do Governo Provisório da República Portuguesa e pronunciou ser Camões "o melhor estímulo para uma revivescência nacional" (BRAGA, 1984, p. 61):

A primeira grande vaga da propaganda patriótica foi 3º centenário da morte de Camões, em 1880. Foram os republicanos que tomaram a iniciativa, e já essa ideia estranha de fazerem de Camões um vulto tutelar da República é reveladora: é uma ideia erudita, nascida da cabeça do professor da cadeira de Literatura Portuguesa no Curso Superior de Letras, Teófilo Braga. Para ele, Camões representava a Pátria; obviamente, simbolizava a República. (SARAIVA, 1981, p. 341).

A elevação do poeta ao *status* de herói patriótico serve ao propósito da criação de um ser coletivo português, pois, conforme o comentário de Fernando Bessa Ribeiro, "o trabalho de *heroificação* é inseparável da produção de uma memória coletiva de dimensão nacional" (RIBEIRO, 2015, p. 4). É nesta época, segundo Cunha, que surgem os símbolos nacionais de Portugal e com eles o enaltecimento do maior poeta português. Transparece aqui, portanto, que Camões foi equiparado a um dos símbolos do país:

Entre 1880 e 1930 instituem-se os símbolos identificadores de Portugal e constrói-se o seu património cultural: a bandeira, o hino, o dia de Portugal (1925), a forma republicana do estado, a glorificação de Camões, o interesse pelos Descobrimentos, a primeira reforma ortográfica, etc. (...) A romantização de Camões e a sua "homerização" fizeram dele o símbolo por excelência da identidade nacional, tendo sido consagrado como "herói" nacional na celebração do tricentenário da sua morte aquele que Teófilo considerava a figura mais representativa do génio nacional, a síntese do carácter português (CUNHA, 2002, p. 451, 539).

A conjuntura política da época deu continuidade ao processo de heroicização de Camões iniciada há algumas décadas antes com Garrett, Herculano, o próprio Teófilo Braga e outros. O vate lusitano é transformado na corporificação da alma

portuguesa e passa a ser, por ocasião da apropriação republicana de seu discurso artístico, a síntese do ser português. E é esse valor simbólico que o escritor e político José Maria Latino Coelho enfatiza no elogio histórico a Camões que pronunciou na Academia Real das Ciências de Lisboa, na circunstância do tricentenário:

Contemplamos no Camões reflectida com toda a sua clara intensidade a vida nacional. (...) A sua alma é a alma da nação. No seu poema não respira apenas o estro de um cantor, palpita o coração de Portugal; "O Camões não é apenas um poeta, é um côro triumphal, em que as vozes de muitas gerações, na propria saudação dos seus heroicos feitos, se conglobam nos accents de uma voz predestinada."; "Os monarchas da intelligencia (...) Nascem da humanidade e vão para a gloria (...), caminham luminosos á divina immortalidade (COELHO, 1882, p. 9).

É notável, portanto, a viabilidade da aplicação de Camões e *Os Lusíadas* no projeto republicano nacionalista português nos finais do século XIX, movimento que visava a renovação institucional adequada às tendências filosóficas e ideológicas que corriam na Europa. O Camões do tricentenário, mantendo e confirmando a mitologia romântica, aparece, então, com uma carga ideológica muito forte, que faz emergir o lado épico da história pátria para melhor acentuar o contraste com a decadência do presente, o que o *Ultimatum* e a questão colonial dez anos depois da comemoração vieram robustecer. O uso político de Camões intensifica-se, uma vez que seu poema exalta o nacionalismo e o orgulho pátrio, necessidade dos portugueses naquele momento de baixa autoestima.

Intelectuais brasileiros importaram, então, a ideia republicana para o país e resolveram promover, também aqui, a festa em homenagem ao vate lusitano. O intento era fazer do poeta português um símbolo de união entre Portugal e Brasil, ligados pela língua e pela cultura. A ex-colônia seria a continuação e o produto maior dos empreendimentos marítimos feitos pelos portugueses nos séculos XV e XVI, e tal celebração foi organizada pelo Gabinete Real Português de Leitura, cujos idealizadores tinham a finalidade de estreitar os laços e estabelecer uma relação de fraternidade entre os dois países, segundo Gisele Venâncio:

Nesse sentido, a festa do tricentenário de morte de Camões, realizada em 1880, emerge como um evento paradigmático das maneiras elaboradas por intelectuais de ambos os países no sentido da valorização dos aspectos culturais luso-brasileiros, em fins do século XIX. [...] é certo que a festa no Rio de Janeiro colocou em pauta a questão da discussão sobre um ideal de

nacionalidade brasileira que deveria se definir em continuidade a sua herança portuguesa (VENÂNCIO, 2012, p. 42, 44).

Havia também o propósito de combater o indianismo pregado pelos intelectuais do Segundo Reinado, com vistas a reforçar a ideia de a identidade brasileira ter como origem a portuguesa. Ressaltavam a herança europeia no Brasil como parte fundamental da formação da cultura brasileira usando o poeta quinhentista para substituir a exaltação romântica ao nativo:

Todavia, se lá (Portugal) os festejos camonianos marcaram-se pela predominância das cores anti-monárquicas e republicanas – efeito do esforço empolgado de Teófilo Braga e seus asseclas -, aqui o evento apresentou caráter, em linhas gerais entre o conservador e o reformista, este no propósito de, segundo Ângela Alonso, “acentuar a continuidade cultural com a metrópole europeia e manifestar seu desdém pelo indianismo romântico, a marca do Segundo Reinado, ou ainda: “A recuperação de Camões auxiliou os contestadores [do *status quo* do regime imperial] a conectarem o Brasil com sua raiz europeia, dando-lhes uma matéria alternativa ao indianismo saquarema para recompor a identidade nacional brasileira (DRUMOND, 2012, p. 88).

Os idealizadores do movimento do tricentenário visavam combater politicamente as bandeiras ideológicas do Império para promover o já nascido movimento republicano no Brasil. Conforme Drumond em sua tese de doutorado intitulada *Um poeta português também do Brasil. Joaquim Nabuco leitor de Camões*, a ideia da festa tinha como objetivo lançar, por meio de Camões, as bases da mudança do regime de governo:

Seja como for, o republicanismo também marcou as comemorações camonianas brasileiras. Aliás, esses defensores da mudança de regime de governo no Brasil ganhavam, na época, cada vez maior força política no País. E, afinal, foram os republicanos que mais se mobilizaram nas comemorações do terceiro centenário da morte do poeta em 1880 (DRUMOND, 2012, p. 88).

O então presidente do Gabinete, Eduardo Lemos, na colocação da pedra fundamental do edifício da referida biblioteca, ratifica a citação e o emprego de Camões como símbolo da comunhão entre as nações:

Ligar o nome de Camões ao nosso instituto por um laço perpetuo, por um *vinculo de marmore*, foi o primeiro pensamento da *directoria*. Neste intuito *projecta-se* com a maior *solemnidade* a fundação da primeira pedra do novo *edifício* para a nossa *bibliotheca*, no dia do memorando centenário (VENÂNCIO, 2012, p. 45).

A nota de D. Pedro II, imperador do Brasil, publicada na *Revista Brasileira*, de 1880, sob o título “Homenagem a Luís de Camões – 10 de junho de 1880”, também atesta o cunho político da celebração e a importância que se deu ao autor d’*Os Lusíadas* ao usá-lo como mito de unificação entre portugueses e brasileiros:

Representante da Nação Brasileira, e amigo das letras e de seus cultores, não hesito em anuir ao pedido de colocar o meu nome entre os dos meus patrícios, que, na grinalda de versos consagrada a Camões, o maior gênio da língua falada por dois povos irmãos, cantor das maravilhas da navegação, a que devemos o nosso Brasil, conseguiram simbolizar os mais generosos sentimentos, imitando a exuberância viçosa e bela de um solo, cujas admiradas riquezas oferecemos cordialmente ao espírito industrioso de todas as outras nações. Estas palavras, escritas ao correr da pena, cingirão a formosa grinalda, ao menos, como laço de simpatia (SANDMANN, 2015, p. 202).

As comemorações que visavam estreitar as relações entre Portugal e Brasil centralizaram-se no Gabinete Real Português de Leitura, situado na rua cujo nome deram de “Luís de Camões” no centro da cidade do Rio de Janeiro, em virtude da inauguração do instituto. Pensou-se no poeta lusitano “como um patrono recuado (mesmo que involuntário) também da nacionalidade brasileira”, segundo Sandmann em seu artigo *As comemorações do tricentenário de Camões no Brasil*. Assim, Camões foi compartilhado por portugueses e brasileiros como o grande unificador das cultura luso-brasileira. Eis, portanto, mais um uso político-ideológico do poeta lusitano e sua obra maior no Brasil.

O notável discurso de Joaquim Nabuco na inauguração do Gabinete conclama os brasileiros a festejarem, juntamente com Portugal, a homenagem a Camões no tricentenário de sua morte. O político e diplomata alega terem os brasileiros íntima relação com os colonizadores, deles devendo a língua, a cultura e, por fim, argumenta que fazemos parte da história de Portugal como sua continuação no continente americano. A tese geral do autor quer mostrar os pontos de aproximação entre Brasil e Portugal que justificariam o atendimento ao convite, daí seu entusiasmado chamamento à festa do tricentenário:

Nesta festa uns são Brasileiros, outros Portugueses, outros estrangeiros; temos todos, porém, o direito de abrigar-nos sob o manto do Poeta. [...] Se o dia de hoje é o dia de Portugal, não é melhor para ele que a sua festa nacional seja considerada entre nós uma festa de família? Se é o dia da

língua Portuguesa, não é esta também a que falam dez milhões de brasileiros? [...]

Num sentido mais especial, porém, pode-se dizer que sejamos nós, os Brasileiros, estrangeiros nesta festa?

Seria preciso esquecer muita coisa para afirmá-lo.

Não foi o Brasil descoberto, colonizado, povoado por Portugueses? Não foi uma colônia Portuguesa durante três séculos, que se manteve portuguesa pela força das suas armas, combatendo a Holanda, até que, pela lei da desagregação dos Estados, e pela formação de uma consciência Brasileira e Americana no seu seio, assumiu naturalmente a sua independência e coroou seu Imperador ao próprio herdeiro da Monarquia? Depois deste fato, apesar dos preconceitos hoje extintos, não tem sido o Brasil a segunda pátria dos Portugueses? Não vivem eles conosco sempre na mais completa comunhão de bens, num entrelaçamento de família, que tornaria a separação dos interesses quase impossível?

Quanto ao Poema, deixai-me dizê-lo, ele nos pertence também um pouco. Quero esquecer a língua Portuguesa, que nos é comum, e a sucessão legítima que nos faz tão bons herdeiros, pondo de parte a tradição nacional, dos contemporâneos de Camões e do velho Portugal dos *Lusíadas*, como os Portugueses do século XIX, para tomar somente a obra de arte. Qual é a ideia dos *Lusíadas*, se eles não são o poema das descobertas marítimas e da expansão territorial da raça Portuguesa? Mas o descobrimento do Brasil não será uma parte integrante desse conjunto histórico? [...] a Índia Portuguesa é uma pálida sombra do Império que Afonso d'Albuquerque fundou; ao passo que o Brasil e os *Lusíadas* são as duas maiores obras de Portugal (NABUCO, 2015, p. 3).

A fala de Nabuco busca incutir o sentimento de fraternidade entre os países e une o próprio Brasil à obra de Camões como “as duas maiores obras de Portugal”. O poema épico serve também, em seu discurso, para reiterar a ideia de uma “pan-lusitanidade”, haja vista o fato de esta ser um dos temas principais do poema camoniano: a expansão da cultura portuguesa pelo mundo, semeando “a Fé e o Império” através dos mares. Ao final de sua longa preleção, o político engrandece a tal ponto o autor d'Os *Lusíadas* que o quer tornar digno de glorificação e homenagem eterna por portugueses e também brasileiros:

[...] e por muitos séculos ainda o teu Centenário reunirá em torno das tuas estátuas, espalhadas pelos vastos domínios da língua Portuguesa, as duas Nações eternamente tributárias da tua glória, que unidas hoje pela primeira vez pela paixão da Arte e da Poesia, aclamam a tua realeza eletiva e perpétua, e confundem o teu gênio e a tua obra numa salva de admiração, de reconhecimento e de amor, que há de ser ouvida no outro século! (NABUCO, 2015, p. 13).

Como segunda parte das comemorações, delimitação feita no artigo de Gisele Venâncio, ainda se assistiu à participação do escritor Machado de Assis, que se uniu aos celebrantes na festa de 1880 ocorrida no Gabinete Real Português de Leitura. O célebre autor de *Dom Casmurro* e *Memórias Póstumas de Brás Cubas* foi incumbido

da tarefa de produzir uma peça em homenagem a Camões. *Tu, só tu, puro Amor* conta a história do jovem Camões e seu amor por D. Catarina de Ataíde, dama da corte de Lisboa e filha de D. Antônio de Lima, um nobre influente. A trama se passa antes do fato histórico da partida do poeta para a Índia, viagem que inspira a sua epopeia *Os Lusíadas*:

O desfecho dos amores palacianos de Camões e de D. Catarina de Ataíde é o objeto da comédia, desfecho que deu lugar à *subseqüente* aventura de África, e mais tarde à partida para a Índia, donde o poeta devia regressar um dia com a imortalidade nas mãos (ASSIS, 2015, p. 20).

O amor entre os protagonistas segue o princípio romântico da sublimação e idealização, que é impedido pelas circunstâncias. O antagonista e adversário de Camões é Caminha, invejoso e também apaixonado por D. Catarina. O seu esforço é para desprestigiar Camões como poeta e interpor-se entre os amantes. Por meio de intrigas, Caminha busca separá-los com o intuito de ficar com a dama para si. Após ver escondido o encontro de Camões e Catarina, ameaça delatá-la ao pai se ela não desistir desse amor.

A dama, apaixonada pelo poeta, implora a Caminha que não denuncie ao seu pai o encontro clandestino. O pedido obviamente foi negado e Caminha leva a informação de sua intriga a D. Antônio, fazendo com que este intercedesse a El-rei de Portugal para o desterro de Camões à África. Mesmo havendo a intercessão de D. Manuel e D. Francisca de Aragão, nobres também influentes na corte portuguesa, a pena deverá ser cumprida. Os apaixonados, assim, são separados, e a peça termina com a triste despedida dos amantes e com a vitoriosa declaração de Camões, reafirmando sua missão de encontrar a glória lusitana através das grandes conquistas ultramarinas e de cantá-las através de seus versos:

CAMÕES — Eu não choro, não; não choro... não quero... (Forcejando por ser alegre.) Vedes? até rio! Vou-me para bem longe. Considerando bem, Ásia é melhor; lá rematou a audácia lusitana o seu edifício, lá irei escutar o rumor dos passos do nosso Vasco. E este sonho, esta quimera, esta coisa que me flameja cá dentro, quem sabe se... Um grande sonho, senhor D. Manuel... Vede lá, ao longe, na imensidade desses mares, nunca dantes navegados, uma figura rútila, que se debruça dos balcões da aurora, coroada de palmas indianas? É a nossa glória, é a nossa glória que alonga os olhos, como a pedir o seu esposo ocidental. E nenhum lhe vai dar o ósculo que a fecunde; nenhum filho desta terra, nenhum que empunhe a tuba da imortalidade, para dizê-la aos quatro ventos do céu... Nenhum... (Vai amortecendo a voz.) Nenhum... (Pausa, fita D. Manuel, como se

acordasse, e dá de ombros.) Uma grande quimera, senhor D. Manuel. Vamos ao nosso desterro (ASSIS, 2015, p. 20).

Machado de Assis compôs *Tu, só tu, puro Amor* exclusivamente para o evento cultural e político promovido pelo Gabinete e outros trabalhos literários, conforme o artigo de Marcelo Sandmann:

Machado de Assis viu sua peça *Tu, só tu, puro amor...*, redigida por encomenda do Gabinete, encenada pela companhia do ator português Furtado Coelho, que representou, ele mesmo, o papel de Luís de Camões. Além da récita de muitos poemas endereçados ao poeta português, ouviu-se ainda discurso proferido por Joaquim Nabuco e hinos compostos pelos músicos Carlos Gomes, Artur Napoleão e Leopoldo Miguez. [...] A *Revista Brasileira*, na qual Machado de Assis vinha publicando suas *Memórias póstumas de Brás Cubas*, fez também circular extenso suplemento, anexo a seu quarto número, intitulado “Homenagem a Luís de Camões – 10 de junho de 1880”, com a presença de poemas de 49 prestigiados colaboradores, entre eles o mesmo Machado (SANDMANN, 2015, p. 201).

Venâncio ainda relata vários eventos ligados ao tricentenário em seu artigo, tais como a inauguração da Biblioteca Nacional, também no centro do Rio, cujo acervo recebeu muitíssimas obras relacionadas a Camões: “Conta-se que a exposição despertou considerável interesse do público, de modo que, segundo o *Jornal do Commercio*, nos dias 10 a 12 de junho, a Biblioteca Nacional teria recebido aproximadamente 10.000 visitantes.” (VENÂNCIO, 2012, p. 48). A festa contou também com a exibição de outras peças teatrais em reverência ao vate lusitano:

No dia nove de Junho, o *Theatro Phenix Dramatica* organizou um espetáculo para celebrar o especial momento, enquanto que, no mesmo dia, fora realizada uma “Grande Festa Artística” no *Theatro S. Luiz*. No dia treze, também no *Theatro S. Luiz*, foi apresentado um espetáculo com o “*Hymno a Camões*” e a peça “*Luiz de Camões*”, enquanto que o *Theatro Recreio Dramatico* realizou um espetáculo com “*Camões e a História*” e “*Hymno a Camões*” (*Jornal do Commercio*, 13 de junho de 1880 *apud* VENÂNCIO, 2012, p. 49).

Uma parte do evento em especial a autora aponta como “talvez a mais significativa”: A regata realizada na enseada de Botafogo. O evento esportivo foi noticiado pela *Gazeta de Notícias* e pelo *Jornal do Commercio* com grande destaque:

Durante todo o dia de *ante-hontem*, eram as ruas atravessadas por grandes ondes de povo, que visitavam *aquellas* onde mais brilhantes eram os ornatos e festivos preparos. Entre essas, as do Ouvidor, Ourives, Quitanda,

Candelaria, *Luiz* de Camões, apresentavam um lindo aspecto, todas embandeiradas e preparadas (*Gazeta de Notícias*, 11-12 de junho de 1880 *apud* VENÂNCIO, 2012, p. 51).

Reunidos em *numero* superior a quinhentos, *quasi* todos trazendo vistosas lanternas de variadas cores e formando as alas [...] com os seus estandartes alçados, *percorrerão* [...] as *principaes* ruas do centro da cidade dando vivas ao *immortal* cantor dos *Luziadas* (*Jornal do Commercio*, 13 jun 1880, n. 163, p. 01 *apud* VENÂNCIO, 2012, p. 51).

Venâncio, por fim, descreve a premiação destinada aos vencedores da competição, medalhas e um exemplar do próprio poema épico:

Os prêmios disputados seriam doze exemplares d’*Os Lusíadas* e duas medalhas de bronze doadas pelo Gabinete Português de Leitura e que na ocasião da premiação seriam entregues pelo Imperador D. Pedro II (VENÂNCIO, 2012, p. 48).

Sandmann destaca a nota da *Revista Ilustrada* sobre o vultuoso evento esportivo em homenagem a Camões:

[...] (concluiu-se) tudo no domingo com as regatas em Botafogo, a festa marítima mais esplêndida, mais deslumbrante que o Rio de Janeiro tem visto – um luxo, uma vaidade, uma orgia de luz e de adornos. O povo aliou-se ao Club das regatas, enfeitando todas as sacadas, iluminando os jardins; e à noite, as gôndolas venezianas, o fogo de artifício [...] a baía de Botafogo parecia um cenário imenso de peça fantástica. (*Revista Ilustrada* n. 212, 19 jun 1880 *apud* SANDMANN, 2012, p. 202)

A comemoração, com o objetivo de unir os dois países, teve o poeta português como inspiração maior devido seu canto de louvor ao expansionismo lusitano pelo mundo. Sua épica foi lida como símbolo de aliança cultural entre terras tão distantes e foi usada também para apoiar a mudança de regime governamental que já se anunciava em 1880. São estas interpretações político-ideológicas dadas ao poema camoniano, portanto, que tiveram a finalidade de integrar Brasil e Portugal como nações coirmãs em cultura, língua e povo.

2.4 *Os Lusíadas* como instrumento nacionalista no regime militar brasileiro

Os Lusíadas serão usados também como instrumento político-ideológico nacionalista nos chamados “Anos de Chumbo”, ou seja, no período do regime militar no Brasil. Eis, portanto, o contexto da época.

No dia 31 de março de 1964, estabelecem-se no país governos autoritários que durariam por 21 anos. O presidente João Goulart, eleito democraticamente em 1961, foi deposto para a imposição de um regime militar que seria caracterizado pelo cerceamento dos direitos individuais e pelo totalitarismo. Sob uma suposta ameaça à segurança nacional representada pelo comunismo soviético, as Forças Armadas ascenderam ao poder com a premissa de proteger o povo brasileiro da desordem que se instalaria caso comunistas conseguissem, segundo afirmavam os idealizadores do golpe, introduzir seu modelo de governo no Brasil:

As orientações da ESG e da ditadura caminhavam, assim, para sedimentar na mente dos brasileiros os elementos suficientes para que o comunismo fosse, no presente e no futuro, incondicionalmente, rechaçado. Por um lado, havia um enorme empenho no sentido de mostrar para a população que o comunismo sintetizava tudo o que poderia ser entendido por antinacional, antidemocrático, antiesperança, antifamília, etc.. Por outro, ele era um inimigo real contra o qual o movimento de 1964 estaria lutando e, portanto, necessitava contar com a adesão de todos ao seu projeto de organização social (RESENDE, 2013, p. 55).

Os pensadores da Escola Superior de Guerra (ESG) teorizaram e propagaram que a mudança para um sistema de governo de orientação comunista representava a contradição a todos os valores cultivados por aquela sociedade como positivos. Os militares se esforçavam sistematicamente para combater o marxismo no objetivo de impedir sua implantação no país.

As causas da assim denominada Revolução de 1964 pelos militares giram em torno da influência da Revolução Cubana, ocorrida em 1961 e que adotou os ideais comunistas como ideologia de Estado. A ideia era barrar a “ameaça comunista”, que ia de encontro a interesses de influentes setores da sociedade brasileira como empresariado, imprensa, proprietários rurais e o alto clero da Igreja Católica, além de grande parte da classe média. Em termos, pode-se afirmar que os setores que rivalizavam ideologicamente com o comunismo apoiaram a tomada do poder pelos militares:

A partir de 1959, a Revolução Cubana marcou profundamente a política exterior dos Estados Unidos, que anunciaram não mais tolerar insurgências desafiando sua hegemonia na região, logo após ter ficado clara a aproximação entre Cuba e União Soviética. Para garantir que os governos da região permanecessem como aliados, os Estados Unidos apoiaram ou patrocinaram golpes militares de exacerbado conteúdo anticomunista (SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS, 2007, p. 19).

O temor destes segmentos teria sido desencadeado pela visita do então vice-presidente João Goulart à China, em 1962, que talvez apontasse um alinhamento ideológico com aquele modelo de governo. Outras medidas políticas de aparente orientação esquerdista também teriam desencadeado a instauração do regime repressivo no Brasil, como a expropriação de propriedades privadas e sua estatização. A suspeita de uma insurreição de orientação marxista de militares de baixa patente dentro das Forças Armadas aumentou a insatisfação com o governo de Jango, fato que mais tarde uniria o alto oficialato das três Forças para arquitetar a tomada do poder:

[...] a 13 de março Goulart compareceu ao comício organizado pelas forças de esquerda, assinando decretos que determinavam a encampação das refinarias particulares e a desapropriação de terras beneficiadas por investimentos públicos, sem que os temas tivessem sido previamente discutidos com as lideranças do Congresso. A radicalização tornou-se ostensiva: as forças conservadoras responderam com manifestações que mobilizaram maciçamente a classe média e explicitaram o isolamento político do Presidente e a debilidade do seu apoio político e militar. As resistências residuais na oficialidade quanto à remoção de Goulart foram quebradas pela fraqueza demonstrada pelo governo ao reagir à chamada Revolta dos Marinheiros, no final de março, e, finalmente, pela desastrosa presença de Goulart em reunião de sargentos, realizada em 30 de março. Em 31 de março de 1964 teve início a rebelião militar que, com amplo apoio do empresariado, da classe média e respaldo ou omissão da maioria parlamentar, pôs fim à Terceira República (MESQUITA, 2015, p. 22).

O período foi marcado pelo autoritarismo de Estado, cujos comandantes promulgaram nova Constituição em 1967. Constantemente, o presidente da República criava emendas (os Atos Inconstitucionais, 17 ao todo) de forma impositiva para assegurar o controle do país. Entre as medidas para salvaguardar os interesses do regime as principais foram: dissolução do Congresso Nacional, cassação dos direitos políticos de opositores, intervenção direta nos Estados (indicação do Governador pelo Presidente), censura imposta aos meios de comunicação, instituição da prisão perpétua e pena de morte. Tais medidas provocaram violenta perseguição a todos apontados como inimigos do regime cujas penas variavam entre condenação ao exílio, tortura e execução sumária dos acusados:

Estava caracterizada a instalação de um aparelho de repressão que assumiu características de verdadeiro poder paralelo ao Estado no país. Seus agentes podiam utilizar os métodos mais sórdidos, mas contavam com o manto protetor representado pelo AI-5 e pela autoridade absoluta dos

mandatários militares, incluindo-se aí a suspensão do direito de *habeas corpus*, a formalização de decretos secretos e a edição de uma terceira Lei de Segurança Nacional (DL 898), introduzindo prisão perpétua e até mesmo a pena de morte para opositores envolvidos em ações armadas que tivessem causado morte (SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS, 2007, p. 22).

O nacionalismo no Brasil era incentivado e imposto. Era dada a ordem de se amar o país a qualquer custo. Constituir-se-ia inimigo da nação quem não se declarasse amante da pátria ou quem demonstrasse estar contra os princípios patrióticos impostos pelo regime repressivo daquele momento. A famosa frase, *Brasil: ame-o ou deixe-o*, advém desta época em que se tentava fomentar o ufanismo no país. Diversas campanhas publicitárias foram feitas para promover o sentimento de amor ao país. As produções artísticas e o futebol exerceram papel fundamental na disseminação desse ideal. Músicas de tom ufânico, como *Eu te amo, meu Brasil* de Dom e Ravel e *Pra frente, Brasil*, usada na torcida pela seleção brasileira de futebol, na Copa do Mundo de 1970, serviam como propaganda institucional da ditadura militar:

A estratégia psicossocial deveria, então, enfatizar que os valores de preservação da família, da moral, dos costumes, da pátria, do patriotismo [...] Na esfera da educação formal, as escolas deveriam reforçar com grande assiduidade os símbolos que expressavam o patriotismo. A bandeira nacional, o hino nacional, as datas comemorativas como a semana da pátria, dentre outros, podem ser citados como exemplo (RESENDE, 2013, p. 48, 94).

É precisamente esse nacionalismo que verá n' *Os Lusíadas* a base ideológica para suas pregações de patriotismo exacerbado e culto ao civismo. A épica de Camões, devido ao "amor da pátria não movido", demonstrado em seus versos e apontado por Antônio José Saraiva como "ideário nacional", na sua Introdução a' *Os Lusíadas*, será usada em algumas ocasiões como sustentáculo ideológico nacionalista ou reinterpretado como prova máxima de devoção à pátria pelos comandantes do regime militar instaurado no Brasil.

Como se lê no comentário de Maria José Rezende anterior, havia uma campanha intensa de propagação do sentimento de amor à pátria fazendo uso, inclusive, das instituições de ensino como ferramenta de fomentação do sentimento ufanista. Será abordada mais adiante nesta pesquisa a importância que se deu ao

poema épico camoniano como instrumento de formação do cidadão, através das escolas, no que diz respeito à sua responsabilidade como patriota.

Na época supracitada, de imposição do amor à pátria, ainda se verifica um esforço para enquadrar a leitura da épica de Camões num propósito meramente nacionalista, que coadune com os ideais cultivados pelo regime de então no país.

Em 1980, a Biblioteca do Exército (Bibliex) publicou uma edição comentada do poema camoniano, do prof. Hamilton Elia, com prefácio do Gen. Jonas Correia, Introdução de Pedro Calmon e Silvio Elia, e revisão do prof. Gladstone Chaves de Melo. Já na Apresentação desta edição, está exposto o seu objetivo que é, por meio d'*Os Lusíadas*, inculcar os valores cultivados pelo regime militar: "A língua é a mais viva expressão da nacionalidade. Saber escrever a própria língua faz parte dos deveres cívicos". (*Apresentação*, CAMÕES, 1980, p. 1). Tomado como representante maior da excelência de escrita em língua portuguesa, o poema épico camoniano figura também para os idealizadores do regime militar brasileiro como símbolo de nacionalismo no que concerne a "saber o idioma". Fazia-se necessário, então, para os eruditos do sistema ditatorial instalado no Brasil estudar *Os Lusíadas*, tido por eles como "pedra fundamental para uma língua" (*Apresentação*, CAMÕES, 1980, p. 1), e por isso essencial para o exercício do dever cívico que é conhecer o idioma, segundo o estudioso.

Além disso, associa-se ao poeta a belicosidade patriótica inculcada pelos pensadores do regime militar de 1964, pois viram em Camões as qualidades cultuadas durante aqueles anos de repressão no Brasil:

O Exército Brasileiro, nesta edição, homenageia o poeta-soldado, a sua arte de guerreiro, "a disciplina militar prestante, vendo, tratando e pelejando" e forjando todo aquele monumento duplamente nacional, unificador da comunidade luso-brasileira (*Apresentação*, CAMÕES, 1980, p. 2).

Esta publicação d'*Os Lusíadas* é iniciada com uma seção intitulada "à Guisa do Prefácio", seguida da Introdução, que se subdivide em: "Aspecto Histórico", "Aspecto Filológico", "Aspecto Literário" e "Esta Edição". Nessas divisões introdutórias da épica nota-se claramente comentários que procuravam atribuir à obra de Camões o nacionalismo pregado pela ditadura militar, ao mesmo tempo em que são criticadas ideias contrárias ao regime em vigor. Era conveniente que se enaltecesse tudo o que se referia à ideologia do civismo, como a pátria e a língua.

Foi nesse propósito que a Bibliex decidiu relançar *Os Lusíadas*, dando ao poema um caráter educativo e cívico, como referência máxima desses valores:

Um dos primeiros deveres do homem é procurar honrar e aprender, o melhor que lhe for possível, a língua em que fala e escreve, - a sua língua pátria: para nós a língua portuguesa, (...) – simplesmente, porque uma língua é, antes de tudo, um espírito nacional, imponderável, permanente, inarredável; é insusceptível de ablação! (CAMÕES, 1980, p. 10, 11).

Em outro texto, o uso nacionalista da obra de Camões também fica evidente:

Tem, para nós, o valor adicional de ter ensinado em verso nobre a crer na *Pátria amada*, dando-lhe por pólos – sobre o eixo do heroísmo e da lealdade – *Fé* e o *Império*: o império lusíada, a *Fé Cristã!* Os traços de sua arte são rijamente humanos; a força de seu canto, energicamente nacional; a honra do seu poema, magnificamente nossa. (...) Motivos de sua permanência (ao contrário dos que idealizaram a epopeia sem lhes viver os riscos e os sacrifícios) são a verdade do que viu através dos oceanos, o patriotismo retrospectivo e intransigente (CAMÕES, 1980, p. 15, 16).

Na seção “Aspecto Filológico”, há particular enaltecimento a Camões como ‘modelador da língua’, ou seja, como o verdadeiro fixador do idioma. Para iniciar uma extensa análise das características gramaticais do poema épico, Silvio Elia elege o poeta português do século XVI como o reelaborador da língua, e seu poema, modelo de escrita:

No séc. XVI, como se sabe, é que Camões exercitou a sua capacidade insuperável de modelador da língua, tanto na parte lírica quanto principalmente na épica, a ponto de ter sido considerado o artífice das formas definitivas do idioma. Diz-se da língua portuguesa, por perífrase, a *língua de Camões*, como se faz referência à *língua de Racine* (francês), ou ao *idioma dantesco* (italiano), ou à *língua de Goethe* (alemão) e assim em muitos casos. [...] com “Os Lusíadas”, escreve Fernando V. Peixoto da Fonseca, “eis a língua portuguesa definitivamente fixada, pois na essência é a mesma de hoje”. [...]

Na verdade, antes de Camões, a língua portuguesa ainda não assumira o seu perfil nacional. [...]

Iria caber a Camões a missão transcendente de cinzelador da língua literária culta. E foi principalmente com *Os Lusíadas* que o imortal cantor das glórias da sua ditosa e amada pátria legou à posteridade o modelo inexecelável da escritura de arte (CAMÕES, 1980, p. 19, 20, 25).

Após discutir com demora sobre a origem e formação da língua portuguesa, confrontando os posicionamentos de especialistas, Elia sustenta a defesa de Camões como principal formatador da escrita portuguesa, sobretudo artisticamente. Segundo o comentarista, cabe ao vate português o *status* de ter “elevado a língua

portuguesa a nível literário e gramatical até então não atingido.” (CAMÕES, 1980, p. 26). O seu estudo se encerra com a alegação taxativa de Camões como o “disciplinador”, “forjador” e “artífice da língua portuguesa”, o “monumento imperecível”, segundo afirma ufanamente (CAMÕES, 1980, p. 43). Há, portanto, largo discurso de engrandecimento da língua como um dos sustentáculos ideológicos do regime ditatorial em vigor no Brasil. Urgia que fosse glorificado tudo que diz respeito à ideologia do sistema militar instalado no país, sendo a língua um desses valores pátrios a serem cultivados e enaltecidos.

A bandeira ideológica do regime imposto em 1964 também transparece no “Aspecto Literário” do livro quando o comentarista critica os inimigos políticos do governo, os socialistas, acusando-os de hipocrisia, pois, em seus países, a censura também é defendida e imposta ao passo que no Brasil eles defendem a liberdade de expressão:

Não faltou que dissesse ter sido o poema em muitos pontos alterado pela sempre recriminada censura da Inquisição (que fica ridiculamente benigna ante os novos inquisidores dos países ditos “socialistas”, paradoxalmente celebrados pelos mais ferozes inimigos do Santo Ofício!) (CAMÕES, 1980, p. 52).

A defesa do camonista visa contestar a acusação de que *Os Lusíadas* teriam sido alterado pelo Tribunal do Santo Ofício. Para discutir a autenticidade da edição *princeps*, de 1572, Gladstone Melo, diz acreditar que o texto sem alteração é “aquele que tem, no alto da portada, o bico do pelicano voltado para a esquerda do observador” (CAMÕES, 1980, p. 53).

Os louvores a Camões como artífice e principal reelaborador do idioma, no entanto, encontram um obstáculo no caminho. Os intelectuais literatos da ditadura cessam por um momento os derramamentos elogiosos a Camões para criticar um trecho da obra que eles mesmos alcunharam de “modelo inexcelável da escritura de arte”. A passagem supostamente passível de ser criticada está no canto X estância 145, em que o poeta apresenta-se desiludido e frustrado com os seus compatriotas devido à ganância e ao embotamento deles. Num momento do poema de crítica à nação, o que não era conveniente divulgar, o comentarista categoricamente cunhou-o de “lanços de mau-gosto” e “defeituosos”:

Claro que nem tudo são excelências no Poema; há trechos fastidiosos, há lanços de mau gosto, há por vezes sobrecarga de alusões greco-latinas, há versos defeituosos, sobretudo quando cansado e desiludido estava já o poeta, segundo confessa à sua musa:

“No mais, Musa, *no’mais*, que a lira tenho
Destemperada e a voz enrouquecida;
E não do canto, mas de ver que venho
Cantar a gente surda e endurecida:
O favor, com que mais se acende o engenho,
Não no dá a pátria não, que está metida
No gosto da *cubiça*, e na rudeza
Dua austera, apagada e vil tristeza!” (CAMÕES, 1980, p. 58)

O trecho, que não servia de propaganda do regime, foi simplesmente interpretado como de baixa qualidade ou oriundo de um poeta cansado e desiludido. A leitura de um poeta contra a sua pátria não era conveniente para política vigente. A estrofe acima, ao invés de engrandecer a nação, a crítica pela ignorância e rudeza, e isso não era oportuno veicular durante aqueles tempos de elevação do patriotismo. O estudioso achou por bem denegrir a tal estância afirmando que foi um instante de falha de Camões, por demonstrar desânimo com seu país ao cantar. Melo diz que o trecho supracitado foi mal escrito, atribuindo-lhe, aparentemente, vícios como “alusões greco-romanas” que, em excesso, são condenáveis, segundo o erudito.

Em suma, interpretava-se o que estava de acordo com o pensamento autoritário, em detrimento de outras leituras que iam de encontro aos interesses da ditadura militar. E a épica de Camões foi aclamada por conter intenso sentimento de amor à pátria, haja vista cantar as conquistas da nação portuguesa pelos oceanos, e por isso foi tomada como uma das bases ideológicas para o regime militar daquele momento no Brasil.

Controlar a imprensa foi também uma das medidas tomadas pelo regime militar para impedir que ideias consideradas contrárias à ideologia vigente ganhassem popularidade. Os expedientes de cerceamento à liberdade de imprensa foram estabelecidos no dia 13 de dezembro de 1968, na promulgação do chamado AI-5. A emenda constitucional marca o início do período mais repressivo da ditadura no país, chamado pelos estudiosos de “Anos de Chumbo”:

O Congresso Nacional foi fechado, as cassações de mandatos foram retomadas, a imprensa passou a ser completamente censurada, foram suspensos os direitos individuais, inclusive o de habeas-corpus. O Conselho de Segurança Nacional teve seus poderes ampliados e a chamada Linha Dura assumiu o controle completo no interior do regime (SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS, 2007, p. 22).

O controle da opinião pública caracterizou os anos de governo militar com a perseguição a jornalistas, artistas, políticos e a vários segmentos da sociedade que não reproduziam os ideais preconizados pelo regime. A mídia e muitos setores responsáveis pela formação de valores e conceitos de moral eram sistematicamente mandados a incutir os ideais da Escola Superior de Guerra, cujos pensadores elaboraram aquela forma de governo:

A família, a escola, os grupos de pressão, as associações de pais e professores, as associações de mães, a imprensa, o rádio, a televisão deveriam, segundo a ditadura, ter suas ações e convicções voltadas inteiramente para a construção da ordem, harmonia, coesão e integração nacional. Sob todos os aspectos, a educação tinha que ser estruturada de forma que ela fosse capaz de criar as condições para legitimar o regime (RESENDE, 2013, p. 46).

Especificamente, parte da imprensa que não aderiu à propaganda das ideias do governo autoritário sofreu as maiores repressões, tendo como ocorrência mais significativa o assassinato sob tortura do jornalista Vladimir Herzog no dia 25 de outubro de 1975 no DOI-CODI de São Paulo. Outros profissionais da mídia foram torturados, exilados ou mortos pela política repressiva do regime militar.

A épica de Camões foi usada para suprimir trechos considerados em desacordo com as ideias do governo totalitário. O jornal *O Estado de S. Paulo*, sofrendo várias represálias por parte do regime, decidiu publicar estâncias d'*Os Lusíadas* para burlar a censura prévia, uma vez que os trechos serviam ao propósito de estimular a curiosidade sobre o que teria sido cortado pelos censores. A afirmação é feita no estudo da pesquisadora Maria Aparecida de Aquino:

Pode levar o leitor mais atento e disposto ao exercício reflexivo a tentar adivinhar qual o objetivo do censor naquele momento determinado, construindo a um só tempo, a informação ocultada e o perfil da repressão. [...] Além disso, menospreza a compreensão do público-leitor no que diz respeito a essa estratégia, quando diz que foram utilizadas várias fórmulas até se chegar a uma que chamasse a atenção pelo insólito de sua presença: a publicação em “suaves prestações” d'*Os Lusíadas*, de Luís de Camões. [...] Segundo Oliveiros, somente quando o longo poema começou a ser publicado é que o público pareceu notar que algo estranho estava acontecendo (AQUINO, 1999, p. 99).

Segundo a pesquisadora, tem-se mais de 655 versos de *Os Lusíadas* substituindo notícias censuradas pela ditadura entre 1973 e 1975. O uso do poema

camoniano no referido jornal seria bem aceito pelos censores devido à natureza patriótica da épica, uma vez que já vimos ser simpático ao regime o canto camoniano de louvor pátrio. Pensando em tal estratégia, os editores do *Estadão* substituíram partes da notícia por versos da epopeia lusa. E com o uso do poema de Camões e de outros célebres, como *Y-Juca-Pirama*, de Gonçalves Dias, *Meus Oito Anos*, de Casemiro de Abreu e *Carmina Burana*, de autores anônimos, o jornal buscava mostrar os trechos cortados pela censura. A estratégia, portanto, era apontar com os versos do poema as partes do periódico proibidas pelo regime autoritário em vigor:

Chegou-se, também, a publicar partes d'*Os Lusíadas* sem que aparecesse o título, ou mesmo, a veicular com o título do poema de Camões, trecho que, na realidade, pertencia a *Y-Juca-Pirama*. Utilizou-se também a grafia antiga da língua portuguesa para a publicação do poema *Meus Oito Anos*, de Casemiro de Abreu. E, para surpreender ainda mais o leitor, chegou-se a divulgar trecho de poema rimado em latim – é o caso de *Carmina Burana*. (AQUINO, 1999, p. 108).

A pesquisadora ainda explica que as estâncias publicadas d'*Os Lusíadas* no *Estadão* seguiam uma ordem aleatória e, portanto, não fiel à sequência narrativa do poema: “Outras estratégias interessantes foram criadas, como por exemplo, o hábito de, na publicação d'*Os Lusíadas*, mudar a ordem das estrofes.” (AQUINO, 1999, p. 108). Os editores do jornal pretendiam causar um estranhamento da publicação de uma obra fora de uma coerência narrativa, e a estratégia, segundo diz, ainda explorava a ligação dos versos publicados às experiências das pessoas, haja vista a epopeia de Camões fazer parte da formação escolar de todos:

Era necessário, para que houvesse a percepção, que o símbolo utilizado tivesse relação com as experiências das pessoas. Esse fato explica, ao mesmo tempo, a escolha não-casual de *OESP* e a estratégia bem-sucedida com a inserção d'*Os Lusíadas*. O poema épico faz parte de uma memória escolar mínima. (AQUINO, 1999, p. 108)

Em outras palavras, o poema camoniano servia ao propósito de chamar a atenção para o problema da censura vivido pelo periódico que sofria grandes cortes na sua edição em virtude de as notícias veiculadas serem julgadas como contrárias ao regime totalitário.

A autora encerra sua pesquisa afirmando que o poema camoniano firmou-se como símbolo de resistência do *Estadão* a qualquer tipo de cerceamento da

liberdade de imprensa, um dos pilares principais de um regime democrático. Os *Lusíadas* ficaram marcados na história de um dos maiores periódicos do país como lembrança de um gesto de oposição a um sistema autoritário e opressivo: “Restou como símbolo de resistência construído no cotidiano de um jornal que, de muitas e variadas maneiras, procurou, naquele momento histórico, fugir da dominação exercida sobre o corpo social.” (AQUINO, 1999, p. 109).

No livro *A Ditadura Encurralada (O Sacerdote e o Feiticeiro)*, o jornalista Elio Gaspari também destaca o uso da epopeia de Camões pelo *Estadão* como substituto de partes inconvenientes à política autoritária dos militares. O enfoque desse escritor está no contexto político e nos problemas enfrentados pelo presidente Ernesto Geisel com a linha dura do regime militar ao resolver, à sua maneira, conflitos e protestos estudantis causados pelo assassinato do jornalista Vladimir Herzog. Tais ações levariam a um enfraquecimento do regime como um todo, e entre elas está a suspensão da censura ao jornal *O Estado de S. Paulo*. Mesmo com certo abrandamento da vigilância ideológica sobre o periódico em 1975, no governo Geisel, certos trechos, considerados muito ofensivos à política autoritarista, ainda eram substituídos por versos d'*Os Lusíadas*:

Os censores d'*O Estado de S. Paulo* foram embora como chegaram, sem dizer uma palavra. Na noite de 2 de janeiro de 1975 suprimiram vinte centímetros de texto na notícia sobre a sessão especial da Academia Brasileira de Letras em homenagem ao centenário do jornal. Como se tornará hábito, o trecho cortado foi substituído por um pedaço do poema *Os lusíadas*. Terminava assim:

*Ao duro sacrifício
se oferece:*

Continua.

O poema continua, mas a censura ao *Estadão* tinha acabado. (GASPARI, 2004, p. 21)

O jornalista mostra também uma conversa entre o presidente Geisel e seus conselheiros Golbery do Couto e Silva, chefe do gabinete civil, Humberto Martins, secretário de Imprensa, e o general Ednardo D'Avila Mello, comandante do II Exército. Eles debatem sobre a crise com o jornal causada por manter comunistas em sua redação e a liberdade de imprensa, fatos que faziam o governo militar ter atenção redobrada com o periódico. Um dos amigos do presidente citados acima afirma que *Os Lusíadas*, usados para substituir partes censuradas, têm um grande

efeito nas mentes das pessoas: “O fato da censura deles estarem publicando *Os lusíadas* tem um efeito psicológico bastante profundo, não pode ser levado assim na brincadeira, ou na gaiatice.” (GASPARI, 2004, p. 20). Ou seja, o uso estratégico do poema causava preocupação ao general presidente, pois o *Estadão* poderia alcançar o objetivo de conscientizar as pessoas cada vez mais sobre a censura prévia imposta pelo regime militar aos meios de comunicação que privava a sociedade dos fatos que aconteciam naquele momento. No mesmo trecho, o general Ednardo Mello revelou-se ao presidente Geisel preocupado com o uso da épica de Camões e de outras estratégias empregadas pelo periódico. O militar afirmou que o *Estadão* precisava de “um cuidado todo especial”, ou seja, ser vigiado mais de perto em suas táticas de crítica ao regime vigente:

Eu verifico, se o senhor me perguntar, em São Paulo, o que é que eu vejo como um, vamos dizer, elemento potencial sério no panorama de hoje, eu acho que o *Estadão* precisa uma visão, precisa um cuidado todo especial. (GASPARI, 2004, p. 20)

A questão, destarte, envolvia a influência da épica de Camões como patrimônio cultural do povo luso-brasileiro e o ardil aparentemente bem-sucedido de denunciar veladamente os desmandos da repressão à mídia, embora o general Geisel quisesse fazer uma abertura “lenta e gradual” à liberdade de expressão.

A intervenção na imprensa pelo sistema foi uma prática comum até o ano de 1985, quando acaba a ditadura no Brasil com a saída do último presidente militar, o general João Figueiredo. O governo militar se esforçava sistematicamente para esconder da população notícias de levantes, protestos e manifestações contrárias ao regime. Porém, demonstrações de amor ao país eram postos nos maiores holofotes para incutirem patriotismo exacerbado, como canções, literaturas e artes de maneira geral. É possivelmente daí que surge a ideia do uso d’*Os Lusíadas* como instrumento político-ideológico pelo governo militar nos exemplos debatidos aqui, que enalteciam o civismo, o respeito às instituições e a tudo que se refere à pátria.

Figura 1: Emprego de trechos d'Os Lusíadas na primeira página do periódico *O Estado de S. Paulo*, pela censura brasileira



Fonte: AQUINO, 1999, p. 104

Figura 2: Outro emprego da épica camoniana pela censura na primeira página do *Estado*.



Fonte: AQUINO, 1999, p. 104.

Figura 3: Mais um emprego do poema camoniano no *Estadão* pela censura.



Fonte: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,acervo-mostra-marcas-de-censura,113609e>

2.5 Outros usos d'Os Lusíadas como instrumento político e didático nas escolas brasileiras

Os eventos do tricentenário de Camões no Brasil marcaram-se também como o início ou a intensificação dos estudos sobre o poeta no país: “anatomos também que, entre 1872 e 1880, com as comemorações do terceiro centenário de Os Lusíadas e da morte do Poeta, criava-se no Brasil uma nova ciência, a *Camonologia*,” (TELES, 1980, p. 45). As comemorações aumentaram o interesse pelas obras de Camões e a fizeram não só base de ideologia pan-lusitanista mas também parâmetro para o estudo da gramática da língua portuguesa. Gilberto Teles informa, em *Camões e a poesia brasileira*, na seção que intitulou “Os Lusíadas e a Didática” (TELES, 1980, p. 281), que, coincidentemente com o aumento do interesse pela poética camoniana a partir da festa do tricentenário, aparecem também as primeiras reformas dos programas do ensino da língua portuguesa. Houve, destarte,

vários trabalhos que visavam sistematizar a gramática, com o intuito de estabelecer uma padronização linguística usando a variante europeia do Português como modelo de escrita:

A falta de manuais adequados, o medo dos escritores brasileiros em “desrespeitar” a gramática lusitana, [...] a falta de padronização terminológica, enfim, toda uma balbúrdia que levou o governo a empreender em 1887, uma reforma do ensino que foi entregue a Fausto Barreto [...] *que* deu novo impulso aos estudos gramaticais nesse fim de Império (TELES, 1979, p. 281).

Teles afirma, a seguir, que surge a *Grammatica Portugueza*, elaborada por Júlio Ribeiro, em 1881, cuja segunda edição, publicada quatro anos depois, é dedicada expressamente a Camões:

Á MEMORIA VENERANDA DE LUIZ DE CAMÕES, FRIEDRICH DIEZ E ÉMILE LITTRÉ;
 AOS COLENDOS MESTRES
 André Lefèvre, Michel Bréal e Adolpho Coelho; ao *eruditissimo polygrapho* Theophilo Braga; ao mais robusto manejador *actual* da Língua Portugueza, Camillo Castello Branco; á maior gloria do *magisterio official brasileiro*, Capistrano de Abreu;
 AOS *DISTINCTISSIMOS* PROFESSORES
 Vieira de Almeida (Campinas),
 Thomaz Galhardo (S. Paulo)
 e Serafim de Mello (Capivary)
 DEDICA ESTA SEGUNDA EDIÇÃO
 DA *GRAMMATICA PORTUGUEZA*
 O autor (RIBEIRO, 1885, p. 2).

O erudito do final do século XIX elege o poeta português como parâmetro a ser seguido no que diz respeito à correção gramatical. No seu trabalho, usa muitos exemplos da épica para mostrar a grafia adequada das palavras. Encontramos 27 referências à Camões e ao poema *Os Lusíadas* utilizadas por Ribeiro para o ensino de sua gramática. Destacamos alguns bons representantes da aplicação camoniana feita pelo erudito. No ensino do dígrafo, o gramático emprega os seguintes versos:

89. A modificação vocal *nhe* representa-se sempre por *nh*, ex.: “canhoto-manhã”. No século XVI a modificação *nhe* representava-se também por *gn*: lê-se nos *Lusíadas* (1):
 “D’estes arrenegados muitos são
 “No primeiro esquadrão que se adianta
 “Contra irmãos e parentes (caso estranho!),
 “Quaes nas guerras civis de Júlio e *Magno*.” (RIBEIRO, 1885, p. 52).

Para instruir sobre os pronomes oblíquos, Ribeiro novamente lança mão d'Os *Lusíadas* para mostrar o uso correto da língua:

Lhes em concurso com *o, a, os, as*, forma *lho, lha, lhos, lhas*; [...] Nos *Lusíadas* encontra-se a cada passo *lhe* como *fórmula* invariável ex.:
 “A cidade *correram* e *notaram*
 “Muito menos daquilo que *queriam*
 “Que os Mouros cautelosos se guardaram
 “De **lhe** mostrarem tudo o que pediam” (RIBEIRO, 1885, p. 114).

Na seção que dedica ao ensino do sujeito, que classifica como *simples*, *composto* ou *complexo*, explica que “é complexo quando consta de uma *clausula* substantivo, de uma *phrase*, ou de uma citação qualquer, ex.: Que *elle* o disse é certo —«Por toda a parte» é uma *phrase* usada por *Luiz* de Camões” (RIBEIRO, 1885, p. 216).

O uso do pronome relativo *qual*, no sentido dos pronomes demonstrativos, também é ensinado através de versos d'Os *Lusíadas*:

471. *Qual* faz as vezes dos demonstrativos *este, esse, aquelle* e em *taes* casos figura sem artigo. ex.:
 “*Qual* do cavallo vòa que não desce;
Qual, co'o cavallo em terra dando, geme;
Qual vermelhas as armas faz de brancas;
Qual co'os pennachos do elmo açouta as ancas.” (RIBEIRO, 1885, p. 253).

Sobre o parêntesis, Ribeiro cita mais uma vez a escrita de Camões como exemplo para ensinar gramática:

A *parenthesis* é um *signal* duplo, que serve para fechar palavras que, no meio de uma sentença, formam sentido *distincto* e separado, ex.:
 «Eu só, com meus vassalos e com esta
 “(E dizendo isto arranca meia espada),
 “Defenderei da força dura e infesta
 “A terra nunca de outrem *sojugada*.” (RIBEIRO, 1885, p. 328)

O gramático utiliza ainda referências indiretas ao poema camoniano nas exemplificações. Sobre o ensino do plural nos substantivos, Ribeiro pontua:

230. Não são habitualmente usados no plural:
 1) os nomes próprios, ex.: Pedro, Tito.
Exceptua-se um caso: quando são eles tomados figuradamente, para significar indivíduos da mesma classe, como os *Virgílios*, os *Homeros*, os *Cesares*, os *Alexandres*, etc., isto é, os poetas celebres como *Virgilio* e *Homero*; os grandes *generaes* como *Cesar*; etc (RIBEIRO, 1885, p. 101).

É interessante notar, neste mesmo trabalho, a defesa que Ribeiro faz de possíveis acusações de erros que Camões, porventura, teria cometido. Na seção que dedica ao estudo dos gêneros nos substantivos, o gramático logo justifica o suposto lapso do poeta com a aparente silepse ocorrida com a palavra *planeta*:

Cometa, estratagema, planeta e alguns outros foram *outróra* femininos em *Portuguez*; explica-se assim a destemperada *syllépse* de *genero* que os *grammaticos* querem á fina força *metter* na conta a Camões:

«Mas já a *planeta* que no *ceo* primeiro

“Habita, cinco vezes, *apressada*,

“Agora meio rosto, agora inteiro,

“Mostrara, enquanto o mar cortava a armada” (RIBEIRO, 1885, p. 92).

É notável, assim sendo, a eleição do vate lusitano por Júlio Ribeiro como referência e paradigma também em relação à escrita da língua, opinião compartilhada em algum nível por Manuel Said Ali, que afirma, em seu ensaio *História resumida da língua portuguesa*, a importância d’*Os Lusíadas* como instrumento de formação do idioma português. O erudito assinala que Camões não criou necessariamente o Português moderno, mas ajudou a moldá-lo, se tornando modelo de escrita literária:

Camões não foi propriamente o criador do português moderno porque essa nova linguagem escrita já vinha empregada por outros escritores. Libertou-a, sim, de alguns arcaísmos e foi um artista consumado e sem rival em burilar a frase portuguesa, descobrindo e aproveitando todos os recursos de que dispunha o idioma para representar as ideias de modo elegante, enérgico e expressivo. Reconhecida a superioridade da linguagem camoniana, a sua influência fez-se sentir na literatura de então em diante até os nossos dias. (ALI, 2010, p. 19)

Tamanho foi a importância didática do poema para Ali que ele apresenta uma tese da épica de Camões como marco introdutório de uma das fases da língua portuguesa. *Os Lusíadas*, então, teriam iniciado o período moderno do idioma lusitano. O gramático aponta o poema camoniano como termo divisório entre as fases de mudança linguística no Português, embora haja outras delimitações da mudança da língua como o próprio Ali reflete:

Temos assim a seguinte primeira grande divisão: período de formação e período de desenvolvimento. O primeiro vai das origens até o séc. XII (inclui, portanto, os períodos pré-histórico e proto-histórico). O período seguinte, o histórico, subdivide-se em fase arcaica e fase moderna. A data

que as separa é tradicionalmente 1572, data da publicação da edição princeps de *Os Lusíadas*. Rita Marquilhas e Ivo Castro, porém, optaram por 1536, ano da publicação da *Grammatica*, de Fernão d'Oliveira. Meados do séc. XVI... (ALI, 2010, p. 259)

O filólogo, por fim, mostra que a epopeia camoniana fixou o uso de alguns verbetes passando a ser, uma vez mais, modelo gramatical ao promover mudanças no léxico:

Algumas vezes o escritor, pelo prestígio de sua cultura e difusão de sua obra, passa a ser uma referência de modelo, quase sempre sem que disso tenha alguma interferência ou consciência. Camões, por exemplo, não pretendeu com *Os Lusíadas*, servir de diapasão para os escritores do seu tempo e dos séculos seguintes mais próximos a ele. Mas a verdade é que a linguagem camoniana contribuiu para uniformizar muitas formas duplas correntes ao seu tempo, dentre as quais o épico fez as suas escolhas (*antre*, *-airo*, em *contrairo*, *piadade*, etc., foram desbancadas por *entre*, *-ário*, *piadade*). (ALI, 2010, p. 314)

Uma identificação mais moderna de Camões e de sua épica com sua língua é feita por Paulo Miceli. O teórico afirma categoricamente que o vate lusitano deu ao Português seu monumento mais importante e também que Camões é o “edificador” da língua portuguesa:

Enfim, a este homem, sobre o qual brilhou a estrela que ilumina a pálida existência dos poetas, a língua portuguesa deve seu monumento mais importante e a história das navegações seu mais sensível relato. [...] Mas lá estava o poeta, numa mão sempre a espada, noutra a pena. Guerreiro desterrado, náufrago do mar e da nação – apesar de edificar-lhe a língua, sua pátria (MICELI, 2007, p. 90, 91).

Outro autor que enquadra o épico camoniano numa função meramente didática é João de Barros em seu trabalho “*Os Lusíadas contados às crianças e lembrados ao povo*”, publicado em 1972, no Brasil. O livro busca simplificar a história dos nautas portugueses, expondo-a em prosa e em linguagem infantilizada. O enredo dispõe-se com o auxílio de ilustrações de Martins Barata ao longo da narrativa e divide-se em dez capítulos, simulando os dez cantos do poema que lhe dá origem. Logo na “nota da 4ª edição”, na página 3, é assinalado o propósito da publicação:

A finalidade educativa e patriótica deste livrinho não poderia ser atingida se ele não obtivesse o excepcional acolhimento de simpatia que em Portugal e no Brasil lhe foi dispensado. [...] Estamos desde sempre convictos de que a obra de Camões é lição eterna de Portugueses, e que nela se contém

exemplos, conceitos e incentivos indispensáveis à formação do *caracter* e da consciência da grei (BARROS, 1972, p. 3).

O comentário do seu prefácio também alça o poema épico à categoria de “Bíblia” da pátria portuguesa, reproduzindo um ditado recorrente em seu tempo. O adaptador reafirma em seguida que o propósito do livro é aproximar *Os Lusíadas* das crianças, como esforço para inculcar nelas o civismo, função que atribuiu à instrumentalidade de Camões em seu poema máximo:

É costume dizer-se que os *Lusíadas* são a Bíblia da Pátria, ou, menos retoricamente, o livro nacional por excelência. De facto. Mas essa Bíblia, esse livro intrinsecamente nacional, só tomam contacto com ele – quando o tomam... – os alunos do liceu, a partir do meio do seu curso, e os adultos. As crianças não o lêem, não o podem ler [...]. E foi para elas – pensando na alegria de ajudar a criar nas almas infantis o civismo de que tanto falamos e de que tanto carecemos – que me atrevi a reduzir a linhas essenciais, embora pobres, a linhas acessíveis à mais ingênua visão (BARROS, 1972, p. 9).

O início da narrativa remete ao começo dos contos de fadas tradicionais contados às crianças, fazendo predominar, na adaptação do poema, o estilo tão apreciado pelos pequenos leitores e ouvintes daquelas histórias lendárias:

I – Começa a viagem
Era uma vez um povo de marinheiros e de heróis, o povo português, o nosso povo, que já lá vão muitos anos – mais de quatrocentos – quis descobrir o caminho marítimo para a Índia. [...]
Mas o caminho para alcança-la era aquele, diziam os sábios e marinheiros. – e decerto lá chegariam Vasco da Gama e os seus marujos, se o vento e o mar lhes fossem favoráveis e, sobretudo, se a coragem os não abandonasse.
Ai deles, porém! (BARROS, 1972, p. 15, 17).

Para fazer parte da educação das crianças, Barros simplifica a escrita de Camões numa forma que julga mais acessível a elas e ao povo não frequentador dos grandes e elitizados centros de instrução de Portugal e do Brasil, pois, como asseverou anteriormente, sua adaptação teve “acolhimento de simpatia” no nosso país. Barros, então, busca realizar um projeto de civismo e educação para o povo através das letras de Camões, vendo no poeta lusitano o fundamento ideológico de um patriotismo que julgou necessário às crianças e a toda população lusófona de maneira geral. Os brasileiros também virão nesta obra adaptada de Camões uma base ideológica nacionalista para reiterar o sentimento de amor à pátria, uma vez que a 4ª edição da obra, da qual tiramos as referências para serem discutidas aqui,

foi publicada em 1972, durante o regime militar, época em que se cultivava o nacionalismo exacerbado.

Um notável trabalho sobre a aplicação d'*Os Lusíadas* como instrumento didático foi feito por Leonardo Arroyo em *Literatura infantil brasileira*, publicado originariamente em 1968. O autor faz um levantamento dos usos da épica no ensino da língua e relaciona 22 edições com esse objetivo:

Nessa imensa e diversificada literatura escolar, que foi, por assim dizer, o fundamento, a gênese da verdadeira literatura infantil, merece alguns reparos a utilização à larga de *Os Lusíadas*, de Luís de Camões, em nossas escolas, [...] Examina-se um aspecto da influência do livro no estudo da língua portuguesa na área cultural brasileira (ARROYO, 1988, p. 86).

O autor dá pouco detalhamento às edições didáticas que enumerou a não ser a uma: a de João Cardoso de Meneses, o Barão de Paranapiacaba, publicada em 1886. Sob o título de *Camoniana Brasileira*, o Barão edita e publica a epopeia lusitana com o objetivo de usá-la como instrumento didático: “Esse livro pode ser tomado como símbolo do novo sentido impresso à obra de Camões – o de servir de um texto didático para a alfabetização e para o ensino da língua portuguesa” (TELES, 1981, p. 46). Arroyo apresenta o propósito pedagógico do Barão em editar e publicar *Os Lusíadas*:

Considerava que “para os tenros cérebros da infância é quase sempre um ecúleo o processo sintático de algumas estâncias de *Os Lusíadas*”. De modo que o Barão de Paranapiacaba procurava atender, com seu trabalho em 1886, a uma imposição pedagógica do seu tempo (ARROYO, 1988, p. 88).

Em seu intento educacional junto aos pequeninos, o Barão, no entanto, suprimiu alguns trechos que considerou inadequados para crianças como os Cantos IX e X, sob o pretexto de dar uma educação moral às mesmas, sua pretensão, portanto. Eis o argumento usado para censurar aquelas estâncias d'*Os Lusíadas*: “resumi apenas os trechos mais belos do poema, dando-lhe feição moderna e variada metrificação” (ARROYO, 1988, p. 88). Assim, a passagem controversa da Ilha de Amores e outras tidas como não apropriadas não puderam ser interpretadas para crianças, tendo sido, portanto, sumariamente cortadas da edição feita pelo Barão no fim era imperial do Brasil.

Teles e Arroyo apresentam também a edição escolar da série F.T.D. sob responsabilidade do prof. Otoniel Mota, de 1927, que, em nome de uma educação que se deva dar às crianças, censurou trechos d'*Os Lusíadas*:

Eram em número de 55 as estrofes proibidas e não poucas vezes o mestre se via em dificuldades para explicar a razão por que da estrofe 21 se passava para a estrofe 51 e da 63 para a 89, e quase sempre sem convencer. A malícia substituía as possibilidades de conhecimento (ARROYO, 1988, p. 89).

O autor de *Literatura infantil brasileira* destaca também que os trechos censurados curiosamente eram citados com frequência pelos meninos numa atitude de revolta e agravo contra aqueles que os privaram do texto integral do poema camoniano. Os alunos mais audaciosos decoravam os versos que lhes eram obrigados e também aqueles que a censura lhes tolhia:

Vingava-se ele então das dificuldades da análise do texto, lendo e decorando e, mais do que isso, copiando de alguma edição integral justamente as estrofes omissas no Canto IX. E não seria difícil ouvir-se a voz juvenil, adolescente, mais adivinhando que entendendo, estrofes como esta:

“Oh! Que famintos beijos na floresta,
E que mimoso choro que soava!
Que afagos tão suaves, que ira honesta,
Que em risinhos alegres se tornava!
O que mais passam na manhã e na sesta,
Que Vênus com prazeres inflamava,
Melhor é experimentá-lo que julgá-lo:
Mas julgue-o quem não pode experimentá-lo.” (ARROYO, 1988, p. 89).

Um último caso de restrição e censura a trechos considerados “não-didáticos” citado por Arroyo e Teles é a edição organizada pelo Dr. Abílio César Borges, o Barão de Macaúbas, como apontam os estudiosos mencionados. No prefácio que elabora para *Os Lusíadas*, publicado em 1879, ele já dispõe o propósito didático-moralizante do texto: “para uso das escolas brasileiras, na qual se acham *suppressas* todas as estâncias que não devem ser lidas pelos meninos.” (BORGES *apud* TELES, 1979, p. 283). Já no início da obra há o aviso da não integralidade do poema de Camões, em virtude dos cortes que sofreu em nome de uma suposta “preservação” dos jovens, pois seria moralmente danoso para eles o contato com cenas marcadamente sensuais, como o episódio da Ilha dos Amores.

De acordo com Arroyo, o Barão “exerceu com rigor a sua função de censor”, (extraindo sumariamente estâncias que estão fora do seu projeto de educação moral das crianças. Leia-se o parecer do censor:

“Entretanto, qual não era o meu constrangimento, sempre que, nas classes ou nos exames, era preciso dar a ler aos meninos o Camões aberto ao acaso, receando caísse justamente a leitura em algumas das estâncias indignas de serem lidas pela infância: - que destas muitas há disseminadas por todo o poema, nas quais foi o poeta livre demais no dizer, e até escandaloso, fantasiando atos, e descrevendo cenas de requintado erotismo, e de lascívia brutal e monstruosa”. (BORGES *apud*, TELES, 1979, p. 283)

A épica de Camões volta e meia na História sofre esses tipos de cortes e censura, buscando o poder vigente adaptar o poema ao seus propósitos político-ideológicos. A chamada edição dos Piscos, de 1584, feita na época do domínio espanhol sobre Portugal, conteve várias modificações e cortes em trechos do poema considerados não convenientes à nova ordem vigente no país. Durante a ditadura de Salazar, no início do século XX, a epopeia camoniana, não obstante ser glorificada como expressão máxima do patriotismo português, foi publicada com diversas estâncias censuradas na época. A épica camoniana, como foi visto anteriormente nessa dissertação, também foi criticada em sua liberdade artística, no regime militar brasileiro, por apresentar ideias politicamente contrárias ao sistema governamental em curso.

A aplicação pedagógica d’*Os Lusíadas* é atestada por grandes figuras da literatura brasileira. Arroyo, citado por Teles, aponta o depoimento de intelectuais sobre a imposição do estudo do poema no que diz respeito a sua suposta função educativa. O autor menciona Gilberto Freyre como ratificador da ideia pedagógica da épica, em seu inquérito *Ordem e progresso*; os poetas Manuel Bandeira, que lia quase que diariamente *Os Lusíadas*, segundo diz, e Alberto de Oliveira que, na sua crônica *Começo da vida*, demonstrou-se inicialmente estudante avesso à leitura do poema:

“Criei tal aversão ao livro que numa ocasião pego da pena e vaso ao poeta, ao caolho, [...]. Com o andar do tempo vingou-se da ofensa *Luiz* de Camões, tornando-se o escritor português que mais vim a admirar.” (TELES, 1979, p. 284).

Teles cita também, baseado no estudo de Arroyo, as memórias de Luís Edmundo, as de Humberto de Campos, como influenciados pelo poema camoniano, e se refere ao jovem Luís de Sousa e Costa, que, rebelado contra o ensino de português através do poema camoniano, "abriu um buraco onde enterrou o poema de Camões e seus cadernos de gramática!" (TELES, 1979, p. 284).

O autor de *Camões e a poesia brasileira* reproduz um trecho de *Infância*, de Graciliano Ramos, em que é percebido o aborrecimento causado pela obrigação didática de se ler *Os Lusíadas* nas escolas da época. O trecho é propositalmente chamado de "Barão de Macaúbas", ou seja, o rigoroso censor Dr. Abílio César Borges:

Foi por esse tempo que me infligiram Camões, no manuscrito. Sim senhor: Camões, em medonhos caracteres borrados - e manuscritos. Aos sete anos, no interior do Nordeste, ignorante da minha língua, fui compelido a adivinhar, em língua estranha, as filhas do Mondego, a linda Inês, as armas e os barões assinalados. Um desses barões era provavelmente o de Macaúbas, e dos passarinhos, da mosca, da teia de aranha, da pontuação. Deus me perdoe. Abominei Camões. E ao barão de Macaúbas associei Vasco da Gama, Afonso de Albuquerque, o gigante Adamastor, barão também, decerto. (TELES, 1979, p. 286).

Por fim, é perceptível que a épica de Camões foi enquadrada numa função didático-pedagógica devido à influência que alcançou como poema "disciplinador da língua portuguesa", conforme comentário de Arroyo sobre um episódio das *Memórias Inacabadas*, de Humberto Campos. Nele, o comentarista diz que "Camões retificava a língua, Camões disciplinava a memória, Camões era protótipo" (ARROYO, 1988, p. 92), ou seja, *Os Lusíadas* servia como ferramenta maior de ensino da língua, elegendo-se como a obra em Português por excelência. E tal visão pedagógica do poema camoniano durou boa parte do século XX, tendo início, segundo o autor de *Literatura infantil brasileira*, após a publicação do trabalho do Barão de Paranapiacaba, ainda no final do século XIX, quando o mesmo leu as preliminares do seu *Lusíadas* escolar numa palestra literária nas salas do então Externato Pedro II, para o próprio imperador do Brasil, homônimo a esta instituição de ensino.

CONCLUSÃO

Como vimos neste trabalho, *Os Lusíadas*, de Luís de Camões, figuram para o povo português como a obra fundadora de sua consciência. Foi dito no início desta dissertação que a literatura é poderosa porque dá identidade a nações devido a sua grandiosidade, e que as leituras que são feitas dela revigoram-na de tempos em tempos e a eternizam. É precisamente esse poder que foi muitas vezes usado para embasar sistemas político-ideológicos.

Os Lusíadas constituem-se como um dos poemas mais lidos e influentes de todos os tempos. Que o diga Portugal, que criou um feriado em sua homenagem e fez do Português “a língua de Camões”. O poema épico transcendeu o tempo (400 anos após a sua publicação serviu para reafirmar o sentimento de amor à pátria nos séculos XIX até o XX) e o espaço (serviu para ilustrar o verdadeiro patriotismo no “além-mar”, Brasil nos tempos do Romantismo e na ditadura militar de 1964 a 1985). Daí a sua leitura para embasar ideologias políticas.

No primeiro capítulo, apresentamos: o contexto de escrita da epopeia, ou seja, a atmosfera renascentista respirada pelo seu autor; a conjuntura política da diminuição da influência medieval nas artes de maneira geral propiciada pela ascensão da burguesia na Itália, berço do Humanismo europeu; a chegada dessa filosofia em Portugal que a amalgama com a ainda fortíssima presença do Medieval, cujo produto da mistura será chamado de Maneirismo, característica, portanto, das obras de Camões. Mostramos também um breve resumo de seu enredo e sua importância como obra fundadora da consciência portuguesa. Encerramos esse capítulo com a apresentação e discussão dos ideários d’*Os Lusíadas*, como o nacional, que serviu para embasar sistemas político-ideológicos, que foi tomado como paradigma de amor e devoção à pátria em diversas ocasiões; o expansionista europeu, cuja premissa foi a conquista e suposta civilização dos povos africanos e americanos; e finalmente o religioso, que foi tomado como fundamento para a expansão do proselitismo cristão pelo mundo.

No capítulo 2 desta dissertação foram abordados os usos d’*Os Lusíadas* como base político-ideológica na ex-colônia portuguesa na América. A influência da épica camoniana no Brasil, como instrumento formador de uma mentalidade, suas referências na literatura e no discurso de grandes autoridades e figuras de destaque

no cenário político do país foram as matérias dessa seção. Mostrou-se inicialmente a historicidade da chegada dos portugueses à “quarta parte nova”, e os trabalhos de ocupação e exploração do território descoberto em 1500.

Em seguida, citou-se brevemente a inegável tomada d’*Os Lusíadas* como modelo em seu ideário expansionista europeu pelos poetas do período colonial brasileiro e a mudança de visão sobre a épica de Camões quando o país se tornara independente de Portugal. Passa a ser nacionalista a leitura feita do poema e, com a nova aspiração de país livre, os poetas brasileiros reverenciaram e seguiram a épica em seu ideário de amor à pátria, tema caro ao Romantismo.

A reverência dada a Camões como poeta símbolo da nacionalidade portuguesa adquiriu outro aspecto importante no final do século XIX. O vate português e seu poema *Os Lusíadas* foram elevados ao patamar de mitos unificadores de Brasil e Portugal, haja vista ser a epopeia o canto da expansão da cultura lusa pelo mundo e sua ex-colônia na América a continuação dessa expansão. E essa foi mais uma apropriação política do poema camoniano. Grandes figuras de proeminência social daquele momento histórico no país endossam a premissa de a epopeia de Camões ser o ponto de união entre Brasil e Portugal.

Discorremos, no próximo tópico, que, na ditadura militar brasileira, os comandantes do regime usaram *Os Lusíadas* em seu ideário nacional para fazer dele base ideológica de valorização do civismo. A leitura nacionalista foi feita mais uma vez para exaltar a bandeira do amor ao país. E, para tanto, a Bibliex publicou uma edição do poema camoniano com o intuito de enquadrá-lo na ideologia vigente. A épica ainda foi empregada para substituir trechos censurados pelo regime militar no jornal *O Estado de S. Paulo*, haja vista o poema fazer parte da vida escolar de boa parte dos brasileiros e conter elementos que iam ao encontro dos interesses dos comandantes do país, ao mesmo tempo em que os jornalistas, usando dessa estratégia, faziam uso do poema, publicando fragmentos não sequenciados, para quem os conhecia.

Discutimos, adiante, a eleição do poema camoniano maior como instrumento modelar didático, cívico e de escrita literária. *Os Lusíadas* foram tomados por renomados gramáticos como parâmetro a ser seguido no que diz respeito à norma de escrita padrão.

Finalmente, *Os Lusíadas* são considerados como um dos mais poemas lidos e influentes de todos os tempos e, como toda grande obra de arte, a sua mensagem

perdura pelos séculos. Essa é a constatação óbvia a que se chega. Daí a sua força como elemento formador da consciência de um país e sua eleição como fixador de uma língua ou variante dela. E é precisamente este poder que foi tomado como base para diversas premissas e ideologias. O poder de deslocar-se de uma obra de arte para a identidade de uma nação e ressoar pelos tempos como elemento sustentador de posicionamentos políticos ou ideológicos.

Notamos, porém, que os enquadramentos tendenciosos do poema sustentam-se por bases nem sempre fortes sendo derrubados simplesmente por uma leitura mais minuciosa de seus versos. Em outras palavras, um exame mais atento tratará logo de desconstruir ideários rígidos que leem-se para adequar a obra a certa bandeira.

O suposto nacionalismo buscado no poema sofre as críticas do próprio Camões quando ele chama seus patrícios de rudes, ignorantes e gananciosos. Contra um patriotismo cego e idólatra, Camões diz estar cansado de cantar uma gente que afirmou ser “surda e endurecida”. O vate repreende os seus compatriotas que prometeu louvar no início do seu canto, asseverando que sua nação está “metida no gosto da cobiça e da rudeza”. Ainda contra uma leitura estritamente nacionalista, o poeta ansiava, segundo Antônio Sérgio, por uma Europa unificada que lutasse por um bem comum, ou seja, a defesa das investidas mouras e não apenas por cada um de seus interesses nacionais.

O expansionismo e desbravamento pelos mares, motivados por vaidade e cobiça, são duramente rechaçados, contradizendo muitos usos que se fizeram da retórica camonianiana. A emblemática fala do Velho do Restelo é o representante maior do senso crítico do autor e mostra outro posicionamento sobre o grande assunto do momento: as Grandes Navegações dos séculos XV e XVI. O Velho é a personificação da voz daqueles que não veem triunfo, glória e riqueza nos empreendimentos marítimos e, sim, prejuízo e morte para a nação. Democraticamente, expõe o contraditório ao discurso político oficial, mostrando as falhas do plano dos monarcas portugueses de expandir seus domínios e rotas comerciais pelo mundo afora.

Concluimos esta dissertação dizendo que *Os Lusíadas*, como obra de arte que são, não podem ser “estabilizadas” ou “saneadas” para se ajustar a fins políticos ou ideológicos. Está acima de rotulações redutoras de sua mensagem pois não se propõe a isso. Seu compromisso é principalmente com a arte.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, José de. *Cartas sobre a Confederação dos Tamoios*. Rio de Janeiro: Empreza Typographica Nacional do Diário, 1856.

ALI, M. Said. *História resumida da Língua Portuguesa*. In:_____. BECHARA, Evanildo. *Estudo da língua portuguesa: textos de apoio*. Brasília: FUNAG, 2010. p. 19-24.

_____. *O purismo e o progresso da Língua Portuguesa*. In:_____. BECHARA, Evanildo. *Estudo da língua portuguesa: textos de apoio*. Brasília: FUNAG, 2010. p. 239-259.

ALMEIDA, Maria do Perpétuo Socorro Correia Lima de. *Os Lusíadas e o discurso ideológico da expansão*. In:_____. *Convergência Lusíada*. Revista cultural do Centro de Estudos do Real Gabinete de Leitura Português, Rio de Janeiro, v.6, n. 7, p. 93-102, jul. 79-dez. 80. [Imprinta, 1976].

AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, imprensa e estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento*. Bauru: EDUSC, 1999.

ARENDDT, João Cláudio. *Do nacionalismo romântico à literatura regional: a região como pátria*. Disponível em: <anpoll.org.br/revista/index.php/revista/article/viewFile/164/177>. Acesso em: 13 ago. 2015.

ARROYO, Leonardo. *Literatura infantil brasileira*. São Paulo: Melhoramentos, 1988.

BANDARRA, Gonçalo Annes. *Profecias de Bandarra*. Compilação dos textos das principais edições. Porto: Edições Ecopy, 2010.

BARROS, João de. *Os Lusíadas contados às crianças e lembrados ao povo. Adaptação em prosa*. 4. ed., Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1972.

BERARDINELLI, Cleonice. *Estudos Camonianos*. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Cátedra Padre Antônio Vieira, Instituto Camões, 2000.

BILAC, Olavo. *Poesias*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1964.

BOSI, Alfredo. *História da literatura brasileira*. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1975.

BRAGA, Teófilo. *Camões: a obra lyrica e épica*. Porto: Livraria Chardron, 1911.

_____. *Camões e o sentimento nacional*. Porto: Livraria Internacional de Ernesto Chardron, 1891.

BRAGA, Teófilo. *História da literatura portuguesa: idade média*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1984.

_____. *História de Camões*. Porto: Imprensa Portuguesa, 1873.

_____. *Os centenários como synthese affectiva nas sociedades modernas*. Porto: Typ. de A. J. da Silva Teixeira, 1884.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. *Direito à memória e à verdade: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos*. Brasília, 2007. 400 p.

BRESSER-PEREIRA, L. C. *Nacionalismo no centro e na periferia do capitalismo*. Disponível em:

<<http://www.bresserpereira.org.br/papers/2007/07.18nacionalismocentroeperiferiado capitalismo.pdf>>. Acesso em: 07 out. 2015.

CAIRO, Luiz Roberto Velloso. História da literatura, literatura comparada, crítica literária: frágeis fronteiras disciplinares. In:_____. MOREIRA, Maria Eunice. *História da literatura: teorias, temas e autores*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2003.

CAMINHA. Pero Vaz de. *A Carta de Pero Vaz de Caminha*. Disponível em <http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/carta.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2015.

CAMÕES, Luís de. *Os Lusíadas*. Lisboa: Figueirinhas, 1978.

_____. *Os Lusíadas*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1980.

CANDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. v. 1, 6. ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2000.

_____. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. v. 2, 9. ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2000.

CIDADE, Hernâni. Notas e comentários, permanência de Camões. In:_____. *Revista Colóquio Letras*, Lisboa, n. 8, p. 67-68, jul. 1972.

COELHO, José Maria Latino. *Panegyrico de Luiz de Camões, Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa, Classe de Sciencias Moraes, Políticas e Bellas-Letras*. Nova Série V, P. II, p. 1-11, Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 9 mai. 1880.

COUTINHO, Afrânio. *Conceito de literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Pallas MEC, 1976.

CUNHA, Carlos Manuel F. da. *A construção do discurso da história literária na literatura portuguesa do século XIX*. Disponível em:

<<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/22562/1/A%20constru%C3%A7%C3%A3o%20do%20discurso%20da%20hist%C3%B3ria%20liter%C3%A1ria%20na%20literatura%20portuguesa%20do%20s%C3%A9culo%20XIX.pdf>>. Acesso em: 04 nov. 2015.

_____. *Escrever a nação: literatura e nacionalidade*. Disponível em:

<<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/22435/1/Escrever%20a%20na%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 04 nov. 2015.

DIAS, Gonçalves. *Os Timbiras*. Disponível em:

<<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000117.pdf>>. Acesso em: 28 jan. 2016.

DRUMOND, Adriano Lima. *Um poeta português também do Brasil. Joaquim Nabuco leitor de Camões*. 2012. 203f. Tese (Doutorado em Estudos Comparados de Literatura Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em:

<www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/.../2012_AdrianoLimaDrumond.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2015.

ELIA, Hamilton. *Camões e a literatura brasileira*. Rio de Janeiro: MEC; UFF, 1973.

FERREIRA, Lucia T. e Neves. As relações culturais ao longo do século XIX. In: CERVO, A.; MAGALHÃES, J. C. *Depois das caravelas: as relações entre Portugal e Brasil*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1808-2000. p. 232.

FRANCO, José Eduardo. *Os Jesuítas em questão: as contradições entre Camões e Luís de Granada*. Disponível em:

<https://www.google.com.br/search?q=google&oq=goo&aqs=chrome.2.69i60l2j0l3j69i57.2053j0j4&sourceid=chrome&es_sm=93&ie=UTF-8#q=jesuitas+e+dominicanos+os+lusiadas>. Acesso em: 15 jul. 2015.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala*. 52. ed. São Paulo: Global, 2013.

GARRETT, Almeida. *Camões*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973.

_____. *“Introdução” ao Romanceiro*. v. II, p. VIII-XLVI. Lisboa: Imprensa Nacional, 1851.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Encurralada (O Sacerdote e o Feiticeiro)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GODINHO, Vitorino Magalhães. O que significa descobrir? In: _____; NOVAES, Adauto. *A descoberta do homem e do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

GOMES, Valderéz Cardoso. O eterno viajante. *Revista Entre Livros Entre Clássicos*, São Paulo, n. 4, p. 7-13, 15 jul. 2007.

HAUSER, Arnoud. *História social da literatura e da arte*. Trad. Walter H. Geenen. São Paulo: Mestre Jou, 1972. 2 v.

HESPANHA, Antônio Manuel. Os bens eclesiásticos na época moderna. Benefícios, padroados e comendas. In:_____. MATTOSO, José; TENGARRINHA, José (Org.), *História de Portugal*. Bauru; EDUSC; São Paulo; UNESP; Portugal; Instituto Camões, 2000.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

JACOTO, Lílian. Universo e reverso. *Revista Entre Livros Entre Clássicos*, São Paulo, n. 4, p. 14-19, 15 jul. 2007.

JOÃO, Maria Isabel. *Memória e império: comemorações em Portugal (1880-1960)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

LEAL, Gomes. *A fome de Camões*. Lisboa: Assírio & Alvim, 1999.

LOURENÇO, Eduardo. *Mitologia da saudade*. São Paulo: Companhia das letras, 1999.

_____. *O Romantismo e Camões*. Disponível em: <http://www.institutodeletras.uerj.br/revidioma/21/idioma21_a10.pdf>. Acesso em: 24 set. 2015.

MARTINS, J. P. de Oliveira. *Camões, Os Lusíadas e a Renascença em Portugal*. Porto: Livraria Internacional de Ernesto Chardron, 1891.

MAGALHÃES, Gonçalves de. *A confederação dos Tamoios*. Rio de Janeiro: Empreza Typographica Dous de Dezembro, 1856.

MAGALHÃES, Joaquim Romero. Os régios protagonistas do poder. In:_____. MATTOSO, José. *História de Portugal no alvorecer da modernidade*, v. 3. [S;l.]: Editorial Estampa, 1993.

MASSAUD, Moisés. *A literatura portuguesa através dos tempos*. 7. ed. São Paulo: Cultrix, 1976.

MATOS, Maria Vitalina Leal de. *A lírica de Luís de Camões*, 4. ed., Lisboa: Editorial Comunicação, 1994.

MATTOSO, José. A formação da nacionalidade. In:_____. MATTOSO, José; TENGARRINHA, José (Org.). *História de Portugal*. Bauru; EDUSC; São Paulo; UNESP; Portugal; Instituto Camões, 2000.

MESQUITA, Mário M. C. *Brasil 1961-1964: inflação, estagnação e ruptura*. Disponível em: <<http://www.econ.puc-rio.br/pdf/td569.pdf>>. Acesso em: 02 set. 2015.

MICELI, Paulo. Cosmografia maravilhosa. *Revista Entre Livros Entre Clássicos*, São Paulo, n. 4, p. 84-91, 15 jul. 2007.

MOISÉS, Carlos Felipe. Epopéia do homem moderno. *Revista Entre Livros Entre Clássicos*, São Paulo, n. 4, p. 32-41, 15 jul. 2007.

MORENO, Humberto Baqueiro. O princípio da era moderna. In: _____. MATTOSO, José; TENGARRINHA, José (Org.). *História de Portugal*. Bauru; EDUSC; São Paulo; UNESP; Portugal; Instituto Camões, 2000.

MOURÃO, Ronaldo Rogério de Freitas. Música celestial. *Revista Entre Livros Entre Clássicos*, São Paulo, n. 4, p. 74-83, 15 jul. 2007.

MUHANA, Adma Fadul. Passado restaurado. *Revista Entre Livros Entre Clássicos*, São Paulo, n. 4, p. 72-73, 15 jul. 2007.

NABUCO, Joaquim. *Camões*. Disponível em: <http://www3.universia.com.br/conteudo/literatura/Camoes_de_joaquim%20Nabuco.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2015.

PEREIRA, Maria Helena da Rocha. Presenças da Antiguidade Clássica em Os Lusíadas. *Revista da Universidade de Aveiro – Letras*, Aveiro, n. 1, p. 87-106, 1984. Disponível em: <<http://revistas.ua.pt/index.php/rual/article/view/2559/2426>>. Acesso em: 12 nov. 2015.

PIMENTEL, Manuel Cândido. O mito de Portugal nas suas raízes culturais. In: _____.; MATOS, Artur Teodoro de; LAGES, Mário Ferreira (Coord). *Portugal: percursos de interculturalidade*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, 2008. v. 3, p. 7-52.

QUENTAL, Antero de. *Causas da decadência dos povos peninsulares*. Lisboa: Tinta da China, 2008.

REZENDE, Maria José de. *A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade: 1964-1984*. [livro eletrônico] Londrina: Eduel, 2013. Disponível em: <<http://www.uel.br/editora/portal/pages/livros-digitais-gratuitos.php>>. Acesso em: 02 set. 2015.

RIBEIRO, Júlio. *Grammatica portugueza*. 5. ed. revista por Joao Vieira de Almeida. São Paulo: Miguel Mellilo, 1885.

RIBEIRO, Fernando Bessa. *A invenção dos heróis: nação, história e discursos de Moçambique*. Disponível em: <http://www.adelinotorres.com/africa/Fernando%20Bessa%20Ribeiro_A%20inven%C3%A7%C3%A3o%20dos%20her%C3%B3is_Identidade%20em%20Mo%C3%A7ambique.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2015.

RIBEIRO, Tomás. *Dom Jaime*. Prefácio de Vítor Wladimiro Ferreira. Coleção Heuris, Lisboa: Europress, 2009.

ROCCAMORA, José Antônio. *Causas do surgimento do nacionalismo ibérico*. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223291686V6eKP4us1Qn25WR8.pdf>>. Acesso em: 11 fev. 2015.

RODRIGUES, Marina Machado. *Uma abordagem filológico-literária da écloga camoniana "a quem darei queixumes namorados"*. 2006. 279f. Tese (Doutorado em Estudos Comparados de Literatura Portuguesa) - Faculdade de Letras, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em <http://www.bdttd.ndc.uff.br/tde_arquivos/23/TDE-2007-03-22T094900Z-686/Publico/Tese-Marina%20Rodrigues.pdf>. Acesso em 26/01/2016.

ROMERO, Silvio. *História da literatura brasileira*, tomo I. Rio de Janeiro: Imago, 2001.

SANDMANN, Marcelo Corrêa. *As comemorações do tricentenário de Camões no Brasil*. Disponível em: <http://www.letras.ufpr.br/documentos/pdf_revistas/shadman59.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2015.

SARAIVA, Antônio José. Função e significado do maravilhoso n'Os Lusíadas. *Revista Colóquio Letras*, Lisboa. n. 100, p. 42-50, nov./dez., 1987.

_____; LOPES. Óscar. *História da literatura portuguesa*, 17. ed. Porto: Porto Editora, 2001.

SARAIVA José Hermano. *História concisa de Portugal*. 7. ed. Lisboa: Publicações Europa-América, 1981.

SARAMAGO, José. *Que farei deste livro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SÉRGIO, Antônio. *Em torno das ideias políticas de Camões seguido de Camões panfletário Camões e Dom Sebastião*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1977.

SERRÃO, José. *Pequeno dicionário da história de Portugal*. Porto, Figueirinhas, 1993.

SILVA, Anazildo Vasconcelos da. *Semiotização literária do discurso*. Rio de Janeiro: Elo, 1984.

SILVA, Anazildo Vasconcelos da; RAMALHO, Christina. *História da epopeia brasileira teoria, crítica e percurso*. v. 1. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

SILVA, Luís Augusto Rebelo da. A Eschola Moderna Litteraria: o Sr. Garrett. *A Epoca. Jornal de Industria, Sciencias, Litteratura e Bellas Artes*, Lisboa, n. 7, p. 152-156, 1848. Typografia da Academia Real das Sciencias de Lisboa.

SILVA, Luís Augusto Rebelo da. Memoria biographica e litteraria ácerca de Manuel Maria Barbosa du Bocage, do character das suas obras e da influencia que exerceu no gosto e nos progressos da poesia portugueza. In: _____. *Historia e memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa, Classe de Sciencias Moraes, Politicas e Bellas Lettras*, Nova Série - T. I, P. II, 2ª ed. p. 61-176, Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1905.

SORIANO, Simão José da Luz. *Revelações da minha vida e memórias de alguns factos e homens meus contemporâneos*. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=CbARAAAAYAAJ&pg=PA267&dq=martim+gon%C3%A7alves+da+c%C3%A2mara&hl=pt-BR&sa=X&ei=uZiiVKfdEIOaNoS5hPgH&ved=0CCcQ6AEwAA#v=onepage&q=martim%20gon%C3%A7alves%20da%20c%C3%A2mara&f=false>>. Acesso em: 30 dez. 2014.

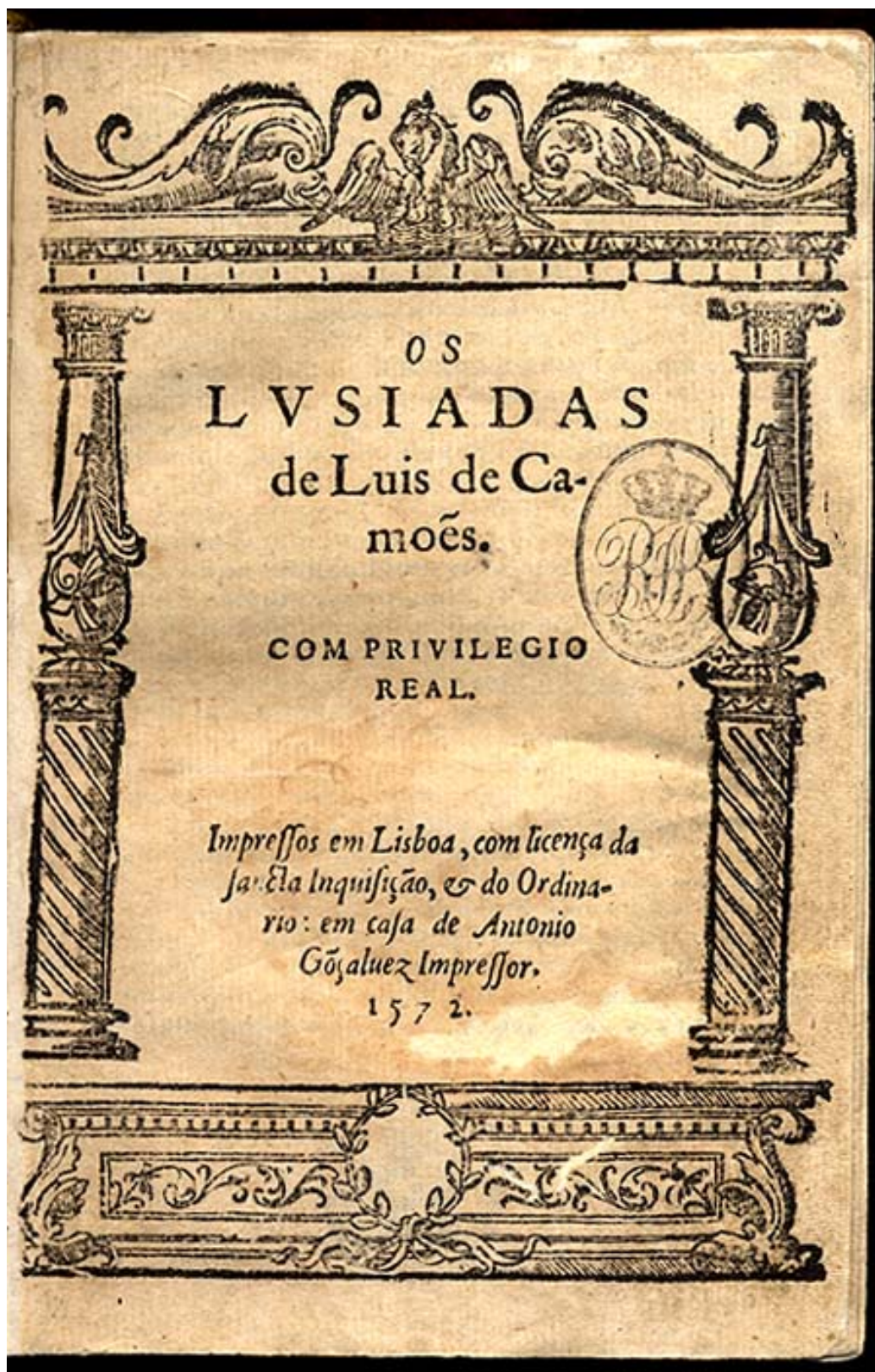
SOUSÂNDRADE, Joaquim de. *O Guesa*. Londres: Printed by Cooke Halsted, The Moorfie Ids Press, E. C., 1888.

TELES, Gilberto Mendonça. *Camões e a poesia brasileira*. 3. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1979.

_____. O mito camoniano: a influência de Camões na cultura brasileira. *Revista de Letras*, Fortaleza, p. 44-72, jul/dez. 1980, jan./jun. 1981.

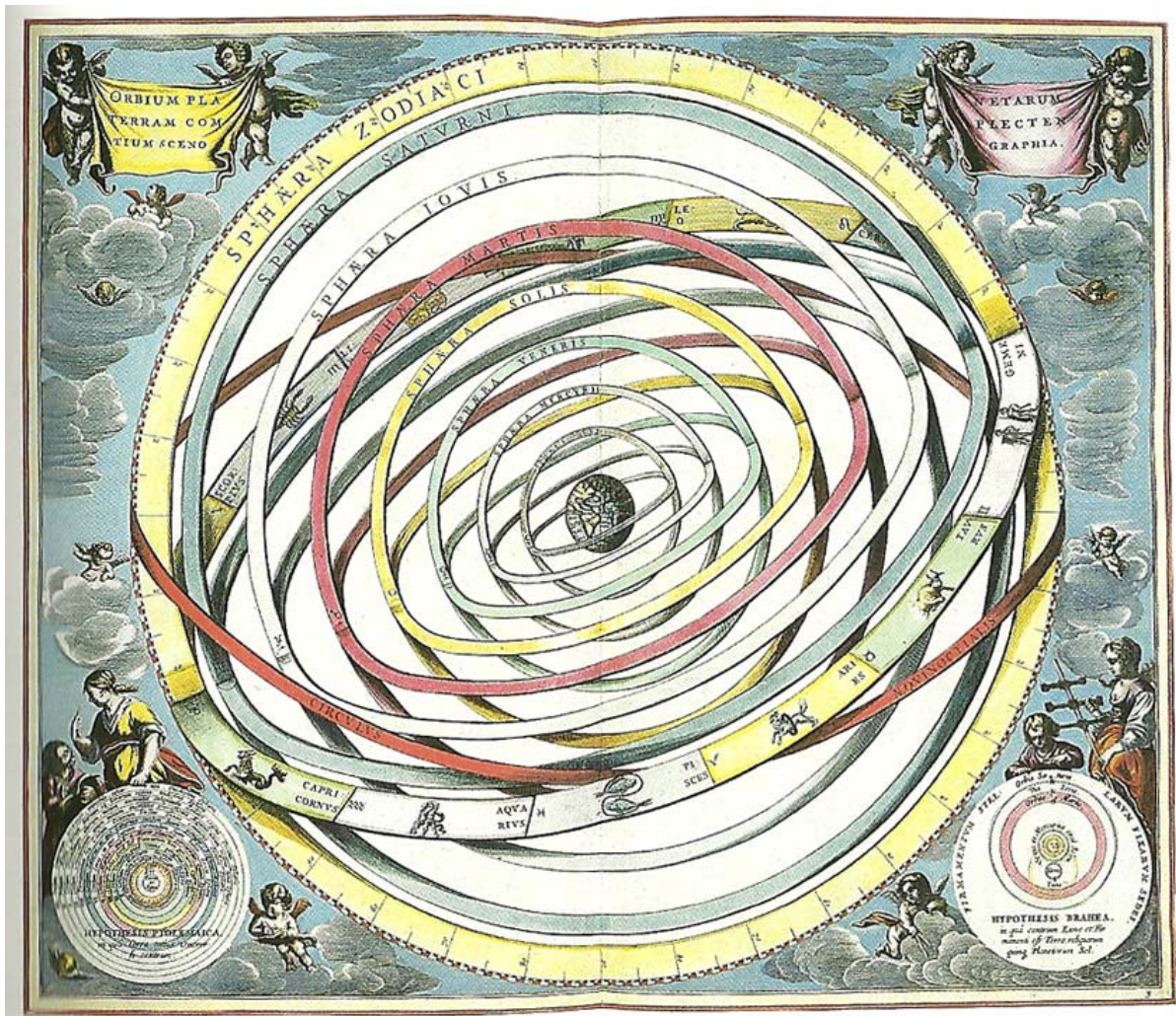
VENÂNCIO, Giselle Martins. “Um conto de duas cidades”: o tricentenário de Camões em Lisboa e no Rio de Janeiro. *Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*, Rio de Janeiro, v. 4, n.1, p. 39-54, jan./abr. 2012.

ANEXO A - Capa da primeira edição d'Os Lusíadas, de 1572.



Fonte: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/0/0d/Os_Lusiadas.jpg

ANEXO B - Representação do sistema planetário de Ptolomeu



Fonte: http://41.media.tumblr.com/tumblr_lfrp0ybNN61qaab22o1_1280.jpg